



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Macapá-AP
2016



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU 321/2015 e das informações publicadas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas), todas do Tribunal de Contas da União.

Unidade responsável pela elaboração:
Assessoria de Planejamento e de Gestão Estratégica



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

A – Atividade

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

AP – Amapá

ARP's – Ata de Registro de Preços

ASI – *Automation System of Inventory* (sistema de controle de bens patrimoniais)

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CATMAT – Sistema de Catalogação de Material

CCI – Coordenadoria de Controle Interno

CFTV – Circuito fechado de Câmeras de Segurança

CGIE – Comitê de Gestão Institucional e Estratégica

CSG – Coordenadoria de Serviços Gerais

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CODES – Coordenadoria de Desenvolvimento

CPL – Comissão Permanente de Licitação

COF – Coordenadoria de Orçamento e Finanças

CRE – Corregedoria Regional Eleitoral

DBR – Declaração de Bens e Renda

DG – Diretoria Geral

DN – Decisão Normativa

ECREP- Eficácia em relação à META na LOA

EFLOA - Eficiência em relação à META na LOA

EJE – Escola Judiciária Eleitoral

ELO – Sistema Eleitor On-line

EPF – *Eclipse Process Framework*

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IN – Instrução Normativa

JF – Justiça Federal

LOA – Lei Orçamentária Anual

MPE – Ministério Público Estadual



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

MPF – Ministério Público Federal

NA – Não se Aplica

NBR – Normas Brasileiras

OP - Operações Especiais

PAC – Plano Anual de Capacitação

PPA – Plano Plurianual

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

PJ – Pessoa Jurídica

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PMM – Prefeitura Municipal de Macapá

PNMC – Política Nacional Sobre Mudança de Clima

PPA – Plano Plurianual

PR - Previsão

PRES – Presidência

PSSS – Plano de Seguridade Social do Servidor

RE - Realizado

Res. – Resolução

RG – Relatório de Gestão

RP – Restos a Pagar

SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos

SAGEC – Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos

SAO – Secretaria de Administração e Orçamento

SEJUD - Secretaria Judiciária

SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIASG – Sistema Integrado de Serviços Gerais

SIGEPRO - Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta orçamentária

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SINCOV – Sistema de Gestão de Convênios



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

STI – Secretaria de Tecnologia da Informação

TI – Tecnologia da Informação

TJAP – Tribunal de Justiça do Amapá

TCU – Tribunal de Contas da União

TRE/AP – Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UJ – Unidade Jurisdicionada

UGR – Unidade Gestora Responsável

ZE – Zona Eleitoral



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Obs. Elaborado na fase final do Relatório.

Tabelas

Quadros

Gráficos

Figuras



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Lista de Anexos e apêndices

Obs. Elaborado na fase final do Relatório.



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Sumário

Obs. Elaborado na fase final do Relatório



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

1- APRESENTAÇÃO

1.1 — ~~Forma de como está estruturado o relatório de Gestão~~

O Relatório de Gestão da Justiça Eleitoral do Amapá do exercício de 2015, contemplou as informações sobre a gestão de sua estrutura hierárquica, de acordo com a IN nº 63/2010, DN nº 146/2015 e PORT nº 321/2015, todas do TCU.

A estrutura do relatório de gestão compreende as seções e os itens de informação, que são parte integrante do conteúdo geral estabelecido pelo Anexo II da DN TCU nº 146/2015 e pelo Anexo Único da PORT TCU nº 321/2015.

Para a elaboração de cada seção de conteúdo do relatório de gestão, observou-se os seguintes conjuntos de itens de informações que foram atribuídos no sistema e-Contas do TCU: 1) elementos pré-textuais; 2) apresentação; 3) visão geral da unidade; 4) planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional; 5) governança; 6) relacionamento com a sociedade; 7) desempenho financeiro e informações contábeis; 8) áreas especiais da gestão; 9) conformidade da gestão de demandas de órgãos de controle e 10) apêndices e anexos.

Os quadros, tabelas, gráficos e figuras estão numerados sequencialmente na ordem que aparecem no texto.

Os itens **XXXXXXXXXX; XXXXXXXX**; não obstante se apliquem à natureza da UPC, não possuem conteúdo a ser declarado no exercício de 2015.

2.2 — ~~Principais realizações da gestão no exercício~~

As ações e esforços impendidos em 2015 foram direcionados, em especial, ao cumprimento dos objetivos e metas fixados no Planejamento Estratégico 2010-2015, **XXXXXX**

Sobressaem-se, dentre as concretizações de 2015, projetos voltados à efetividade da prestação jurisdicional, a infraestrutura física e tecnológica, observando os princípios Constitucionais, quais sejam legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade:

✓ superação das seguintes metas de 2015: Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente; Meta 2 - Identificar e julgar 90% dos processos distribuídos até 31/12/2012;

✓ Segundo lugar nacional no índice de produtividade dos magistrados e terceiro lugar no índice de produtividade dos servidores da área judiciária de acordo com o anuário estatístico do CNJ;

✓ implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico-PJe, que substituiu o modo convencional (papel) de tramitação processual na área administrativa, pelo processo virtual, propiciando a eficiência, a ecossustentabilidade, agilidade, segurança e transparência no andamento dos processos administrativos;

✓ elaboração e aprovação do Planejamento Estratégico 2016-2021;

✓ Realização do curso: “Política e Cidadania: Responsabilidade de Todos”, voltado a pretensos candidatos e membros de agremiações partidárias (capital e interior), com objetivo de orientar os agentes políticos para as Eleições 2016;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

- ✓ Execução do Plano de obras com a reforma e ampliação nos cartórios eleitorais: 11^a ZE (Serra do Navio) e Posto Avançado (Pedra Branca do Amapari); 5^a (Mazagão); 3^a (Calçoene); 4^a (Oiapoque); 7^a (Laranjal do Jari); 13^a (Vitoria do Jari); 1^a (Amapá); 8^a (Tartarugalzinho); 12^a (Porto Grande)
- ✓ Realização do concurso público para servidores de carreira e posse no primeiro trimestre de 2016;
- ✓ Cadastramento de 1.182 novos eleitores na “Campanha Jovem Eleitor”, do TSE, realizada no período de 16 a 20/11/2015;
- ✓ Realização da “Caravana da Cidadania”, nos municípios do interior do Estado. As sessões do Pleno são realizadas nas sedes dos municípios. Na sessão administrativa ocorre a prestação de contas dos julgamentos dos processos do 1º e 2º e do orçamento utilizado naquele município;
- ✓ Elaboração do 1º Planejamento Integrado para as Eleições 2016, com a participação das Zonas Eleitorais;
- ✓ Elaboração e Execução do projeto “Meta Zero” com o objetivo de agilizar a tramitação processual e o julgamento dos processos no 1º e 2º graus de jurisdição;
- ✓ Diplomação de estudantes do “Programa Eleitor do Futuro”. O objetivo do programa é conscientizar alunos da rede pública e privada de ensino fundamental e médio do Estado – 20 (vinte) escolas - quanto a sua responsabilidade em relação ao exercício livre e democrático do voto;
- ✓ Apoio logístico na realização das eleições dos Conselhos Tutelares nos municípios do Estado;
- ✓ Implantação do INFODIP – Sistema de Informações de Direitos Políticos, ferramenta possibilitaria mais celeridade, segurança e eficiência no recebimento e processamento das comunicações de suspensão e/ou restabelecimento de direitos políticos, e de óbitos. Além de considerável economia por conta da eliminação do uso de papel, impressora e Correio;
- ✓ Realização do “Fórum de Boas Práticas na Administração Pública”, com a missão de promover a interação de conhecimentos entre os órgãos participantes (TRE/AP, TCU, CGU, MPF, JF, UNIFAP, Governo do Amapá, Prefeitura de Macapá, TCE/AP, Associação dos Municípios do Estado e ONG Atitude Brasil);
- ✓ Implantação do “Programa de Avaliação de Desempenho de Lideranças” - consiste no acompanhamento das atividades dos cargos em comissão e objetiva o aperfeiçoamento das práticas, e identificação de novas competências e avanço na gestão da instituição;
- ✓ Realização do “Encontro de Direito Eleitoral”, objetiva esclarecer temas relevantes às eleições municipais de 2016. O público alvo: juízes e promotores eleitorais, advogados, membros de partidos políticos, acadêmicos de Direito (4^a e 5^a semestres), servidores da Justiça Eleitoral, contadores de agremiações partidárias e jornalistas. As parcerias foram com o TJAP, MP, MPF, OAB/AP;
- ✓ Lançamento da cartilha socioeducativa para estudantes - visa a conscientização socioeducativa dos estudantes quanto à relevância do voto, aos direitos e deveres do cidadão e ao papel da Justiça Eleitoral no processo democrático;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

✓ Implantação do “Sistema de Petição Eletrônica - Com este sistema, os advogados poderão cadastrar e acompanhar petições (iniciais e intermediárias), bem como visualizar petições salvas, recibos de petições e processos via internet;

✓ XXXXXXXXXXXXXXXX

2.3 – Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos no exercício de 2015

Dentre as dificuldades encontradas na execução dos trabalhos ao longo do exercício destacam-se:

- ✓ defasagem de **XXXX %** do quadro de servidores efetivos (de carreira);
- ✓ limitação orçamentária, que não permitiu a execução da totalidade das ações planejadas;
- ✓

Finalmente, cumpre destacar que o RG foi elaborado de modo a possibilitar a visão sistêmica da conformidade e do desempenho da gestão do TRE/AP no exercício de 2015, na medida em que, além de ser um instrumento para os órgãos de controle e de autorreflexão sobre a gestão, trata-se de uma forma de prestar contas à sociedade.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

2- VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá é um órgão colegiado de segundo grau de jurisdição eleitoral, conforme disposto no art. 12 do Código Eleitoral c/c arts. 92, V, 118, II e 121 da Carta Magna.

Em conjunto com os demais órgãos da Justiça Eleitoral possui atuação finalística diretamente vinculada à garantia dos direitos de votar e ser votado, assegurando o pleno exercício da cidadania em suas diversas manifestações.

Realiza, dentre outras atribuições, o alistamento, a organização dos pleitos eleitorais, a fiscalização da propaganda eleitoral, a apuração dos votos, a diplomação dos eleitos, julga os crimes eleitorais, as ações objetivando a cassação do registro, do diploma ou do mandato dos candidatos eleitos ou a declaração de inelegibilidade.

Possui competência originária e recursal para processar e julgar as matérias dispostas nos arts. 29 e 30 do Código Eleitoral, nas Leis complementares nº: 64/1990 e 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), dentre outros normativos específicos da seara eleitoral.

O TRE/AP possui jurisdição em todo o Estado do Amapá e sua sede localiza-se na Capital. Os serviços eleitorais no primeiro grau de jurisdição são realizados nos Cartórios das Zonas Eleitorais. Atualmente são 13 (treze), sendo duas na capital.

Há, ainda, postos de atendimentos em municípios que não sejam sede de Zona Eleitoral. Na capital do Estado, face o expressivo quantitativo de eleitores, são realizados atendimentos em outros dois pontos fixos: Superfácil da Zona Sul e no Norte.

As localidades de difícil acesso e aldeias no Estado do Amapá são visitadas anualmente em ações itinerantes, seja por via terrestre ou fluvial.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

3.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Tribunal Superior Eleitoral			Código SIORG: Não se aplica
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá			
Denominação Abreviada: TRE-AP			
Código SIORG: Não se aplica		Código LOA: UO – 14.128	Código SIAFI: 070029
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 34.927.343/0001-18	
Principal Atividade: regulamentação e fiscalização do processo eleitoral			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(096) 2101-1502	(096) 2101-1510	(096) 2101-1611
Endereço Eletrônico: dg@tre-ap.jus.br			
Página na Internet: http://www.tre-ap.jus.br			
Endereço Postal: Av. Mendonça Júnior, 1502 – Centro, CEP: 68900-020 – Macapá/AP			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal: arts. 92, V, 118, II e 120. Ata de instalação do TRE/AP – (10/02/1992)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resoluções TRE/AP n°s: 402/12- Regimento Interno e 406/2012 – Regulamento da Secretaria			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno. Carta de Serviços ao Eleitor. Carta de Serviços do 2º Grau. Cartilha das Eleições aos Candidatos. Disponibilizados no sítio www.tre-ap.jus.br .			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
070029	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

3.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

A Revolução de 1930 tinha como um dos princípios a moralização do sistema eleitoral. Um dos primeiros atos do governo provisório foi a criação de uma comissão de reforma da legislação eleitoral, cujo trabalho resultou no primeiro Código Eleitoral do Brasil.

O Código Eleitoral de 1932 criou a Justiça Eleitoral, que passou a ser responsável por todos os trabalhos eleitorais - alistamento, organização das mesas de votação, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos. Além disso, regulou em todo o País as eleições federais, estaduais e municipais.

O Código introduziu o voto secreto, o voto feminino e o sistema de representação proporcional, em dois turnos simultâneos. Pela primeira vez, a legislação eleitoral fez referência aos partidos políticos, mas ainda era admitida a candidatura avulsa. Esse código já previa o uso de máquina de votar, o que só veio a se efetivar na década de 90.

No Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, sustentado por setores sociais conservadores, Getúlio Vargas anuncia, pelo rádio, a "nova ordem" do País. Outorgada nesse mesmo dia, a "polaca", como ficou conhecida a Constituição de 1937, extinguiu a Justiça Eleitoral, aboliu os partidos políticos existentes, suspendeu as eleições livres e estabeleceu eleição indireta para presidente da República, com mandato de seis anos.

O Decreto-Lei 7.586/1945, conhecido como Lei Agamenon, em homenagem ao ministro da Justiça Agamenon Magalhães, responsável por sua elaboração, restabelece a Justiça Eleitoral, regulando em todo o País o alistamento eleitoral e as eleições.

A Justiça Eleitoral brasileira é reconhecida pelo sistema eletrônico de votação e pela segurança e agilidade com que entrega os resultados das Eleições desde as eleições de 1996, quando 33 milhões de eleitores utilizaram urnas eletrônicas no processo de votação.

O contexto que está inserida seja pela contínua evolução tecnológica, as alterações na legislação, a rotatividade de profissionais, a agilidade da informação, a democratização do conhecimento e o compromisso de atender às expectativas de uma sociedade cada vez mais participativa e exigente em relação a produtos e serviços são alguns dos desafios que, aliados ao dinamismo e à complexidade das atividades inerentes à realização das eleições, precisam ser enfrentados e superados.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

A Sede do TRE/AP está situada no município de Macapá e abriga o colegiado e as unidades administrativas. O colegiado (Tribunal Pleno) é o órgão jurisdicional de segunda instância, auxiliado pela estrutura administrativa.

O cartório eleitoral é a sede da zona eleitoral. As zonas eleitorais são regiões geograficamente delimitadas dentro de um estado e são presididas pelos juízes eleitorais, que funcionam como órgão singular em primeira instância. Uma zona eleitoral pode ser composta por um, ou mais de um município ou parte dele. O cartório centraliza os eleitores domiciliados na região delimitada pela zona eleitoral e é nele que o cidadão tem seu primeiro contato com a Justiça Eleitoral, pois lá se apresenta, é qualificado e se inscreve como eleitor. O estado do Amapá possui 16 (dezesesseis) municípios e é composto por 13 (treze) cartórios eleitorais, sendo 02 (dois) na capital.

Nos anos eleitorais a atuação é intensificada, em razão da complexa logística demandada para a realização dos pleitos e dos exíguos prazos processuais, impactando em significativo aumento no volume de trabalho, o que faz demandar da equipe de servidores e colaboradores o exercício pleno dos valores institucionais, sobretudo em decorrência do reduzido quadro de pessoal e da multidisciplinaridade do processo eleitoral, que envolve todas as unidades da instituição, nos níveis estratégico, tático e operacional.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

3.4 ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional está descrita na Resolução nº 406/2012 - Regulamento da Secretaria do TRE/AP que fixa as competências das unidades e as atribuições dos seus titulares.

Resumidamente, o organograma do TRE/AP compreende:

1. Nível Estratégico:

a) Presidência: unidade de cúpula de toda a estrutura da Secretaria do TRE/AP. Ocupada, exclusivamente, por um Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado eleito pelo Pleno do TRE/AP. São três unidades de apoio direto: Assessoria Técnico-Jurídica (assessoramento jurídico-administrativo); Coordenadoria de Controle Interno (atividades de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial) e Assessoria de Planejamento e de Gestão Estratégica (planejamento estratégico do órgão e das eleições, planos de ação e acompanhamento e consolidação de dados ao CNJ e TCU);

b) Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral: dentre suas atribuições, compete substituir o presidente na sua ausência, promover inspeção e correição dos serviços eleitorais do Estado, presidir sindicância contra juízes eleitorais, determinar a apuração de notícia de crime eleitoral, verificar a existência de erros, abusos ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados, determinando por provimento ou circular.

c) Diretoria-Geral: compete planejar, coordenar, dirigir e controlar todas as atividades administrativas da Secretaria do Tribunal. Dispõe de uma Assessoria Técnico-Jurídica e do Gabinete para apoio na consecução de suas atividades.

2. Nível Tático:

a) Secretaria de Administração e Orçamento: planejar, coordenar e supervisionar as atividades de administração dos recursos materiais, patrimoniais, licitações, contratações e aquisições, serviços gerais, obras e projetos, manutenção e conservação predial, e ainda as atividades relacionadas administração orçamentária e financeira do Tribunal, bem como estabelecer diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução dessas atividades. Possui três coordenações: **Orçamento e Finanças** (planos anuais e plurianuais, propostas orçamentárias, solicitações de créditos adicionais, bem como



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

liberação dos recursos orçamentários e financeiros); **Serviços Gerais** (manutenção e conservação dos imóveis e dos veículos oficiais e de fiscalização dos contratos) e **Material e Patrimônio** (aquisição, guarda, padronização, registro, distribuição, conservação e desfazimento de material de consumo e permanente);

b) Secretaria de Gestão de Pessoas: planejar e supervisionar as atividades relativas à área de gestão de pessoas, estabelecendo diretrizes, normas, critérios e programas adotados na execução dessas atividades. Possui duas coordenações: **Pessoal** (atividades relativas à aplicação da legislação de pessoal, folhas de pagamento e registros funcionais) e **Desenvolvimento** (planeja e supervisiona as atividades referentes à seleção, recrutamento, avaliação e lotação de pessoal).

c) Secretaria de Tecnologia da Informação: planejar e supervisionar as atividades relativas à área de gestão de tecnologia da informação, estabelecendo diretrizes, normas, critérios e programas adotados na execução dessas atividades. Possui duas coordenações: **Soluções Corporativas** (desenvolvimento das soluções de tecnologia da informação considerando as diretrizes definidas pela administração) e **Infraestrutura** (planeja e gerencia a infraestrutura de serviços, os equipamentos de tecnologia da informação e a comunicação de dados além de suporte operacional às unidades do Tribunal e Zonas).

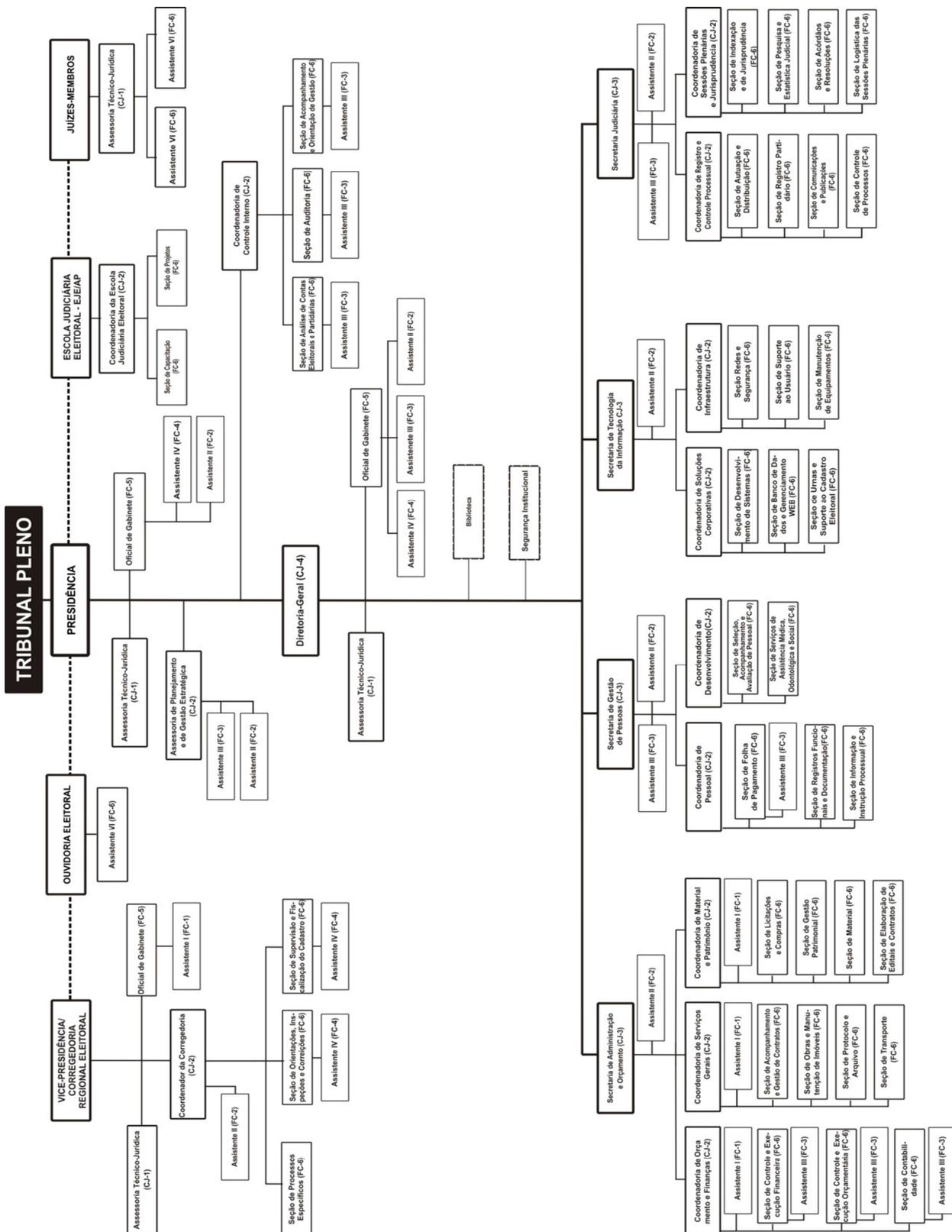
d) Secretaria Judiciária: secretariar as sessões judiciais, ordinárias, extraordinárias e as solenes, proceder aos atos ordinatórios, nos termos do art. 162, § 4º do Código de Processo Civil, de acordo com a determinação do juiz relator. Possui duas coordenações: **Registros e Informações Processuais** (planeja e supervisiona as atividades relativas aos atos judiciais, examina e subscreve os atos e termos processuais, expede e autentica as certidões ou cópias extraídas dos autos) e **Sessões e Jurisprudência** (planeja e supervisiona as atividades relacionadas às sessões plenárias, realiza a conferência e a revisão das atas das sessões e das notas de julgamento e demais serviços).

e) Escola Judiciária Eleitoral: Promove a realização de cursos de capacitação, formação e pós-graduação de magistrados e servidores, voltados às áreas de conhecimento diretamente ligadas à Justiça Eleitoral, especificamente o Direito Público, com ênfase em Direito Eleitoral. A sua organização e o seu funcionamento estão disciplinados na Resolução TRE-AP nº 218/2003, alterada pela Resolução TRE-AP nº 403/2012.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro Próprio – Organograma do TRE/AP





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

3.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos do Tribunal ainda não foram formalmente homologados. Foram identificados os principais processos, utilizando-se de conhecimentos práticos e conceituais, norteando-se pelo trabalho desenvolvido pelo Escritório de Processos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os Macroprocessos Finalísticos estão ligados à essência da organização e estão diretamente relacionados ao objetivo maior dela. Compreendem o conjunto de processos de trabalho, que geram produto ou serviço ao cliente externo, considerados essenciais à existência da Instituição.

Para esta Justiça Especializada, garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia exprimem sua razão de existir, compondo a missão institucional.

São macroprocessos finalísticos:

- I - Prestação de Serviços ao Cidadão;
- II - Logística do Processo Eleitoral;
- III- Prestação Jurisdicional Eleitoral.

Os principais usuários ou destinatários: sociedade em geral, destacando-se neste universo os eleitores, partidos políticos e candidatos.

1 - Prestação de Serviços ao Cidadão

Abrange serviços relacionados à administração dos dados relativos à inscrição, movimentações e atualização da situação do eleitor, tais como alistamento, transferência de domicílio, revisão de dados, expedição de segunda via de título e emissão de certidões. O Sistema ELO – Eleitor Online – é a principal ferramenta utilizada nas atividades de manutenção do Cadastro Eleitoral.

a) Alistamento Eleitoral: processo que habilita o indivíduo, perante a Justiça Eleitoral, como eleitor e sujeito de direitos políticos, conquistando a capacidade eleitoral ativa (direito de votar). Esse processo ocorre basicamente em três fases: Qualificação, ato pelo qual a pessoa natural faz prova de que é alistável por preencher todos os requisitos previstos em lei; Inscrição: preenchimento do Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE (formulário



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

eletrônico); Deferimento, o RAE, devidamente instruído, é encaminhado para o Juiz Eleitoral para análise.

b) Transferência de Domicílio: o alistamento eleitoral vincula o eleitor a uma seção eleitoral de uma zona pertencente a um determinado município, declarado como seu domicílio eleitoral. Pela transferência é possível ao eleitor requerer a mudança desse domicílio que não se confunde com o civil.

c) Expedição de Segunda Via: em caso constatado de perda ou extravio de título eleitoral, assim como sua inutilização ou dilaceração, o eleitor poderá solicitar ao juiz de seu domicílio a expedição de segunda via.

d) Revisão dos dados: o eleitor, ao comparecer numa unidade desta Justiça, tem seus dados revisados de modo a manter seu cadastro atualizado.

e) Emissão de Certidões: emissão de certidão de quitação eleitoral e criminal eleitoral aos eleitores de modo a aferir a regularidade com as obrigações eleitorais.

f) Filiação Partidária: ato pelo qual o eleitor, formalmente, manifesta sua adesão ao programa de um partido político. O eleitor deverá requerer ao partido político sua filiação cuja análise ocorre *interna corporis*.

Quadro Próprio - Identificação das Zonas Eleitorais, Municípios e Eleitorado – Estatística do Eleitorado

Zona Eleitoral	Município	Eleitorado
1º ZE	Amapá	5.551
1ª ZE	Pracuúba	2.682
2º/10ª ZE	Macapá	273.716
3º ZE	Calçoene	6.889
4º ZE	Oiapoque	17.315
5º ZE	Mazagão	12.669
6º ZE	Santana	69.143
7º ZE	Laranjal do Jari	26.762
8º ZE	Tartarugalzinho	7.315
9º ZE	Ferreira Gomes	5.967



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Zona Eleitoral	Município	Eleitorado
10º ZE	Cutias	3.661
10º ZE	Itaubal	4.746
11º ZE	Serra do Navio	3.166
11ª ZE	Pedra Branca do Amapari	7.763
12º ZE	Porto Grande	11.963
13º ZE	Vitória do Jari	9.069
Total		468.377

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-por-municipio-zona>
Acessado em 23/05/2016

2- Logística do Processo Eleitoral

Envolve a operacionalização do processo eleitoral, abrangendo preparação, realização das eleições, apuração dos votos e diplomação dos eleitos. A logística do processo eleitoral desdobrou-se em 17 subprocessos:

a) Fechamento do Cadastro Eleitoral: estruturação física e de recursos humanos compatível com a elevada demanda que caracteriza o período anterior ao prazo final para regularização do cadastro eleitoral.

b) Comissões Estratégicas: comissões responsáveis pelo gerenciamento da execução do planejamento das eleições gerais de 2014;

c) Mesários e Coordenadores dos locais de votação: conjunto de ações relacionadas à convocação e treinamento de mesários e coordenadores.

d) Ações Administrativas: atividades como elaboração de proposta orçamentária de pleitos, execução do Orçamento de Pleitos Eleitorais, planejamento de aquisição de materiais e combustíveis, contratação de filmagem para Votação Paralela, contratação de pessoal de apoio, dentre outros;

e) Suprimento de Fundos: ações visando a regular aplicação e prestação de contas de suprimento de fundos;

f) Locais de Votação: ações destinadas a verificar as condições físicas dos locais escolhidos para o funcionamento das seções eleitorais, a fim de apurar a viabilidade e



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

possíveis necessidades de reparos em sua infra-estrutura, e divulgação dos locais de votação com as possíveis agregações de seções.

g) Treinamentos: capacitação de servidores e pessoal terceirizado para apoio às zonas eleitorais em relação aos procedimentos de urna eletrônica, juntas eleitorais, voto cantado e transmissão de dados e condutas vedadas para o pleito eleitoral;

h) Reuniões/seminários: destinadas aos Partidos Políticos, OAB e Conselho Regional de Contabilidade – CRC que abordaram as normas reguladoras das prestações de contas eleitorais, registro de candidatura e propaganda eleitoral;

i) Comunicação Social: publicidade de todas as etapas da logística e do processo eleitoral;

j) Registro de Candidatura: processar o registro de candidaturas dos possíveis candidatos a cargos eletivos;

k) Propaganda Eleitoral: fiscalização da propaganda eleitoral;

l) Ações Judiciais Eleitorais: análise e apreciação dos feitos em matéria eleitoral;

m) Transmissão de Dados: conjunto de ações destinadas a prover os pólos de transmissão localizados na Capital e Interior dos meios para transmissão dos Boletins de Urnas, a fim de agilizar a totalização dos votos;

n) Logística de Urnas: conjunto de procedimentos técnicos de manutenção e preparação das urnas eletrônicas utilizadas no Pleito Eleitoral;

o) Prestação de Contas de Campanha Eleitoral: analisar e julgar a prestação de contas de candidatos e partidos;

p) Juntas Eleitorais: conjunto de ações para formação deste órgão da Justiça Eleitoral com finalidade de apurar o resultado das Eleições.

q) Diplomação dos Eleitos: habilitar eleitos e suplentes para exercer o mandato.

3- Prestação Jurisdicional Eleitoral

A Prestação Jurisdicional é subdividida em dois graus de jurisdição: 1º Grau (Juizes das Zonas Eleitorais) e de 2º Grau (Juizes do Pleno).



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

A Secretaria Judiciária e os Cartórios Eleitorais desenvolvem, dentro de suas atribuições funcionais, atividades de autuação, julgamento e acompanhamento, até o trânsito em julgado, de matérias eleitorais.

O planejamento das tarefas a serem efetivadas no trâmite normal de processos, bem como nos processos referentes às Eleições Municipais, que implicaram em maior aporte de atividades da Secretaria e dos Cartórios.

Para o satisfatório desempenho de suas funções, os servidores da Secretaria e dos Cartórios Eleitorais contaram com o desenvolvimento de espírito de equipe, onde todos foram capacitados e treinados para o desenvolvimento de diversas tarefas, a fim de permitir a efetivação e o cumprimento de prazos e o regular andamento dos processos.

Todas as informações contidas em seu Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP, salvo as que de segredo de justiça, estão disponibilizadas na rede mundial de computadores e podem ser acessadas.

A sazonalidade bienal da realização de eleições em anos pares implica em uma intensa carga de trabalho, principalmente nas Zonas Eleitorais com os procedimentos: Registro de Candidaturas, Fiscalização da Propaganda Eleitoral, Registro de Comitês Financeiros, além das demais atividades afetas ao pleito, em especial, a toda a logística da eleição.

Na ocorrência de recursos eleitorais, medidas cautelares, mandados de segurança, dentre outros, inclusive administrativos e os relacionados aos procedimentos de eleição podem ser impetrados em segundo grau de jurisdição e concomitantemente aos demais processos de competência originária deste Tribunal são processados e julgados pelo Pleno.

Embora não possuindo unidade específica em sua estrutura para tratar da gestão por processos, em razão da escassez de pessoal, todos os macroprocessos foram conduzidos buscando-se sempre desenvolvê-los no sentido de alcançar os objetivos estratégicos institucionais.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

**3- PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS
ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL**

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Planejamento Estratégico, aprovado em janeiro de 2010, tem como marco final o ano de 2014. Foi concebido para nortear a gestão do Tribunal, ao longo deste quinquênio.

Foi desenvolvido com base nas premissas contidas na Resolução do CNJ, nº 70/2009, que instituiu a Estratégia do Poder Judiciário.

O TSE enviou técnicos da Fundação Getúlio Vargas a este Regional para prestar consultoria na elaboração e a metodologia utilizada foi o *Balanced Score Card – BSC*.

Orientado para dar efetividade à missão e visão institucional, o planejamento estratégico está estruturado sob as perspectivas:

I - **sociedade**, cujo objetivo é prestar serviços de excelência, garantindo a legitimidade do processo eleitoral;

II - **processos internos**, com foco no aprimoramento da eficiência operacional, atuação institucional, responsabilidade social, alinhamento e integração;

III - **recursos**, no tocante a gestão de pessoas, orçamento, infraestrutura e tecnologia.

O Planejamento Estratégico 2010-2014 encontra-se estruturado na conformidade do mapa estratégico constante no quadro próprio 04 – Mapa Estratégico.

O TSE editou a Portaria nº 154/2014 (DJE-TSE, nº 054, de 20/03/2014) determinando que a elaboração do novo planejamento estratégico da Justiça Eleitoral, sob a coordenação do TSE, somente seria realizada após o término das eleições de 2014.

A Resolução TRE/AP nº 456/2015, aprova a prorrogação da vigência do Plano Estratégico 2010/2014, bem como das metas estabelecidas nos indicadores estratégicos até 31 de dezembro de 2015.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.1.1 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Para concretização da missão institucional ora delineada e alcance da visão de futuro definida foram estabelecidos 16 objetivos estratégicos.

As principais estratégias abordadas frente aos objetivos estabelecidos se referem mais aos obstáculos relativos à mudança que está sendo proposta pelo CNJ e pelo TCU ao padrão cultural de gestão administrativa estabelecido no serviço público brasileiro do que ao cumprimento das metas em si.

A primeira delas é a necessidade de se trabalhar com indicadores, outra é a customização das metodologias de gestão de projetos e de gestão de processos.

Tal realização traz como consequência uma maior segurança ao processo eleitoral, aumentando ainda mais a credibilidade das eleições junto à sociedade.

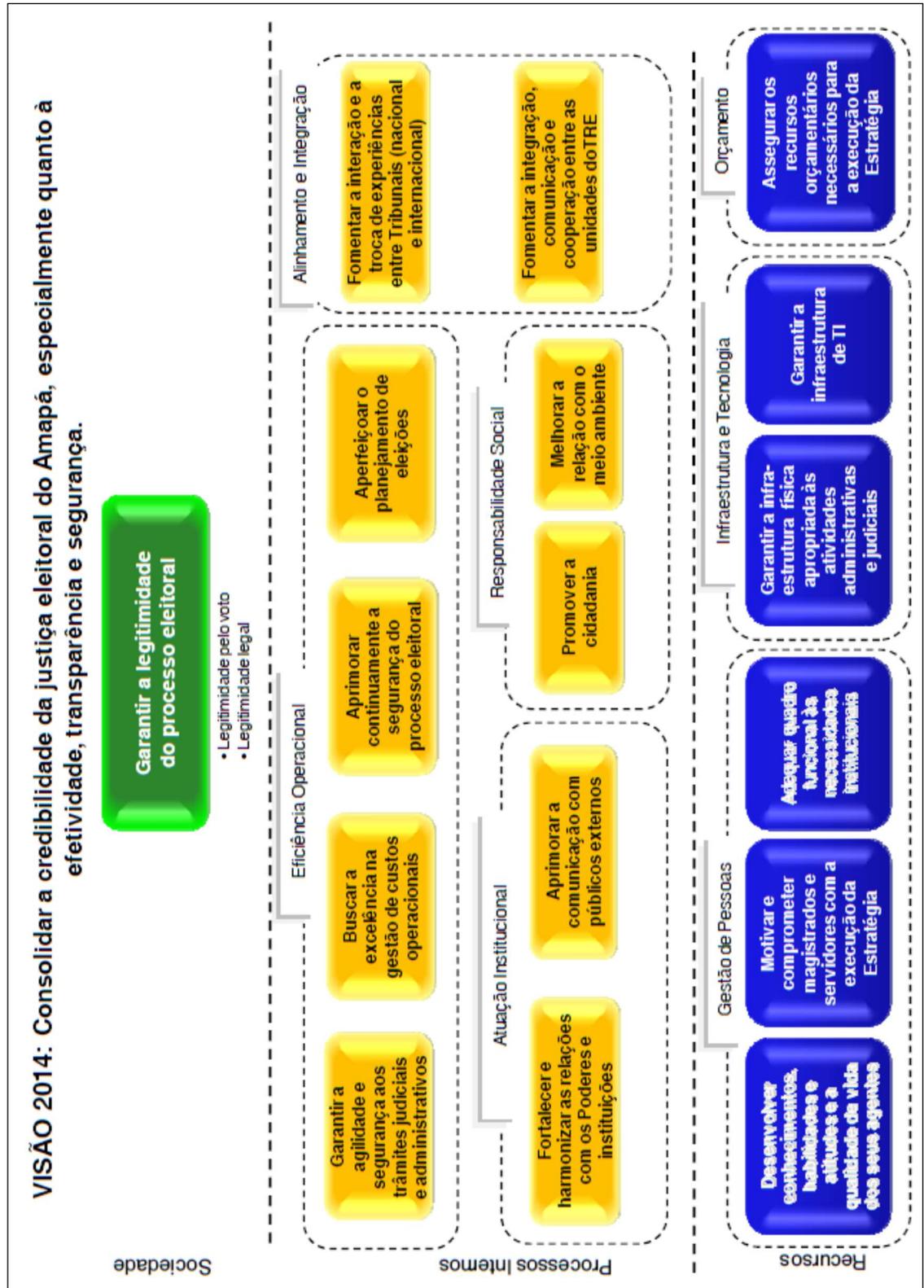
Quadro Próprio - Objetivos Estratégicos

Tema: Orçamento	
Objetivo:	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia.
Tema: Infra-Estrutura e Tecnologia	
Objetivo:	Garantir a infra-estrutura de TI.
Objetivo:	Garantir a infra-estrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.
Tema: Gestão de Pessoas	
Objetivo:	Adequar o quadro funcional às necessidades institucionais.
Objetivo:	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia
Objetivo:	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes e a qualidade de vida dos servidores.
Tema: Responsabilidade Social	
Objetivo:	Melhorar a relação com o meio ambiente.
Objetivo:	Promover a cidadania.
Tema: Atuação Institucional	
Objetivo:	Aprimorar a comunicação com o público externo.
Objetivo:	Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições
Tema: Alinhamento e Integração	
Objetivo:	Fomentar a Integração e troca de experiências entre os Tribunais (nacionais e internacionais)
Objetivo:	Fomentar a integração, comunicação e cooperação entre as unidades do TRE
Tema: Eficiência Operacional	
Objetivo:	Aperfeiçoar o planejamento de eleições.
Objetivo:	Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral.
Objetivo:	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.
Objetivo:	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro Próprio - Mapa Estratégico





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.1.2 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá é um órgão colegiado de segundo grau de jurisdição eleitoral, conforme disposto no art. 12 do Código Eleitoral c/c arts. 92, V, 118, II e 121 da Carta Magna.

Em conjunto com os demais Órgãos da Justiça Eleitoral possui atuação finalística diretamente vinculada à garantia dos direitos de votar e ser votado, assegurando o pleno exercício da cidadania em suas diversas manifestações.

Realiza, dentre outras atribuições, o alistamento, a organização dos pleitos eleitorais, a fiscalização da propaganda eleitoral, a apuração dos votos, a diplomação dos eleitos, julga os crimes eleitorais, as ações objetivando a cassação do registro, do diploma ou do mandato dos candidatos eleitos ou a declaração de inelegibilidade.

Possui competência originária e recursal para processar e julgar as matérias dispostas nos arts. 29 e 30 do Código Eleitoral, nas Leis complementares nº: 64/1990 e 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), dentre outros normativos específicos da seara eleitoral.

A vinculação do Plano Estratégico está refletida na missão: garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

Neste contexto, a visão 2014: Consolidar a credibilidade da justiça eleitoral do Amapá, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

O PPA do Governo Federal abrange o período 2012-2015, distinto do período abarcado pelo Planejamento Estratégico deste Tribunal, 2010-2014 e do Poder Judiciário. Portanto, anterior ao PPA vigente.

Dessa forma, e em razão das peculiaridades dessa Justiça Especializada, o PPA do Governo Federal não guarda grandes similaridades com o atual Planejamento Estratégico, nem há entre os Programas Temáticos do Anexo I da Lei 12.593/2012, qualquer que seja de responsabilidades desta Corte Especializada.

Com relação ao Anexo II que trata dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, os programas intrínsecos são: Programa 1389 - Controle da Atuação



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Administrativa e Financeira no Poder Judiciário e Programa 0570 - Gestão do Processo Eleitoral.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

a) Indicadores utilizados para monitorar e avaliar a gestão

Indicador 1:	Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria				
Objetivo Estratégico	Prestar Serviços de excelência.				
O que mede	O percentual de contatos dirigidos à Ouvidoria que receberam respostas.				
Para que medir	Avaliar o grau de prontidão da Ouvidoria				
Quem mede	Ouvidoria				
Quando medir	Trimestralmente				
Onde medir	Registros de comunicações recebidas e expedidas pela ouvidoria				
Como medir	<p>Total de Contatos que Receberam Respostas (TCRR) dividido pelo Total de Contatos Recebidos (TCR).</p> <p>Formula $(TCRR/TCR) \times 100$</p> <p>Obs.: Devem ser excluídos do indicador os contatos definidos, em norma ou instrução aplicável às atividades da Ouvidoria, como improcedentes, inadmissíveis, isentos de necessidade de resposta ou excluídos da competência do Órgão.</p>				
Situação inicial	00% em 2011				
Meta	Responder, anualmente, quantidade igual à de contatos recebidos				
	LB	2012	2013	2014	2015
	NM	100%	100%	100%	100%
Análise de 2012	Não Mensurado				
Resultado 2012	NM				
Análise de 2013	Total de 21 solicitações (19 por e-mail e 2 por telefone)				
Resultado 2013	19 solicitações foram atendidas e 2 não, totalizando 90,5% de cumprimento				
Análise 2014	Total de 74 atendimentos, sendo 01 elogio				
Resultado 2014	36 diretamente respondidas diretamente, 37 encaminhadas ao setor competente e posteriormente encaminhado ao solicitante, totalizando 100% de cumprimento.				
Análise 2015	Total de atendimentos: 80 por formulário eletrônico e 30 atendimentos por telefone.				
Resultado 2015	Todas os atendimentos foram respondidos, totalizando 100% de cumprimento				



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Indicador 2:	Percentual de eleitores com cadastro biométrico				
Objetivo Estratégico	Aprimorar o processo eleitoral				
O que mede	A relação entre os eleitores com cadastro biométrico e o eleitorado total				
Para que medir	Acompanhar a evolução do percentual de eleitores com cadastro biométrico de modo a evitar fraudes de identificação				
Quem mede	Secretaria de tecnologia da Informação				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Sistema de Cadastro Nacional				
Como medir	Total acumulado de Eleitores com Cadastramento Biométrico (TECB), dividido pelo Total de eleitores (TE). Formula $(TECB/TE) \times 100$				
Situação inicial	1,6% em 2011				
Meta	Atingir 100% do eleitorado cadastrado biometricamente				
	LB	2012	2013	2014	2015
	100%	2%	95%	100%	100%
Análise de 2012	No universo de 447.515 eleitores, foram revisados com cadastro biométrico 5.199				
Resultado 2012	Cumprimento 1.16%				
Análise de 2013	No universo de 443.739 eleitores, foram revisados com cadastro biométrico 321.792				
Resultado 2013	Cumprimento 73%				
Análise 2014	No universo de 475.641 eleitores, todos estão cadastrados biometricamente.				
Resultado 2014	Cumprimento 100%				
Análise 2015	O eleitorado do Amapá é 100% cadastrado biometricamente				
Resultado 2015	O eleitorado do Amapá é 100% cadastrado biometricamente				

Indicador 3:	Taxa de Congestionamento				
Objetivo Estratégico	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.				
O que mede	A relação entre os processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento				
Para que medir	Verificar a capacidade da Justiça Eleitoral em atender à demanda de processos judiciais.				



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Indicador 3:	Taxa de Congestionamento
Quem mede	Secretaria Judiciária e Corregedoria
Quando medir	Mensalmente
Onde medir	SADP
Como medir	<p>1º Grau:</p> <p>Total de processos baixados no 1º grau no período base (Tbaix 1º) dividido pelo total de casos novos (CN1º) acrescido ao total de casos pendentes de julgamento (CP1º) subtraído de um.</p> <p>Formula $1-(Tbaix1^\circ/(CN1^\circ+CP1^\circ))$</p> <p>Obs.: Consideram-se baixados: Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; Processos remetidos para instância superior; Processos arquivados definitivamente; Processos suspensos/sobrestados; e Processos apensados, desde que não continuem tramitando.</p> <p>Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos;</p> <p>Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista;</p> <p>Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado;</p> <p>Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o juízo q o remeter, nem como caso novo para o juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima;</p> <p>Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais. Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração) e os recursos externos (recurso eleitoral).</p> <p>Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais: Ação Cautelar; Ação de Impugnação de Mandato de Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação Penal; Apuração de Eleição; Embargos a Execução; Exceção; Habeas Corpus; Habeas Data; Mandato de segurança; Petição de Natureza</p>



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Indicador 3:	Taxa de Congestionamento
	<p>Judicial; Prestação de Contas ; Registro de Candidaturas; e Representação</p> <p>2º Grau</p> <p>Total de processos baixados no 2º grau no período base (Tbaix2º) dividido pelo total de casos novos (CN2º) acrescido ao total de casos pendentes de julgamento (CP2º), subtraído de um.</p> <p>Formula $1-(T\text{Baix}2^\circ/(CN2^\circ+CP2^\circ))$</p> <p>Obs.: Consideram-se baixados: Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; Processos remetidos para instância superior; Processos arquivados definitivamente; Processos suspensos/sobrestados; e Processos apensados, desde que não continuem tramitando.</p> <p>Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos; não constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista;</p> <p>Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deverá ser considerado;</p> <p>Averiguar com relação aos processos de prestação de contas deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais;</p> <p>Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra a decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento);</p> <p>Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:</p>



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Indicador 3:	Taxa de Congestionamento				
	Ação Cautelar; Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação Penal eleitoral; Ação Rescisória; Apuração de Eleição; Conflito de Competência; Embargos à Execução; Exceções; Habeas Corpus; Habeas Data; Mandado de Injunção; Mandado de Segurança; Pedido de Desaforamento; Petição; Prestação de Contas; Reclamação; Recurso em Mandado de Injunção; Recurso em Mandado de Segurança; Registro de Candidatura; Representação; Revisão Criminal; e Suspensão de Segurança/Liminar.				
Situação inicial	40% em 2011				
Meta	Reduzir para percentual inferior a 5% até 2015				
	LB	2012	2013	2014	2015
	50%	<40%	<30%	<15%	<5%
Análise de 2012	Medição realizada em dezembro de 2012 indicou a taxa de 30% de congestionamento, informações extraídas do programa justiça em Números.				
Resultado 2012	30,0%				
Análise de 2013	Medição realizada em dezembro de 2013 indicou a taxa de 47% de congestionamento, informações extraídas do programa justiça em Números.				
Resultado 2013	47,0%				
Análise 2014	Medição realizada em dezembro de 2014 indicou a taxa de 66,5% de congestionamento, informações extraídas do programa justiça em Números.				
Resultado 2014	66,5%				
Análise 2015	O CNJ não publicou até o envio deste relatório o índice de 2015;				
Resultado 2015	Prejudicado				

Indicador 4:	Percentual de disponibilização do inteiro teor das decisões preferidas, na internet
Objetivo Estratégico	Aprimorar a comunicação interna e externa



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Indicador 4:	Percentual de disponibilização do inteiro teor das decisões preferidas, na internet				
O que mede	O percentual de decisões proferidas no âmbito da Justiça Eleitoral disponibilizadas na íntegra na Internet.				
Para que medir	Para garantir a disponibilidade de informação ao público externo				
Quem mede	Secretaria Judiciária e Corregedoria				
Quando medir	Mensalmente				
Onde medir	SADP e Internet				
Como medir	<p>Total de Processos com Inteiro Teor de decisões publicadas na íntegra (TPP) na internet, dividido pelo Total de Processos Julgados do Período (TPJ), multiplicado por cem.</p> <p>Formula $(TPP/TPJ) \times 100$</p> <p>Obs.: Serão consideradas decisões para o 1º Grau as sentenças e para o 2º Grau as decisões monocráticas e acórdãos</p> <p>Obs2.: No 1º Grau será considerada a publicação integral da sentença e no 2º Grau a publicação do acórdão completo para configuração do "inteiro teor".</p>				
Situação inicial	1,6% em 2011				
Meta	Disponibilizar o inteiro teor de 100% das decisões proferidas no âmbito do TRE-AP-AP ate 2013				
	LB	2012	2013	2014	2015
		90%	100%	100%	100%
Análise de 2012	Todas as decisões são publicadas automaticamente na internet				
Resultado 2012	100%				
Análise de 2013	Todas as decisões são publicadas automaticamente na internet				
Resultado 2013	100%				
Resultado 2014	100%				
Resultado 2015	100%				



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

A Proposta Orçamentária do TRE/AP em 2015 visou à manutenção geral das atividades do órgão, pagamento de pessoal e encargos sociais, auxílios e benefícios assistenciais, sendo que estas últimas despesas tiveram respaldo em normas de pessoal e foram acompanhadas pelo TSE, através de informações repassadas pelo Regional.

No tocante à manutenção geral, a programação inicial no valor de R\$ 13.608.573,00 (treze milhões e seiscentos e oito mil e quinhentos e setenta e três reais) sofreu cortes de R\$ 2.757.644,00 (dois milhões e setecentos e cinquenta e sete mil e seiscentos e quarenta e quatro reais) quando da divulgação dos Referenciais Monetários, estipulado em R\$ 10.850.929,00 (dez milhões e oitocentos e cinquenta mil e novecentos e vinte e nove reais).

Diante das limitações orçamentárias, os esforços da Administração concentraram-se em assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, através de solicitação de Emendas Parlamentares. Como resultado das tratativas junto aos parlamentares do Amapá, o TRE/AP conseguiu R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) de Emenda Individual na ação 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral. Assim, a Lei Orçamentária Anual – LOA/2015 consignou ao Regional um orçamento inicial de R\$ 11.100.929,00 (onze milhões e cem mil e novecentos e vinte e nove reais).

Além do acréscimo na dotação inicial para a manutenção geral do órgão, houve um aporte orçamentário originário de Emendas da Bancada Federal do Amapá no montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na ação 7U74 - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Macapá. As demais ações destinaram-se ao atendimento das ações de Pessoal e Encargos Sociais, Auxílios e Benefícios Assistenciais.

Assim, através da Lei Orçamentária Anual - LOA/2015, foi consignado ao TRE/AP R\$ 51.129.760,00 (cinquenta e um milhões e cento e vinte e nove mil e setecentos e sessenta reais), contemplando dois Programas de Trabalho 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0570 – Gestão do Processo Eleitoral, detalhada pelas seguintes funcionais programáticas:



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PROGRAMA 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	
Funcional Programática	Valor (R\$)
0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões	832.000,00
PROGRAMA 0570 – Gestão do Processo Eleitoral	
Funcional Programática	Valor (R\$)
20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na JE	11.100.929,00
20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União	22.737.923,00
2004 – Assistência Médica e Odontológica	1.150.680,00
2010 – Assistência Pré-Escolar	349.272,00
2011 – Auxílio Transporte	1.200,00
2012 – Auxílio Alimentação	1.272.000,00
00MI – Benefícios Assistenciais (auxílio Funeral e Natalidade)	45.756,00
09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Reg. Previdência dos Servidores Públicos Federais	3.640.000,00
7U74 – Construção de Cartório Eleitoral no Município de Macapá	10.000.000,00
TOTAL	51.129.760,00

As alterações realizadas na dotação original pautaram-se nas suplementações de créditos e por ajuste na dotação original. Este ocorreu por meio de remanejamento da ação 7U74 – Construção de Cartório Eleitoral no Município de Macapá – AP para ação 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, no montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), garantindo as iniciativas constantes no planejamento institucional.

Além do orçamento consignado da Lei Orçamentária Anual – LOA/2015, a Unidade Prestadora de Contas recebeu provisões orçamentárias nas ações Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor e Pleitos Eleitorais nos valores respectivos de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e R\$ 10.908,00 (dez mil e novecentos e oito reais). Este último, destinado à contratação de serviço de manutenção de Unas Eletrônicas.

Destacou-se também em 2015 a realização de Concurso Público, com crédito contemplado na LOA de R\$ 968.265,00 (novecentos e sessenta e oito mil e duzentos e sessenta e cinco reais), em função da previsão de estimativa de receita orçamentária. O



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Contrato firmado entre o TRE/AP e a Fundação Carlos Chagas no montante de R\$ 584.955,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil e novecentos e cinqüenta e cinco reais) culminou em economia de recurso para os cofres públicos em R\$ 39.705,00 (trinta e nove mil e setecentos e cinco reais), pois foram arrecadados através das taxas de inscrições R\$ 624.660,00 (seiscentos e vinte e quatro mil e seiscentos e sessenta reais), conforme demonstrativo da Conta Contábil 724220100 (arrecadação líquida por código destinação primária).

Destaca-se o contingenciamento ocorrido na ação 7U74 – Construção e Cartório Eleitoral no Município de Macapá, em virtude da política de contenção de gasto imposta pelo Governo Federal, cabendo a este Tribunal R\$ 4.523.918,00 (quatro milhões, quinhentos e vinte e três mil e novecentos e dezoito reais), divulgado através da Portaria nº 271/2015-TRE/AP.

Em cumprimento às Resoluções do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 79 e 102, por meio das informações extraídas do SIAFI, a UJ disponibilizou o acompanhamento das ações consignadas no orçamento de 2015, através de relatórios da execução orçamentária, disponíveis na internet, em ícone intitulado Portal da Transparência. Tais informações possibilitaram a divulgação, em tempo real, das atividades da UPC, alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias.

Duas ações obtiveram metas definidas na LOA/2015, o que possibilitou um diagnóstico da sua execução, sendo que o acompanhamento da execução física foi efetivado por meio de avaliações dos dados dos localizadores (subtítulos das ações), captados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, a saber:

1. Ação 7U74 - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Macapá - AP

Produto: Cartório Construído

Unidade de medida: percentual de execução física

Localizador: 0402 - No Município de Macapá – AP: do valor empenhado (R\$ 2.476.082,00) houve execução financeira de R\$ 17.762,06 (dezessete mil, setecentos e sessenta e dois reais e seis centavos). A demora na execução da ação deveu-se às dificuldades em contratar empresa especializada na execução de projetos executivos complementares de engenharia. A obra foi



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

dividida em 2 etapas, com previsão de conclusão em 07/07/2016, atingindo 100% de execução física da obra.

2. Ação 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Produto: Eleitor Atendido

Unidade de medida: unidade

Localizador: 0016 - No Estado do Amapá. A Ação contemplou 02 (dois) Planos Orçamentários, com os seguintes desempenhos físicos:

- Plano Orçamentário: 0001. Julgamento de Causas e Gestão Administrativa: memória de cálculo: $META (524.054) \times LIQUIDADO (R\$ 11.283.098,72) / DOTAÇÃO ATUAL (R\$ 13.531.729,00) = \underline{\underline{436.970 \text{ ELEITORES ATENDIDOS}}}$;

- Plano Orçamentário 0002. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS. A execução da meta ocorreu de acordo com o Planejado no Plano Anual de Capacitação – PAC. Atingindo-se o percentual de 100% da meta contemplada na LOA/2015: **149 SERVIDORES CAPACITADOS.**

Apesar de não haver previsão de execução física na LOA/2015 das ações Assistência Pré-Escolar, Auxílio Alimentação, Assistência Médica e Odontológica a Servidores, bem como Auxílio Transporte, referidas ações atingiram o percentual de 100%, com exceção de Auxílio Transporte, que não apresentou execução orçamentária/financeira e física, em virtude de não ser solicitado o referido benefício por parte de nenhum servidor.

Apesar da limitação de empenho e de movimentação financeira imposta ao Regional, não houve prejuízo que inviabilizasse a gestão. Isto só foi possível pelas alterações orçamentárias que ocorreram no decorrer do exercício, refletindo um adequado planejamento e satisfatório gerenciamento da UPC. Desse modo, as ações contempladas na LOA/2015 e Créditos Adicionais foram executados de forma satisfatória.

O disposto no Quadro – Ações não Previstas na LOA do Exercício - Restos a Pagar – OFSS, referem-se a Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores, cuja análise está sendo tratada no item 4.3.3.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Quadro – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

(NÃO SE APLICA A UPC)

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS (ANEXO I)

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	00M1			Tipo	Operações Especiais		
Descrição	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código	570	Tipo		
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16	45.756,00	45.756,00	18.065,52	18.065,52	18.065,52	0,00	

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/SIOP

NOTA 1: Não há previsão de execução física na LOA

NOTA 2: Não há Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Identificação da Ação							
Código	09HB			Tipo	Operações Especiais		
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código	570	Tipo		
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16	3.640.000,00	3.662.887,00	3.662.662,92	3.608.529,44	3.608.529,44	0,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
16	1.787,38	1.787,38	0,00				

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/SIOP

NOTA: Não há previsão de execução física na LOA



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Identificação da Ação										
Código	2010							Tipo	Atividade	
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares									
Programa	Gestão do Processo Eleitoral				Código	570		Tipo		
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá									
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária anual do exercício										
Execução Orçamentária e Financeira										
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação			Despesa			Restos a Pagar do exercício			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
16	349.272,00	349.272,00	307.702,53	307.702,53	307.702,53	0,00				

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/SIOP

NOTA 1: Não há previsão de execução física na LOA

NOTA 2: Não há Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Identificação da Ação										
Código	2011							Tipo	Atividade	
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares									
Programa	Gestão do Processo Eleitoral				Código	570		Tipo		
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá									
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária anual do exercício										
Execução Orçamentária e Financeira										
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação			Despesa			Restos a Pagar do exercício			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
16	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00				

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/SIOP

NOTA 1: Não há previsão de execução física na LOA

NOTA 2: Não há Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Identificação da Ação							
Código	2012					Tipo	Atividade
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
Programa	Gestão do Processo Eleitoral			Código	570	Tipo	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16	1.272.000,00	1.401.330,00	1.357.585,91	1.357.585,91	1.356.039,03		0,00

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/SIOP

NOTA 1: Não há previsão de execução física na LOA

NOTA 2: Não há Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Identificação da Ação							
Código	20GP					Tipo	Atividade
Descrição	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral						
Programa	Gestão do Processo Eleitoral			Código	570	Tipo	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16	11.100.929,00	14.141.929,00	13.627.019,57	11.810.521,78	11.648.827,72	161.694,06	
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
16	Eleitor Atendido			Unidade	524,054		0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizado
16	3.793.319,74	3.429.250,02	281.943,10				

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/SIOP

NOTA: Não há previsão de execução física em Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Identificação da Ação							
Código	2004					Tipo	Atividade
Descrição	Assistencia Medica e Odontologia						
Programa	Gestão do Processo Eleitoral			Código	570	Tipo	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Proc
16	1.150.680,00	1.150.680,00	1.150.680,00	1.150.680,00	1.148.013,01	2.666,69	

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/SIOP

NOTA: Não há previsão de execução física na LOA

Identificação da Ação							
Código	20TP					Tipo	Atividade
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da Uniao						
Programa	Gestão do Processo Eleitoral			Código	570	Tipo	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Proc
16	22.737.923,00	25.598.300,00	25.598.300,00	25.277.851,94	25.277.851,94	0,00	

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/SIOP

NOTA: Não há previsão de execução física na LOA



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Identificação da Ação							
Código	181					Tipo	Operações Especiais
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões						
Programa	Gestão do Processo Eleitoral			Código	89	Tipo	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16	832.000,00	1.241.373,00	1.238.913,51	1.238.913,51	1.238.913,51	0,00	

Fonte: TESOIRO GERENCIAL

NOTA 1: Não há previsão de execução física na LOA

NOTA 2: Não há Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Identificação da Ação							
Código	7U74					Tipo	Projeto
Descrição	Construção do Cartório Eleitoral no Município de Macapá						
Programa	Gestão do Processo Eleitoral			Código	570	Tipo	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
402	10.000.000,00	7.000.000,00	2.476.082,00	17.762,06	17.762,06	0,00	2.458,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
	Percentual de Execução Física				Previsão	Reprogramado	Realizado
402	Percentual de Execução Física			%	23	23	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
402	7.873.740,76	6.058.643,90	0,00	Percentual de Execução Física	%		

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/SIOP

NOTA: Na execução Orçamentária e Financeira - Dotação Final - foi contingenciado R\$ 4.523.918,00



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (ANEXO II)

Quadro – Ações não Previstas na LOA do Exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20TP				Tipo	Atividade
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da Uniao					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código	570	Tipo	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realiza
1	52.252,19	14.956,83				

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/SIOP

NOTA: Não há previsão de execução física em Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Identificação da Ação						
Código	14J2				Tipo	Projeto
Descrição	Ampliação de Cartório Eleitoral no Município de Mazagão					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código	570	Tipo	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realiza
403	12.642,79	12.642,79	0,00	Percentual de Execução Física	%	

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/SIOP

NOTA: Execução Física - Metas Realizada ocorreu em 2014

Identificação da Ação						
Código	14J7				Tipo	Projeto
Descrição	Ampliação de Cartório Eleitoral no Município Vitória do Jari					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código	570	Tipo	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Real
409	102,91		102,91	Percentual de Execução Física	%	

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/SIOP

NOTA: Execução Física - Metas Realizada ocorreu em 2014

Identificação da Ação						
Código	7T79				Tipo	Projeto
Descrição	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Santana					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral		Código	570	Tipo	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Real
407	97.979,47		97.979,47	Percentual de Execução Física	%	

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/SIOP

NOTA: Execução Física - Metas Realizada ocorreu em 2014



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Identificação da Ação						
Código	2004				Tipo	Atividade
Descrição	Assistencia Medica e Odontologia					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral			Código	570	Tipo
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Real
1	91.498,11	77.811,13				

Fonte: TESOIRO GERENCIAL/SIOP

NOTA: Não há previsão de execução física em Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Identificação da Ação						
Código	4269				Tipo	Atividade
Descrição	Pleitos Eleitorais					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral			Código	570	Tipo
Unidade Orçamentária	Tribunal Superior Eleitoral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Real
1	349.982,50	201.155,42	55.872,33			

Fonte: TESOIRO GERENCIAL

NOTA 1: suplementação de crédito pelo TSE.

NOTA 2: Não há previsão de execução física em Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Identificação da Ação						
Código	7832				Tipo	Atividade
Descrição	Implantação do Sistema de Automação					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral			Código	570	Tipo
Unidade Orçamentária	Tribunal Superior Eleitoral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Real
1	19.475,81	0,00	19.475,81			

Fonte: TESOIRO GERENCIAL

NOTA 1: suplementação de crédito pelo TSE.

NOTA 2: Não há previsão de execução física em Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Quadro – Ações do Orçamento de Investimento

(NÃO SE APLICA A UPC)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.3.2 Obrigações assumidas sem o respectivo crédito autorizado no orçamento

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos		Valores em R\$ 1,00			
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI			Denominação		
2.1.1.1.1.01.01			SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIO		
Linha detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
070029	Diversos CPF's	5.022.779,88	5.022.779,88		20,16
Fonte: SIAFI					

Análise Crítica

O valor mensurado na conta representava o passivo de quintos e diferença de auxílio alimentação, sendo que este último havia sido reconhecido pelo Pleno da corte da UJ.

O passivo de quintos foi integralmente quitado no exercício, enquanto o reconhecimento do direito à diferença do auxílio alimentação foi negado pelo TSE, motivando a sua baixa.

Restou saldo de R\$-20,16, referente a saldo indevido de DEA-despesa de exercício anterior, cuja solução operacional para cancelamento não chegou em tempo hábil.

4.3.3 Restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2014	130.663,17	84.964,26		45.698,91
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2014	12.051.495,88	9.773.504,40	236.830,91	2.041.160,57
2013	239.463,38	22.743,07	216.720,31	0,00
2012	1.822,40	0,00	1.822,40	0,00



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Análise Crítica

Restos a Pagar Processados

- Orçamento de 2014 inscrito em Restos a Pagar Processados (2014NE000308/53).....

R\$-45.698,91

Este valor permanece inscrito em Restos a Pagar Processados, face a falência da empresa contratada, cujos débitos de natureza trabalhista ainda tramitam na justiça do trabalho. O serviço foi prestado, porém a própria contratada solicitou a sustação do pagamento alegando que em razão dívidas contraídas junto à instituição financeira detentora da conta bancária, ocorreria o débito imediato do valor do crédito e lhe impediria de honrar as obrigações trabalhistas.

Foi encaminhado o Ofício nº 229/2015 – SAO/CSG a AGU, solicitando a abertura de conta judicial para depósito da referida quantia e estamos aguardando tal providência para que possamos transferir o valor para uma conta remunerada.

Restos a Pagar não Processados

a) Orçamento do exercício 2014 inscrito em Restos a Pagar: R\$-12.051.495,88

Desse montante temos que R\$-9.266.371,25 referem-se a obras, em especial a construção do cartório da 10ª ZE, na zona norte de Macapá (R\$-7.842.175,94 (2014NE001408/1470). A demora na execução desta ação deveu-se às dificuldades em contratar empresa especializada na execução de projetos executivos complementares de engenharia. Ocorreu ainda o contingenciamento determinado pelo governo federal (Portaria nº 184/2014-TRE/AP e Portaria nº 639/2014-TRE/AP), cuja descontingenciamento só se deu em dezembro de 2014, prejudicando o planejamento das contratações e as remetendo para o final do exercício, ocasionando sua inscrição em Restos a Pagar.

Dentro do valor inscrito em Restos a Pagar temos ainda outros menores desmembrados de emendas parlamentares para aquisição de mobiliário, caminhão baú, grupos geradores e outros bens permanentes.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Encontram-se também dentro do valor inscrito em Restos a Pagar saldos de notas de empenho para quitar obrigações fixas, cujo faturamento só ocorreu no exercício seguinte (contrato de vigilância, limpeza, plano de saúde, plano odontológico, etc.) e outros decorrentes de empenhos estimativos, também com faturamento no exercício seguinte (energia elétrica, água e esgoto, imprensa nacional, telefonia fixa e móvel, etc) e demais obrigações pendentes de implemento pelo contratado.

Do montante inscrito, tivemos cancelamentos que somam R\$-236.830,91. Boa parte desses cancelamentos decorreram de saldos residuais de empenhos estimativos, enquanto outros decorreram de descumprimento contratual, destacando-se o valor de R\$-51.527,30 (cancelado pelo empenhos2015NE00378/379), cancelado por inexecução contratual por parte do credor FCC Comércio e Serviço Ltda.

Do saldo de Restos a Pagar no montante de R\$-2.041.160,57 em dezembro/2015, temos R\$-1.808.437,81 (2014NE1408/1470), referente à obra de construção do cartório da 10ª ZE, na zona norte de Macapá, cuja demora na execução deveu-se em razão de problemas de compactação do solo, só sendo possível a continuidade da obra após a solução desse problema. O restante que permaneceu inscrito deve-se a contratos que ainda estão em apuração e/ou sendo questionados.

b) Orçamento do exercício 2013 inscrito em Restos a Pagar: R\$-239.463,38

Consta em 01/01/2015 saldo de Restos a Pagar não Processados do orçamento 2013 no valor de R\$-239.463,38. Houve pagamento de R\$- 22.743,07, sendo o restante cancelado, na maioria por Termos Aditivos de Contratos de Obras, onde se verificou a necessidade de readequação dos projetos já em andamento, implicando em supressões de serviços ainda não realizados. Não obstante, ocorreram também anulações de empenhos por se tratarem de despesas estimativas, que não foram executados na sua totalidade pelos prestadores dos serviços, não sendo solicitada a anulação dos saldos em tempo hábil.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.3.4 Informações sobre a Execução das Despesas

Quadro – Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá		Código UO: 14128		UGO: 070029	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	13.737.398,73	7.430.652,25	9.490.606,90	7.380.056,97	
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	
b) Tomada de Preços	492.255,17	116.887,42	492.255,16	116.445,71	
c) Concorrência	2.455.820,28	0,00	0,00	0,00	
d) Pregão	10.789.323,84	7.313.764,83	8.998.351,74	7.263.611,26	
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	2.332.519,91	988.931,96	2.155.922,48	955.198,57	
h) Dispensa	1.501.642,24	399.567,70	1.422.681,57	365.834,31	
i) Inexigibilidade	830.877,67	589.364,26	733.240,91	589.364,26	
3. Regime de Execução Especial	68.995,04	41.502,56	68.995,04	41.502,56	
j) Suprimento de Fundos	68.995,04	41.502,56	68.995,04	41.502,56	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	33.298.397,72	32.485.506,71	32.906.180,34	32.485.506,71	
k) Pagamento em Folha	32.518.273,54	32.192.435,71	32.126.056,16	32.192.435,71	
l) Diárias	780.124,18	293.071,00	780.124,18	293.071,00	
5. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	
6. Total (1+2+3+4+5)	49.437.311,40	40.946.593,48	44.621.704,76	40.862.264,81	



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá		Código UO: 14128				UGO: 070029		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	24.000.531,25	21.807.243,60	23.731.137,99	21.799.160,35	269.393,26	8.083,25	23.731.137,99	21.799.160,35
Despesas de Exercícios Anteriores	933.068,34	5.595.549,00	925.546,90	5.586.888,04	7.521,41	88.660,96	925.546,90	5.586.888,04
Obrigações Patronais	3.859.029,87	3.518.054,09	3.765.338,16	3.518.054,09	93.691,71	0,00	3.765.338,16	3.518.054,09
Demais elementos do grupo	1.707.247,00	1.325.628,59	1.703.271,84	1.288.333,23	3.975,16	37.295,36	1.703.271,84	1.288.333,23
3. Outras Despesas Correntes								
Locação de Mão-de-Obra	4.807.151,71	3.940.236,71	4.442.518,07	3.792.974,51	202.939,58	147.262,20	4.442.518,07	3.717.716,21
Outros Serviços de Terceiros - PJ	4.634.553,71	3.778.346,17	4.364.627,78	3.046.253,79	267.258,94	732.092,38	4.364.627,78	3.040.054,13
Auxílio - Alimentação	1.353.321,25	1.236.783,24	1.354.774,37	1.236.783,24	1.546,88	0,00	1.354.774,37	1.236.783,24
Demais elementos do grupo	2.738.473,55	1.859.658,03	3.338.918,20	1.550.694,63	399.555,35	308.963,40	3.338.918,20	1.548.265,63
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
Obras e Instalações	3.012.082,08	9.547.691,40	2.460.571,26	249.755,33	551.510,82	9.297.936,07	2.460.571,26	249.313,62
Equipamentos e Material permanente	2.388.553,23	1.786.585,38	1.444.060,23	623.543,22	944.492,60	1.163.042,16	1.444.060,23	623.543,22
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: Excluídas da tabela as despesas dos grupos: 2. Juros e Encargos da Dívida; 5. Inversões Financeiras e 6. Amortização da Dívida por apresentarem zerados.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.3.5 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Quadro – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	070029	TRE/AP	10	79.250,00	0	0,00	24.000,00
2014	070029	TRE/AP	39	925.790,08	0	0,00	181.000,00

Fonte: SIAFI

Quadro – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	070029	TRE/AP	26	68.995,04	0	0,00	0,00	68.995,04
2014	070029	TRE/AP	56	833.626,15	0	0,00	0,00	833.626,15

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
070029	TRE/AP	339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	33903916	17.075,17
			33903917	7.424,30
			33903919	190,00
			33903941	229,40
			33903962	318,20
			33903963	1.020,00
		339030 – Material de Consumo	33903001	8.054,00
			33903009	349,96
			33903011	81,50
			33903013	139,80
			33903016	571,83
			33903021	30,26
			33903022	3.970,23
			33903024	7.469,34
			33903026	1.073,99
			33903028	188,00
			33903039	8.413,69
			33903042	80,80
			33903044	758,57
			33903096	1.120,00
		33903917	7.424,30	
		33903919	190,00	
		33903941	229,40	
		33903962	318,20	
		33903963	1.020,00	
		339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	33903618	2.000,00
			33903621	2.936,00
			33903622	4.000,00
			33903625	1.500,00
		TOTAL		
Fonte: SIAFI				



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Análise Crítica:

No exercício de 2015 foi concedido o montante de R\$ 79.250,00 via Suprimento de Fundos através da conta tipo “B”. Desse valor foram utilizados R\$ 68.995,04 em prestação de serviços de terceiros – Pessoa Jurídica (R\$ 26.257,07), Pessoa Física (R\$ 10.436,00) e aquisição de material de consumo (R\$ 32.301,97), que não puderam subordinar-se ao procedimento licitatório normal, sendo R\$ 56.970,81 na Secretaria do Tribunal e R\$ 12.024,23 nas Zonas Eleitorais. Foi devolvido o valor de R\$ 10.254,96 via GRU.

Do valor utilizado em serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 93,30% corresponde a serviços de manutenção e conservação de bens imóveis e manutenção e conservação de máquinas e equipamentos. Quanto a serviços de terceiros – Pessoa Física 66,46% diz respeito a serviços de manutenção e conservação de bens imóveis de outras naturezas e manutenção e conservação de bens imóveis. Do valor executado com aquisição de material de consumo 86,39% corresponde à aquisição de combustíveis e lubrificantes automotivos, material de limpeza e produtos de higienização, material para manutenção de bens imóveis e materiais para manutenção de veículos.

Justifica-se a redução de valores concedidos em 2015 em relação ao exercício de 2014, em função de ser este um ano eleitoral, o que exige maior descentralização de recursos para a realização do Pleito.

A liberação de recursos teve embasamento nos seguintes dispositivos legais: Decreto nº 93.872/96, Resolução TSE nº 21.653/04 e Resolução TRE/AP nº 147/98.

Não houve utilização de cartão de crédito corporativo em consonância com a Resolução TSE nº 22.588/07 que dispõe sobre a inaplicabilidade no âmbito da Justiça Eleitoral.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

O TRE-AP monitora seu desempenho por meio de indicadores estratégicos e de indicadores operacionais.

Falta atualizar

4.4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE ÀS METAS ANUAIS ESTABELICIDAS PARA O PODER JUDICIÁRIO

Cumprimento de Metas 2015 estabelecidas pelo CNJ

Entre os dias 10 e 11 de novembro de 2014, em Florianópolis/SC, ocorreu o VIII Encontro Nacional, no qual foram aprovadas sete metas nacionais, metas específicas dos segmentos e uma diretriz estratégica nacional. As metas nacionais de 2015 têm como temas "Julgar mais processos que os distribuídos", "Julgar processos mais antigos", "Aumentar os casos solucionados por conciliação", "Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa", "Impulsionar processos à execução", "Priorizar o julgamento das ações coletivas" e "Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos".

Os dados relativos ao cumprimento das metas de 2015 são informados pelos tribunais por meio do sistema de metas nacionais do judiciário, disponível no sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça - Sistema de Controle de Acesso / SCA.

No segmento Justiça Eleitoral, foram estipuladas as metas constantes no quadro próprio abaixo:



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro próprio – Metas/2015-CNJ **Falta atualizar**

Meta	Descrição	Percentual de Cumprimento	Análise
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente (ano base 2014).		
2	Julgar, até 31/12/2014, pelo menos 90% dos processos distribuídos e não julgados até 31.12.2011.		
3	Jugar, com prioridade, as ações que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eleitoral		



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Obs. Elaborado na fase final do Relatório.



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

4.5.1 INDICADORES ESPECÍFICOS DO TRIBUNAL

Obs. Elaborado na fase final do Relatório.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4- GOVERNANÇA

5.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Comitê de Gestão Institucional e Estratégica:

O CGIE foi constituído por meio da Portaria TRE/AP nº 162/2011 possuindo caráter deliberativo, sendo presidido pelo Diretor-Geral do Tribunal e composto pelos titulares das seguintes unidades: Secretaria de Administração e Orçamento, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria Judiciária e Coordenadoria da Corregedoria Regional Eleitoral. Atua por meio de reuniões e suas decisões são coletivas, por unanimidade ou por maioria.

O CGIE possui as seguintes atribuições:

I – Elaborar e apresentar a Presidência do Tribunal, documento propositivo das principais estratégias identificadas pelos gestores do TRE-AP, ao início de cada gestão;

II – Realizar periodicamente, Reunião de Análise Estratégica – RAE para sistematizar, acompanhar e avaliar a aplicação e execução do Planejamento Institucional e Estratégico, submetendo o resultado à Diretoria-Geral;

III – Promover, quando necessário, os ajustes para o alcance das metas estabelecidas;

IV – Alinhar a proposta orçamentária ao planejamento institucional e estratégico de modo a garantir os créditos necessários a sua execução;

V – consolidar em documento, ao final de cada gestão, os relatórios de avaliação elaborados por cada unidade, contendo os resultados obtidos com a execução do plano de gestão e estratégia do TRE/AP;

VI – propor à Presidência do Tribunal a implementação das ações de divulgação e de internalização da missão institucional, da visão de futuro e do conjunto de valores que apoiarão as práticas gerenciais e a consecução dos objetivos e metas traçados;

No ano de 2015, foram realizadas 15 reuniões, tendo como principais deliberações, questões atinentes ao novo planejamento estratégico, Metas CNJ, processo eleitoral de 2015, Governança de Pessoas, Aquisições, finalização das obras dos cartórios etc.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Comissão de Planejamento e Gestão

A Comissão de Planejamento e Gestão foi constituída por meio da Portaria TRE/AP nº 162/2011 a qual compete: formular estratégias para a Justiça Eleitoral no âmbito do Estado do Amapá, visando aumentar ainda mais a qualidade dos serviços prestados por esta Egrégia Corte de forma alcançar as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e aquelas estipuladas pelo Comitê de Gestão Institucional e Estratégica do TRE/AP.

5.2 INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS

A- Dirigentes

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, com sede na Capital e jurisdição em todo o Estado, compõe-se:

- de dois Juízes dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, por este eleitos mediante voto secreto;
- de dois Juízes, dentre os Juízes de Direito de última entrância, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do Estado;
- de um Juiz Federal, escolhido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região;
- por nomeação pelo Presidente da República, de dois Juízes dentre seis advogados de notório saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado. O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos dentre os Desembargadores (Constituição Federal, Art. 120, §2º). A função do Corregedor Regional Eleitoral é exercida, cumulativamente, pelo Vice-Presidente do Tribunal.

Titulares:

Nome	Cargo	Início	Término	Biênio
Carlos Augusto Tork de Oliveira	Desembargador/Presidente	09.03.2015	09.03.2017	Primeiro
Stella Simonne Ramos	Desembargadora/Vice-Presidenta e Corregedora	09.03.2015	09.03.2017	Primeiro
Jucelio Fleury Neto	Juiz Federal/Membro	11.11.2015	11.11.2017	Primeiro
Décio José dos Santos Rufino	Juiz de Direito/Membro	08.04.2015	08.04.2017	Primeiro



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Marconi Pimenta	Marinho	Juiz de Direito/Membro	25.06.2014	25.06.2016	Primeiro
Vicente Manoel Pereira Gomes		Jurista/Membro	22.01.2014	22.01.2016	Primeiro
Fábio Lobato Garcia		Jurista/Membro	29.01.2014	29.01.2016	Primeiro
Ricardo Augusto Negrini		Procurador Regional Eleitoral	05.12.2014	03.06.2016	Primeiro

Substitutos:

Nome	Cargo	Início	Término	Biênio
Agostino Silvério Júnior	Desembargador	25.08.2015	25.08.2017	Primeiro
Manoel de Jesus Ferreira de Brito	Desembargador	25.08.2015	25.08.2017	Primeiro
Lívia Cristina Marques Peres	Juiz Federal	16.11.2015	16.11.2017	Primeiro
Eleusa da Silva Muniz	Juíza de Direito	25.06.2014	25.06.2016	Primeiro
Luíz Nazareno Borges Hausseler	Juiz de Direito	25.06.2014	25.06.2016	Primeiro
Kelly Cristina Braga Lima	Jurista	10.06.2015	10.06.2017	Primeiro
VAGO	Jurista	-	-	-
Felipe de Moura Palha e Silva	Procurador Regional Eleitoral	04.06.2014	04.06.2016	Primeiro

B) Titulares de cargos comissionados no ano de 2015

(falta revisar)

Servidor	Cargo	Nomeação	Exoneração
Adson Cardoso Monteiro	Coordenador de Soluções Corporativas	04.03.2011	12.03.2015



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Emanuel	Coordenador de Soluções Corporativas		
Alderico Pinto e Silva	Coordenador de Desenvolvimento	01.08.2013	-
Marcílio	Coordenador de Desenvolvimento		
Alessandro Rilsony Dias de Souza	Assessor Técnico-Jurídico	02.05.2012	-
Andréa Noronha Duarte	Coordenadora de Serviços Gerais	06.03.2013	-
Jane	Coordenadora de Serviços Gerais		
Cláudio Henrique Guerra Xavier da Silva	Assessor de Planejamento e Gestão Estratégica	04.05.2012	-
Dilma Célia de Oliveira Pimenta	Secretária de Administração	04.03.2011	-
Elinete Nunes Freitas	Secretária de Tecnologia da Informação	04.03.2011	-
Francisco das Chagas Silva Barros	Coordenador de Controle Interno	22.09.2014	-
Jimmy Alemendra Macedo	Coordenador de Infraestrutura	04.03.2011	-
Jorge Carlos Lustosa Jacobina	Coordenador da Corregedoria	22.08.2012	12.03.2015
Cristina	Coordenador da Corregedoria		
José Seixas de Oliveira	Assessor Técnico-Jurídico	02.05.2012	-
Lena Márcia Borges de Souza Mendes	Coordenadora de Registro e Controle Processual	04.05.2012	-
Lorena Rocha Blanc	Assessor Técnico-Jurídico	04.03.2013	-
Maria Celina Bacelar de Oliveira	Coordenadora de Pessoal	17.06.2013	11.03.2015
Nathalia	Coordenadora de Pessoal		



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Odete Inês Scalco	Diretora-Geral	22.03.2012	06.03.2015
Veridiano	Diretora-Geral		
Orlando de Carvalho Ribeiro Júnior	Secretário Judiciário	22.03.2012	11.03.2015
Odete	Secretário Judiciário		
Rinaldo Soares de Farias	Coordenador da Escola Judiciária	04.05.2012	-
Roberval Lima dos Santos	Assessor Técnico-Jurídico	22.03.2012	-
Selma Maria da Silva Cruz Bemerguy	Coordenadora das Sessões Plenárias e Jurisprudência	04.03.2012	06.03.2015
Orlando	Coordenadora das Sessões Plenárias e Jurisprudência		
Silvana Carla Benicio Dias da Silva	Coordenadora de Orçamento e Finanças	04.03.2011	-
Tássia Brandão Freire	Coordenadora de Material e Patrimônio	12.06.2012	11.03.2015
Carla	Coordenadora de Material e Patrimônio		
Vera Lúcia Cardoso Ferreira	Secretária de Gestão de Pessoas	04.03.2011	-

5.3 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A estrutura de autocontrole e gestão é executada primariamente na Coordenadoria de Controle Interno, que por sua vez, subordina-se hierarquicamente a Presidência deste Tribunal. A base normativa encontra-se estabelecida no art. 70 da Constituição Federal e nos arts. 7º ao 10 da Resolução nº 406 (Regulamento da Secretaria).

O Plano Anual de Auditoria para 2015, autorizado pela Portaria TRE/AP 590/2014 previu as seguintes atividades:

Auditoria	Resultado
-----------	-----------



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Auditoria	Resultado
a) Avaliação sobre o funcionamento do sistema de controle interno, em atendimento ao exigido pela DN TCU nº 127/2012 e Ofício Circular nº 12/2012 – SCI/Presi/CNJ;	Realocado para o PAA 2016 (em fase de planejamento)
b) Avaliação de resultados (planejamento estratégico, projetos, programas);	Levantamento feito
c) Contratos de Terceirização de mão de obra;	Monitoramento feito em conjunto com as inspeções nas Zonas Eleitorais
d) Gestão de Recursos Humanos nos seguintes aspectos: afastamentos que geram desconto sobre a folha de pagamento e controles de ressarcimento ao erário por parte dos servidores.	Executada
e) Acompanhamento dos processos de concessão e prestação de contas de suprimentos de fundos;	Executada
f) Inspeções nas Zonas Eleitorais em controles de terceirização de mão de obra, transportes, materiais de consumo e permanente e segurança predial;	Executada

As principais recomendações se concentraram no aprimoramento dos instrumentos de governança, tais como na elaboração e aperfeiçoamento dos normativos e processos de trabalho, bem como ao estímulo da cultura do planejamento, monitoramento e avaliação.

As recomendações específicas serão tratadas no capítulo “9.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno”.

Há solicitação dirigida ao TSE, por meio do Ofício nº 200/2014-GAB/PRES de 10.set.2014, para criação de cargos com vistas a transformar a atual Coordenadoria de Controle Interno em Secretaria de Controle Interno, bem como a Seção de Análise das Contas Eleitorais e Partidárias em Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias.

A atual estrutura da CCI é reduzida frente à demanda dos órgãos de Controle Interno, bem como da própria administração.

5.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

A Unidade de Controle Interno não analisou processos desta natureza no exercício de 2015.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

A Justiça Eleitoral do Amapá possui uma Corregedoria Regional Eleitoral que tem sua competência fixada na Resolução TSE nº 7.651, de 24 de agosto de 1965. No TRE-AP, o cargo de Corregedor Regional Eleitoral é exercido pelo Vice-Presidente do Tribunal, com mandato de 02 anos, consoante dispõe o Regimento Interno (Art. 15, III, a).

A execução dos trabalhos correicionais volta-se, primordialmente, ao acompanhamento das atividades das zonas eleitorais, com vistas à exaço dos serviços, à fidedignidade das informações do cadastro eleitoral e à celeridade dos processos, preconizada na Constituição Federal (art. 5º, LXXVIII).

É competência da Corregedoria Regional Eleitoral velar pela regularidade dos serviços eleitorais, buscando ainda o aprimoramento das atividades desenvolvidas, mediante orientação, inspeção e correição.

Além das atividades internas, realiza-se a correição ordinária anual nas zonas eleitorais, consoante dispõe a Resolução/TSE n. 21.372/2003.

(Retirar o comentário na formatação) Próprio da Corregedoria, pois deve destacar “os principais eventos apurados e as providências adotadas, notadamente no que concerne a irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos e que sejam capazes de impactar o desempenho da UPC.” Macroprocessos finalísticos – eleições, julgamentos, fiscalização....etc

5.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Não há gestão de riscos formalizada pela alta gestão e os controles internos estão parcialmente formalizados, principalmente em nível de normas internas.

A ausência de mapeamento de processos é um fator que contribui para a dificuldade em formalizar os controles, bem como para monitorá-los.

Os controles formalizados visam principalmente, a conformidade dos atos de gestão com a legislação. Não há controles formalizados com vistas a acompanhar o desempenho dos planos estratégicos, bem como avaliação de desempenho.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Os controles internos existentes são testados pela Unidade de Controle Interno, que faz sugestão para aperfeiçoamentos e implantação de controles internos não apenas no nível de conformidade, mas também no nível operacional.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

5- RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Atualmente, a Ouvidoria do TRE/AP oferece à sociedade os seguintes canais de comunicação:

- Formulário Eletrônico, disponível na página da Ouvidoria da Justiça Eleitoral do Amapá: <http://www.tre-ap.jus.br/institucional/ouvidoria/formulario-da-ouvidoria>
- Pessoalmente, mediante contato direto com a Ouvidoria da Justiça Eleitoral do Amapá, situada na Avenida Mendonça Júnior, 1502, Centro – Macapá-AP, CEP: 68900-020, no horário das 12:00h às 19:00h.
- Contato telefônico, pelos números: 08007211510 e 2101-1616.

A Ouvidoria recebeu e realizou 80 atendimentos ao cidadão, realizados por meio do formulário eletrônico, e, aproximadamente, 30 atendimentos realizados por meio de telefone. Os atendimentos realizados pelo telefone foram todos relacionados a informações sobre cadastro eleitoral e foram respondidas diretamente pela ouvidoria.

Dos 80 atendimentos por meio do formulário eletrônico obtivemos os seguintes resultados durante o ano de 2015.

- 30 consultas referentes a cadastro eleitoral e eleições em geral, tais como documentação necessária para alistamento eleitoral e quitação eleitoral, prazo para filiação/desfiliação e inscrição para mesário. Todas as consultas foram respondidas pela Ouvidoria a partir de informações extraídas do banco de dados do sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral.
- 24 consultas referentes à legislação eleitoral, procedimentos internos e eventos realizados pela Justiça Eleitoral. A maioria das consultas foi diligenciada ao setor competente e



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

algumas foram respondidas pela própria Ouvidoria a partir de informações extraídas do banco de dados do sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral.

- 24 consultas referentes ao concurso realizado pela Justiça Eleitoral. A maioria das consultas foi diligenciada ao setor competente e algumas foram respondidas pela própria Ouvidoria a partir de informações extraídas do banco de dados do sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral.
- 2 Reclamações referentes a serviços prestados pela Justiça Eleitoral. Todas das consultas foram diligenciadas ao setor competente.
- Não houve significativo aumento no quantitativo de atendimentos realizado pela Ouvidoria no ano de 2015 em relação ao ano anterior ano. O período de maior fluxo de consulta se deu no período de fechamento do alistamento eleitoral e durante a realização do concurso público.

6.2 CARTAS DE SERVIÇO AO CIDADÃO

A carta de serviços ao cidadão é uma ferramenta de gestão pública fomentada pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública, criada através do Decreto nº 6932/2009 do Governo Federal.

A finalidade do GesPública é tornar as organizações públicas cada vez mais preocupadas com a sociedade e estabelecer novos padrões de qualidade dos serviços prestados aos cidadãos pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal.

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá possui como canal de comunicação e informação a Carta de Serviços ao cidadão, sendo uma para o 1º grau (<http://apps.tre-ap.jus.br/Home/arquivos/publicacoes/pdf/Carta-de-Servicos-para-publicacao-na-internet-Versao-final.pdf>) e outra para o 2º grau (<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ap-carta-de-servicos-do-2o-grau>).

Ambas têm como objetivo prestar à sociedade informações consolidadas sobre os serviços desenvolvidos pela Justiça Eleitoral. Delas constam os endereços dos cartórios, horário de atendimento, orientações a eleitores, ações sociais desenvolvidas, bem como os compromissos com a cidadania.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

O TRE/AP não utiliza nenhum mecanismo de avaliação de desempenho da unidade.

6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá disponibiliza o acompanhamento de sua atuação institucional, principalmente orçamentária e financeira, via Portal da Transparência: <http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/portal-da-transparencia>.

Nesse Portal são encontradas informações, em tempo real de:

- ✓ **Compras:** Solicitação de adesão a atas de registro de preços do TRE-AP pode ser feita por e-mail (atas@tre-ap.jus.br), informando o nome do órgão requerente, o número da licitação, o número da ata de registro de preços, o item e a quantidade requeridas, com documento comprovando a concordância da empresa e o nome, cargo, cidade, telefone e e-mail para envio da resposta.
- ✓ **Contratos:** Divulgação das atividades contratuais do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências, através do Sistema de Acompanhamento de Contratos (SIAC).
- ✓ **Execução Orçamentária e Financeira:** Informações relativas à Gestão Orçamentária e Financeira.
- ✓ **Gestão Fiscal:** Consultas relativas à Gestão Fiscal.
- ✓ **Licitações:** Consulta relativa a licitações em andamento e já concluídas bem com seus documentos e avisos.
- ✓ **Pagamentos:** O cidadão poderá ter acesso ao espelho dos documentos emitidos no decorrer da execução da despesa, inclusive evidenciando o bem fornecido ou serviço prestado e a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento. Nesta consulta é possível, inclusive, conhecer a fase em que a despesa se encontra: empenho, liquidação e pagamento.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

- ✓ **Plano de Auditoria:** Informações sobre os planos de auditoria anual e a longo prazo da coordenadoria de controle interno.
- ✓ **Portal da Transparência:** Acesso público aos dados detalhados e diariamente atualizados sobre os atos praticados durante o processo de execução do orçamento permite ao cidadão verificar como e em que estão sendo gastos os recursos disponibilizados. Os dados para consulta são atualizados diariamente com os documentos de execução orçamentária e financeira emitidos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI no dia anterior ao da consulta.
- ✓ **Relatório CNJ:** Informações sobre Gestão Orçamentária, Gestão de Pessoas, e outros aspectos relacionados às atividades de Gestão.
- ✓ **Relatório de Transição:** Relatório elaborado à luz da Resolução nº 95/2009, do Conselho Nacional de Justiça e da Portaria-Conjunta nº 001/2015-TRE/AP.
- ✓ **Remuneração:** Aspectos relacionados à folha de pagamento de magistrados e servidores efetivos e requisitados.
- ✓ **Tramitação Processual:** Destina-se a prover informações sobre o quantitativo de processos em tramitação nos tribunais e juízos eleitorais e a respectiva tramitação processual, por meio de interface gráfica que permitirá ao usuário mais amplo emprego das funcionalidades da ferramenta de consulta (dados por unidade eleitoral, juiz ou relator, classe, entre outros).

6.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Como medidas adotadas para garantir a acessibilidade à população, este Tribunal Regional Eleitoral do Amapá adaptou todos os prédios pertencentes a esta Justiça especializada com rampas, calçadas, banheiros acessíveis, plataforma, placas de sinalização, de acordo com a Lei nº10.098/2000, Decreto 5.296/2014 e NBR 9050.

Visando à acessibilidade dos eleitores aos locais de votação nos dias de pleito, os servidores dos cartórios eleitorais, no atendimento aos cidadãos, ao preencherem o Requerimento de



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Alistamento Eleitoral (RAE), documento que registra os pedidos de alistamento, transferência, revisão e segunda via do requerente, fazem constar de campo próprio se o eleitor é portador de alguma deficiência e, em caso positivo, qual a deficiência, cadastrando o eleitor em seção especial (acessível), quando for o caso.

Os Juízes Eleitorais e chefes de cartório são orientados a escolher, prioritariamente, locais de votação que comportem ao menos uma seção acessível aos eleitores com dificuldade de locomoção. Os magistrados são orientados, ainda, a oficiar os responsáveis pelos locais de votação para remoção de barreiras à acessibilidade, quando possível.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

6- DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Em cumprimento à NBC T 16.9, relativamente à depreciação dos bens móveis pertencentes à UJ, foi iniciado no ano de 2010 o processo de depreciação dos bens móveis adquiridos a partir daquele exercício, seguindo a Orientação COFIC/SOF/TSE N° 01/2010. Os demais bens adquiridos antes de 2010 passaram por processo de avaliação e apuração do tempo de vida útil remanescente e somente após esse procedimento foi dado início ao processo de depreciação mensal.

Atualmente todos os bens móveis da UJ submetem-se ao registro mensal de depreciação, pelo método de quotas constantes, resguardando-se o valor residual.

O tempo de vida útil e o valor residual dos bens móveis encontram-se estabelecidos na Orientação TSE nº 01/2010, anexo I.

O exercício 2015 encerrou com os seguintes saldos:

1.2.3.1.1.00.00 BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	16.255.837,82
1.2.3.8.1.01.00 DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	4.957.718,22

No que diz respeito à depreciação dos bens imóveis, ainda não foi possível realizar a depreciação da totalidade desses ativos, haja vista que alguns terrenos que foram recebidos em doação dos municípios ainda precisam ter a titularidade transferida para a União. Referida transferência só será possível após a conclusão do processo de avaliação que já está sendo realizado por engenheiro (conforme procedimento administrativo nº 0000398-54.2016.6.03.8000), que ao final encaminhará os laudos de avaliação à GRPU – Gerência Regional do Patrimônio da União, para que esta providencie a transferência das propriedades para a União, bem como faça o registro no sistema SPIU NET.

O exercício 2015 encerrou com os seguintes saldos de Imóveis:

1.2.3.2.1.00.00 BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	24.493.376,08
1.2.3.8.1.02.00 DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	171.465,63



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Relativamente à aplicação da NBC T 16.10 e à mensuração de ativos e passivos, a UJ tem adotado os seguintes procedimentos:

- ✓ - **Material de consumo em almoxarifado:** tem-se adotado a mensuração com base no custo de aquisição, registrando-se no SIAFI e no sistema Asi Web as movimentações diárias ocorridas, elaborando-se no final de cada mês o Relatório Mensal de Movimentação de Almoxarifado – RMA;
- ✓ - **Bens móveis:** são registrados pelo custo de aquisição, com registro mensal da depreciação e elaboração mensal de Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB;
- ✓ - **Bens imóveis:** são registrados pelo custo de construção somado ao custo do terreno, todavia alguns imóveis cujos terrenos foram recebidos em doação ainda aguardam a elaboração de laudo técnico de avaliação para poderem ser mensurados no ativo da UJ;
- ✓ - **Passivos decorrentes da execução de contratos:** são empenhados na proporção da execução no exercício e registrados nas contas de controle de contratos pela totalidade do valor do contrato;
- ✓ - **Passivos de pessoal por insuficiência de crédito/recursos:** o valor que vinha sendo registrado a esse título na conta contábil 212121100 – pessoal a pagar por insuficiência de créditos/recursos foi zerado no exercício, parte decorrente da quitação de quintos e outra parte baixada em decorrência do indeferimento pelo TSE de passivos de diferença de auxílio-alimentação que havia sido deferida pela corte regional.

7.2 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Nos termos da Mensagem SOF/TSE nº 4/2015. O TSE informa que está em fase de desenvolvimento de projeto para implantação de um sistema de informação de custos para a Justiça



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Eleitoral. O referido sistema foi apresentado como proposta para o planejamento estratégico do TSE e iniciará com a apuração parcial dos custos dos imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral.

**7.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOSTAS
EXPLICATIVAS**

NÃO SE APLICA



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

7- ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 GESTÃO DE PESSOAS

8.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

Força de Trabalho

A força de trabalho do TRE-AP apresenta-se composta tal como apresentada no quadro abaixo.

Quadro – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	157	153	5	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	NÃO SE APLICA AO TRE-AP*			
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	157	153	5	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	123	119	5	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	34	34	6	5
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	4	4	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	161	157	15	13

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Distribuição da Lotação Efetiva

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira e sem vínculo com a administração.

Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	134	23
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	134	23
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	100	23
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	34	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	138	23

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH.

Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

O quadro seguinte tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas no TRE-AP.

Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	22	22	9	9
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	22	22	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	15	15	2	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

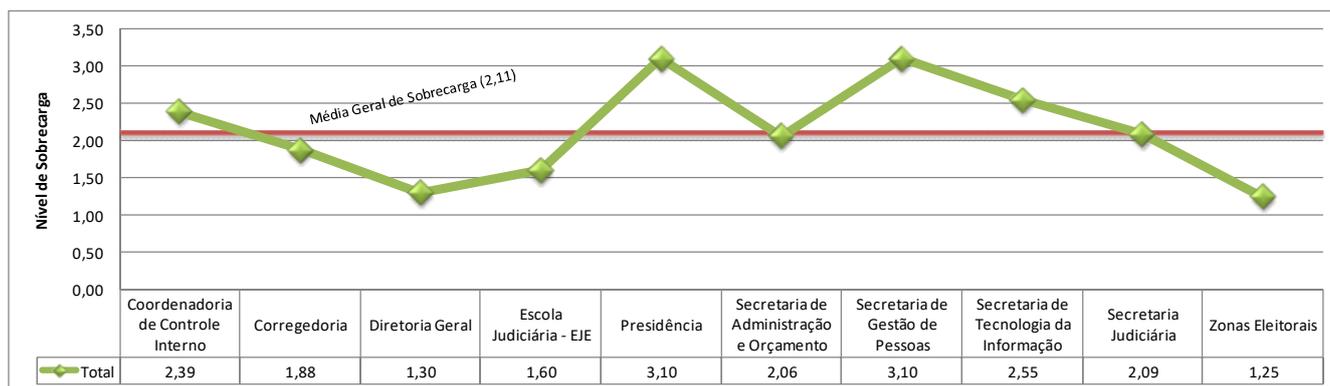
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	3	3	3	3
1.2.4. Sem Vínculo	4	4	4	4
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	84	84	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	65	65	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	19	19	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	106	106	9	9

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH.

Distribuição de pessoal e sobrecarga de trabalho

No ano de 2015 foi desenvolvido um estudo para verificação no nível percebido de sobrecarga de trabalho entre os servidores das várias unidades que compõem o TRE-AP. Os resultados da pesquisa são apresentados no Gráfico a seguir. Nele é possível identificar que existe algum nível de sobrecarga em todas as unidades, bem como quais são as unidades que estão nível de sobrecarga mais elevado.

Gráfico – Comparação do nível de sobrecarga de trabalho (pontuação mínima = 0 e máxima =



4) entre as unidades do TRE-AP.

Fonte: Registros de pesquisas da Coordenadoria de Desenvolvimento – CODES/TRE.

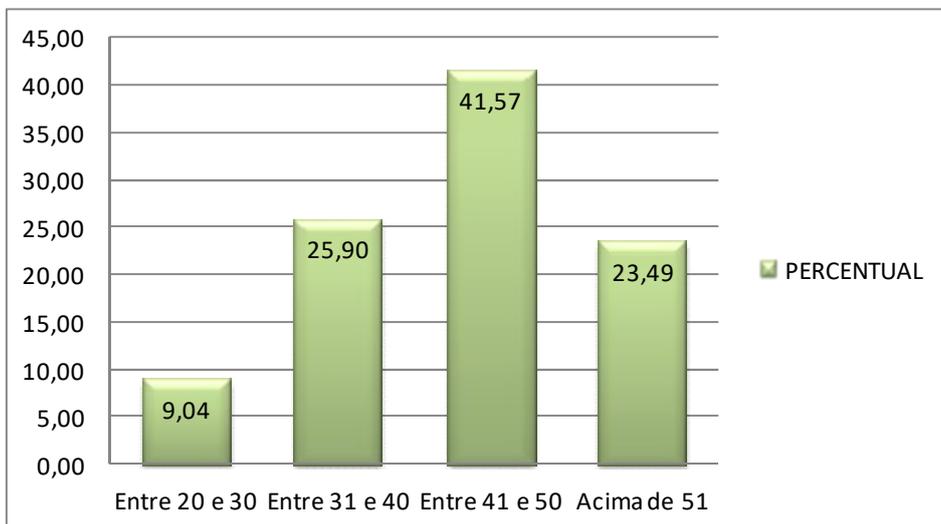
Caracterização da força de trabalho (idade, qualificação e tempo estimado para aposentadoria)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Nos gráficos e quadros a seguir são apresentados dados de distribuição de idades dos servidores, sua qualificação (escolaridade e capacitação) e tempo estimado para a aposentadoria.

Gráfico – Nível de qualificação da força de trabalho (servidores efetivos) para o cargo de Técnico Judiciário.



Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH

Quadro – Nível de qualificação da força de trabalho (servidores efetivos) para o cargo de Técnico Judiciário.

Total	Adicional	de	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
-------	-----------	----	-----------	----------------	----------	-----------



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Técnicos	Qualificação (com 120 a 360 horas de Ações de Capacitação averbadas)				
78	29 (37%)	72 (91%)	33 (42%)	1 (0,01%)	-

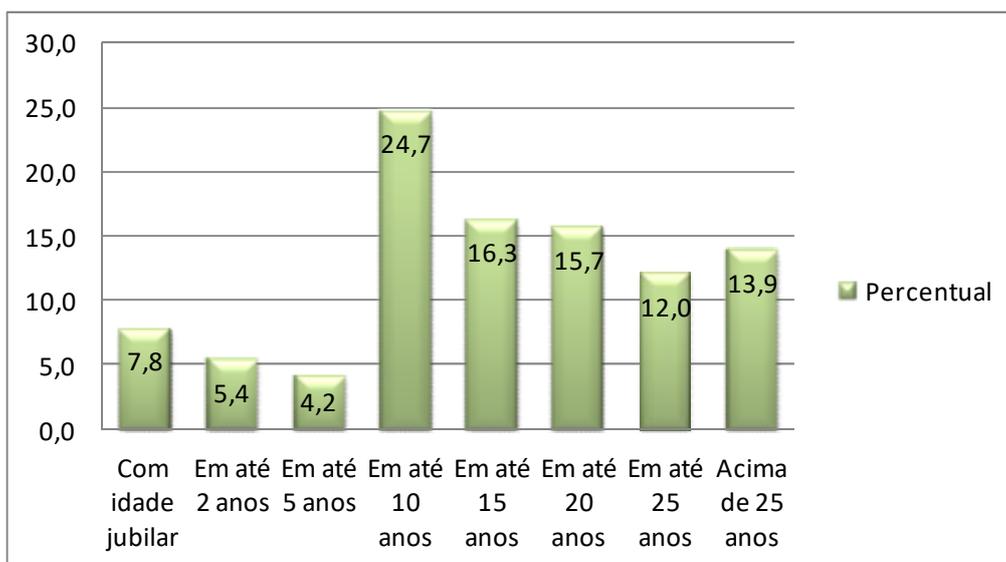
Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH

Quadro – Nível de qualificação da força de trabalho (servidores efetivos) para o cargo de Analista Judiciário.

Total Analistas	Adicional de Qualificação (com 120 a 360 horas de Ações de Capacitação averbadas)	Especialização	Mestrado	Doutorado
45	27 (60%)	27 (60%)	2 (0,04%)	-

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH

Gráfico – Tempo estimado para aposentadoria.





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH. Nota. O levantamento é estimativo e considerou apenas a variável idade para a estimativa do tempo para a aposentadoria.

Política de capacitação e treinamento de pessoal

A política de capacitação e treinamento deste Tribunal é baseada nos resultados obtidos na Avaliação do Programa Gestão por Competências. A capacitação atua buscando desenvolver três grupos de competências: **1. Competências organizacionais:** são aquelas necessárias a todos na organização, respeitando os diferentes níveis de complexidade em suas carreiras, cargos e funções/postos de trabalho. Dentre o rol das competências: Visão Sistêmica, Comprometimento, Comunicação e Foco no Processo Eleitoral; **2. Competências gerenciais:** são inerentes aos cargos de gestão da instituição e representam a visão que os gestores detêm sobre o negócio e sobre as tendências que impactam a organização onde atuam de forma a dinamizar as relações organizacionais e potencializar os objetivos, missão e visão da organização. Após o alinhamento com o TSE passaram a ser: Orientação/Foco nos Resultados, Liderança, Tomada de Decisão, Gestão do Conhecimento, Visão Estratégica, Resiliência e Comunicação Interpessoal; **3. Competências específicas:** aquelas voltadas às atividades técnicas de cada uma das unidades administrativas.

Diante do quadro abaixo, pode-se observar que nos últimos 3 (três) anos vem sendo oportunizadas a capacitação do servidores e magistrados desse Tribunal, alcançando uma meta de 100% de execução do planejado.

Quadro – Quantitativo de capacitações oferecidas e servidores capacitados nos últimos anos.

Detalhamento	Ano		
	2013	2014	2015
Número de capacitações	38	41	33
Número de servidores capacitados	166	166	150

Fonte: Registros da Escola Judiciária Eleitoral – EJE/TRE-AP.

Análise Crítica



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Os dados acima apresentados possibilitam algumas concluir que o atual quadro de pessoal do TRE-AP vem se mostrando reduzido em face da crescente demanda de processos trabalho. Tal situação tem gerado uma relevante sobrecarga trabalho percebida pelos servidores. A Administração vem buscando minimizar essas dificuldades por meio de medidas como, por exemplo, tratativas junto a Tribunais que receberam servidores em remoção para procederem eventuais redistribuições; a racionalização de alguns processos de trabalho; e a disponibilização de ferramentas tecnológicas que facilitem a execução de rotinas (por exemplo, a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI).

Outras medidas efetivas como a ampliação do quadro de pessoal são dependentes de outras instâncias administrativas. Assim, pretende-se também diligenciar, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de pleitear que seja apresentado projeto de lei visando à ampliação do quadro de pessoal do TRE-AP.

Os dados também apontam que a força de trabalho do TRE-AP é, relativamente jovem e o tempo estimado para a aposentadoria de parcela significativa dos servidores ocorrerá em um horizonte de dez anos, tempo suficiente para uma adequada preparação tanto da Administração para absorver as necessárias substituições, quanto para preparar os próprios servidores para a vida no pós-carreira. Nessa direção é importante pontuar a criação, no ano de 2015, do Programa de Preparação para a Aposentadoria do TRE-AP, que tem como objetivo criar espaços de reflexão que possibilitem ao servidor usufruir de uma aposentadoria planejada, saudável e tranquila.

Ao analisar a relação entre o número de servidores com e sem cargos ou funções comissionadas observa-se em diferença não muito expressiva. Isso deve-se ao fato do quadro de pessoal do TRE-AP ser pequeno comparativamente aos outros quadros da Justiça Eleitoral em outros estados.

Apesar de dispor de um quadro numericamente reduzido, os dados apresentados evidenciam um nível de qualificação profissional bastante elevado o que, aliada a política de constante promoção de capacitação e aperfeiçoamento, permite concluir que este Tribunal dispõe de pessoal fortemente qualificado.

8.1.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Este item informa a respeito das principais rubricas de despesas com o pessoal.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Venci- mentos e Vantag- ens Fixas	Despesas Variáveis							Despes- as de Exercí- cios Anteri- ores	Deci- sões Judi- ciais	Total
		Retribui- ções	Gratific- ações	Adicio- nais	Indeniz- ações	Benefício s Assistenc- iais e Previden- ciários	Demais Despes- as Variáv- eis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercí- cios	201 5	0,00	0,00	1.982.96 8,00	0,00	127.468, 36	107,66	0,00	0,00	0,00	2.110.54 4,02
	201 4	0,00	0,00	1.836.74 3,83	0,00	114.313, 40	510,66	357.98 2,04	20.698, 35	0,00	2.330.24 8,28
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercí- cios	201 5	12.562. 571,81	3.121.20 7,42	1.334.14 0,68	444.71 3,56	1.652.84 3,45	987.532,2 2	0,00	0,00	0,00	20.103.0 09,14
	201 4	11.975. 759,59	2.975.41 2,22	1.271.82 1,43	2.637.9 77,49	1.594.37 2,30	824.658,4 0	0,00	4.487.8 64,96	94.3 95,3	25.862.2 61,78
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercí- cios	201 5	0,00	699.853, 67	54.250,1 8	18.083, 39	456.023, 49	58.322,15	0,00	0,00	0,00	1.2865 32,88
	201 4	0,00	654.068, 85	50.701,1 0	412.26 2,51	412.077, 87	46.947,33	0,00	0,00	17.210, 90	1.593. 268,56
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública(exceto temporários)											
Exercí- cios	201 5	0,00	534.322, 27	44.526,8 6	14.842, 29	70.711,8 6	28.925,32	0,00	0,00	0,00	693.32 8,60
	201 4	0,00	672.714, 96	56.059,5 8	80.140, 76	80.617,6 7	29.371,70	0,00	0,00	5.088,5 4	923.99 3,21
Servidores cedidos com ônus											
Exercí- cios	201 5	1.404.5 07,29	0,00	117.042, 27	39.014, 09	135.553, 89	78.355,24	0,00	0,00	0,00	1.774. 472,78
	201 4	1.294.0 96,56	9.123,21	113.363, 51	84.728, 35	122.557, 16	53.590,35	0,00	250.61 9,80	581,78	1.928. 660,72
Servidores com contrato temporário											
Exercí- cios	201 5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	201 4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

8.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTROLES PARA MITIGAR RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

Neste item constam informações sobre como a unidade trata os riscos relacionados à gestão do seu pessoal, especificando as ações adotadas para identificar eventuais irregularidades relacionadas ao pessoal. Também são apontados indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas, buscando identificar os principais riscos e apresentando soluções para mitigá-los.

Disciplina e regularidade de pessoal

Com relação a eventuais irregularidades relacionadas ao pessoal, abaixo segue um quadro evidenciando as ocorrências em 2015.

Quadro – Avaliação de irregularidades envolvendo pessoal.

Processos	Número
Sindicâncias*	05
Processos Administrativo-Disciplinares	00
Registro de acumulação remunerada irregular de cargos	00
Registro de terceirização irregular de cargos	00

Fonte: Registros da Seção de Registros Funcionais e Documentação - SRFD

*** Nota. Não houve punição até o momento para nenhum servidor em relação a esses processos.**

Absenteísmo

Considerou-se, tal como assumido pelo Conselho Nacional de Justiça, o termo ausência como englobando, além das licenças previstas no art. 102, VIII, b e d da Lei 8112/90 (tratamento da própria saúde e por motivo de acidente em serviço ou doença profissional), as faltas injustificadas. Ressalta-se que as faltas consideradas justificadas são aquelas constantes no parágrafo único do art. 44 e nos arts. 97 e 102, todos da Lei 8112/90. Para o estabelecimento do indicador considerou-se a seguinte fórmula

Taxa de Absenteísmo = (ASP/TServ x DU) X 100



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Em que:

ASP - Ausências dos servidores no período

TServ – Total de servidores ao final do período

DU – Total de dias úteis no período

Afastamentos	Dias
Licença para tratamento de saúde	925
Licença por acidente de serviço	0
Faltas injustificadas	0
Total de ausências dos servidores no período	925
Total de servidores	161
Total de dias úteis no período	225
Taxa de absenteísmo	2,55%
Em média, cada servidor deixou de trabalhar, aproximadamente, 6 dias/ano	

Os dados indicam um absenteísmo que pode ser considerado não elevado. Não obstante, medidas para manter ou reduzir essa taxa são adotadas, tais como a manutenção do Programa de Qualidade de Vida, que congrega várias ações de promoção de saúde aos servidores e seus dependentes.

Clima Organizacional

Bienalmente, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá realiza, através de sua Secretaria de Gestão de Pessoas, realiza uma pesquisa de clima organizacional junto aos seus servidores, com o objetivo de reunir indicadores gerências na área de gestão de pessoas.

Um dos indicadores analisados é o clima organizacional, que é uma variável expressa pela satisfação dos membros de uma organização com diversos aspectos.

O resultado da pesquisa realizada para o biênio 2014/2015 identificou, nos fatores considerados, os seguintes percentuais de satisfação: Condições de Trabalho (88,3%), Relação com o

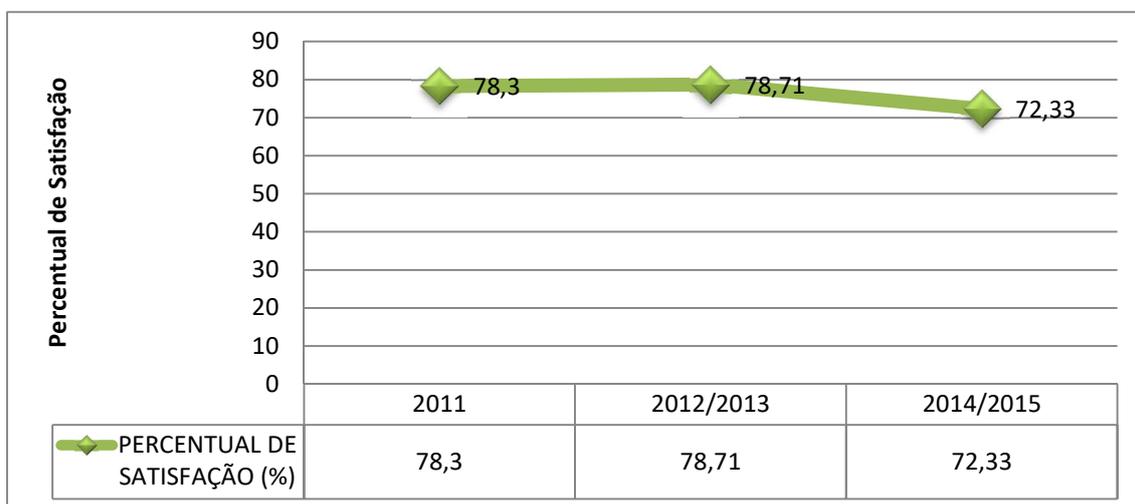


**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Trabalho (86,54%), Orgulho do Trabalho (86,41%), Relacionamentos (79,90%), Comunicação (68,21%), Reconhecimento Institucional (64,83%), Salários (60,28%) e Benefícios (40,17%).

Para o acompanhamento do clima geral, que consiste na reunião de todos os fatores mensurados, foi feita a comparação do nível geral de satisfação da pesquisa referente ao biênio 2014/2015, com os levantamentos anteriores. O resultado pode ser verificado no demonstrativo abaixo.

Gráfico – Acompanhamento do Clima Organizacional.



Fonte: Registros de pesquisas da Coordenadoria de Desenvolvimento – CODES/TRE.

Com base no gráfico, podemos concluir que houve uma pequena redução numérica no nível geral de satisfação dos servidores. Todavia, pode-se concluir que o clima organizacional mantém-se num nível satisfatório (superior a 70%). Não obstante, medidas estão sendo empreendidas no sentido de promover melhoramentos em fatores específicos como, por exemplo, Reconhecimento institucional, Salários, Benefícios e Comunicação.

Qualidade de Vida

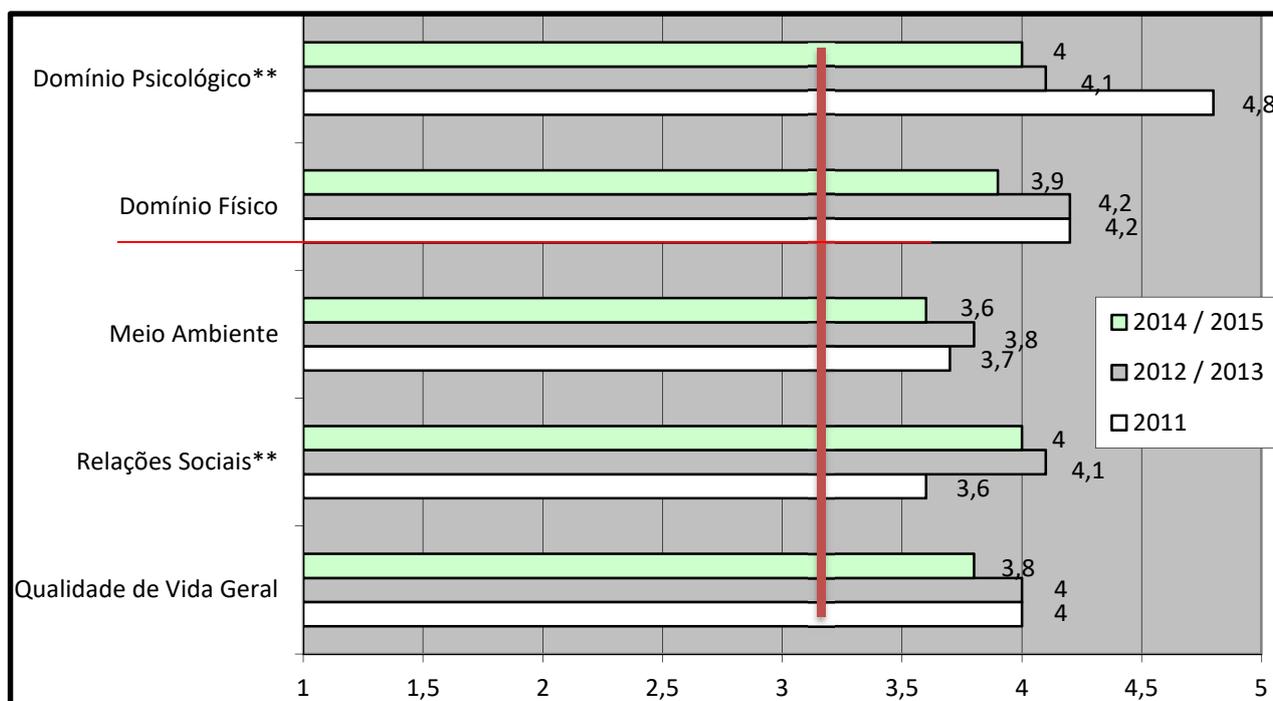
A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu Qualidade de Vida como *a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em*



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (The WHOQOL Group, 1995). No Gráfico, abaixo, temos a apresentação das médias em cada um dos Domínios de Qualidade Vida considerados pela OMS nos anos de 2011, 2012/2013 e 2014/2015, conforme as medidas observadas nas pesquisas de clima organizacional.

Gráfico – Comparação entre os Níveis de Qualidade de Vida (pontuação mínima = 1 e máxima = 5) durante as três últimas pesquisas realizadas nos anos de 2011, 2012/2013 e 2014/2015.



Fonte: Registros de pesquisas da Coordenadoria de Desenvolvimento – CODES/TRE.

De acordo com o Gráfico, houve uma discreta diminuição numérica nos indicadores, apesar de todos terem sido iguais ou superiores ao ponto de corte arbitrário de 3,5 na escala utilizada.

A qualidade de vida vem sendo trabalhada no âmbito deste tribunal por meio de um programa específico que busca fomentar nos servidores e seus dependentes o cuidado com a saúde. Dentre as atividades realizadas no ano de 2015 merecem destaque: a Semana da Saúde, o oferecimento de consultas médicas ambulatoriais; o Plantão Psicológico, o Programa “Fiscalize seu Peso”, a Distribuição



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Gratuita de Preservativos, as Ações de imunização, os Exames Médicos Periódicos, os incentivos à realização de atividades físicas por meio do oferecimento de oficinas de dança e Muay Thai; o incentivo à praticas de alimentação saudável por meio de uma oficina de culinária saudável; a realização de uma oficina de Gerenciamento de Estresse.

Atualmente vem-se estudando estratégias para ampliar a participação do público-alvo com vistas a maximizar os ganhos que as atividades inseridas no Programa de Qualidade de Vida podem trazer.

Motivação com a Organização

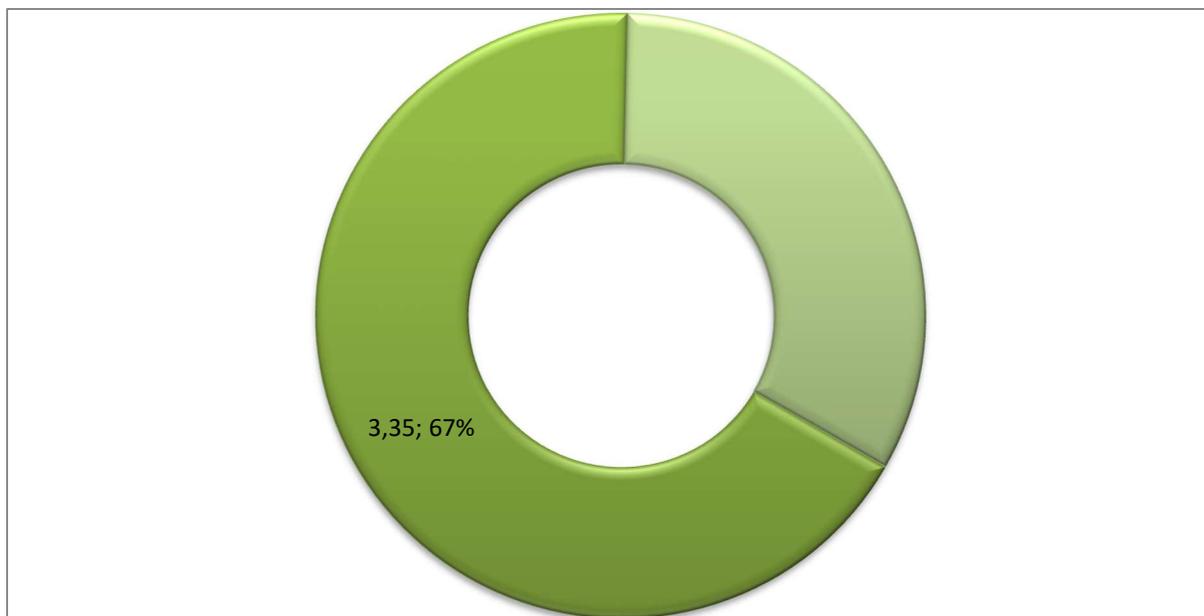
A literatura especializada tem demonstrado a relação existente entre a motivação e a produtividade organizacional. Na última pesquisa de clima organizacional a motivação no trabalho foi mensurada.

No Gráfico a seguir, está exposto graficamente o escore médio de motivação observado a partir das respostas dadas aos itens do fator “Motivação com a organização do trabalho” da Escala Multifatorial de Motivação no Trabalho (Multi-Moti) (Ferreira & Cols., 2006).

Gráfico – Nível de Motivação dos Servidores com a Organização (Pontuação mínima = 1 e máxima = 5).



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ



Fonte: Registros de pesquisas da Coordenadoria de Desenvolvimento – CODES/TRE.

De acordo com o Gráfico, a motivação dos servidores com a organização atingiu um percentual médio de 67%, o que poderia ser classificado como sendo um nível satisfatório. Teoricamente, a gestão do clima organizacional também poderia ter implicação nessa variável. Assim, em termos de medidas a serem adotadas, pode-se assumir as mesmas que já foram apontadas no tópico concernente ao clima organizacional.

Avaliação de Desempenho com Foco em Resultados

Durante o ano de 2015 foi instituído no âmbito do TRE-AP o **Programa de Acompanhamento de Desempenho das Lideranças (PADL)**, como sendo um subprojeto e ampliação do Programa de Gestão por Competências. Seu desenvolvimento atendeu, ao mesmo tempo, uma determinação da atual gestão do Tribunal, assim como a uma recomendação para que o TRE-AP desenvolvesse uma sistemática de avaliação de desempenho com foco em resultados.

O seu objetivo é possibilitar à Administração uma maneira de acompanhar o desempenho dos servidores ocupantes de Cargos em Comissão (CJs) que assumissem funções gerenciais. Eles deveriam apresentar no início do ano um plano de ação com atividades inovadoras que deveriam ser desenvolvidas naquele exercício. Foi exigido que o desempenho dos avaliados não fosse inferior a 70%.

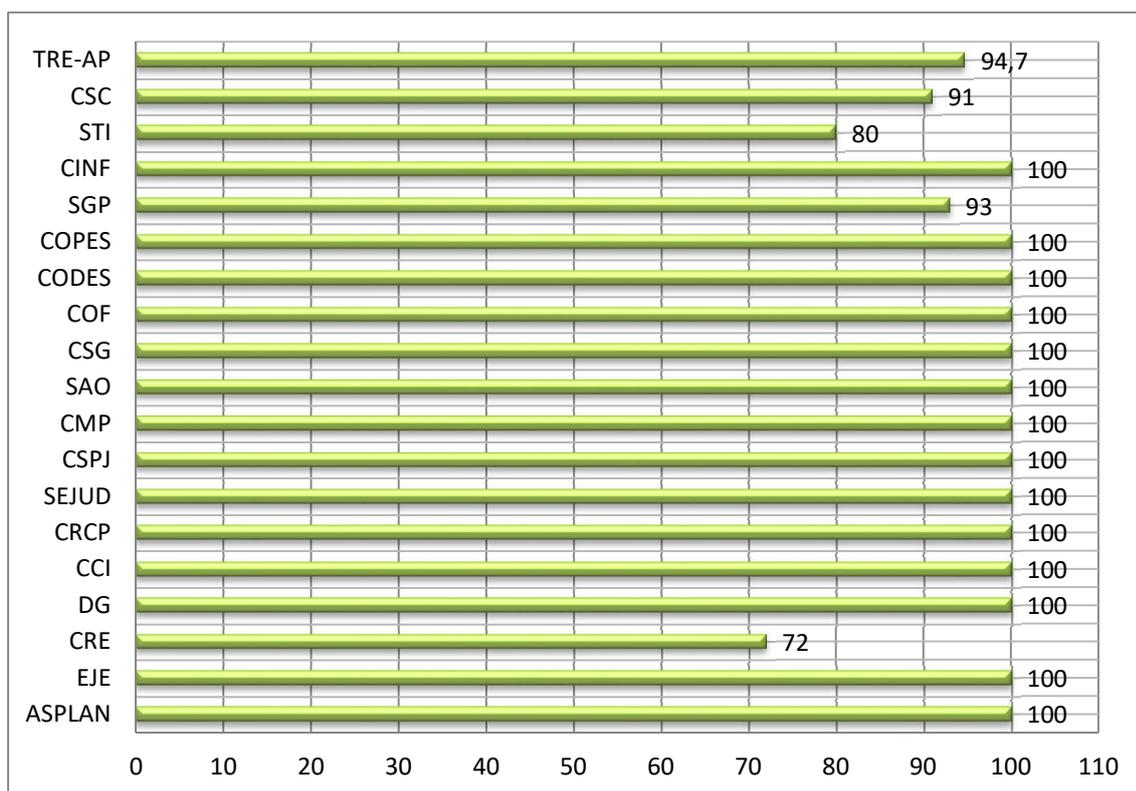


**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

As lideranças apresentaram os seus planos de ação, que foram previamente homologados pelo Comitê Gestor do TRE-AP, e os desenvolveram ao longo do ano. Observou-se, ao final do exercício de 2015 que todos obtiveram resultado acima do esperado.

O desempenho do TRE-AP, considerando a média de desempenho das unidades, foi de **94,7%**, o que pode ser considerado um excelente resultado.

Gráfico – Percentual de Realização das Ações Propostas no Programa de Acompanhamento de Desempenho das Lideranças - PADL 2015.



Fonte: Registros de pesquisas da Coordenadoria de Desenvolvimento – CODES/TRE.

Dentre os principais benefícios deste programa podemos citar: (a) **Produção de informações** (registro para a Administração e para o servidor das atividades mais relevantes desenvolvidas a cada ano; alinhamento das atividades ao Planejamento Estratégico; e identificação de



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

competências necessárias para o desenvolvimento de cada ação); (b) **Monitoramento da gestão** (acompanhamento do desempenho pela chefia; e transparência do que está sendo produzido para todo o tribunal); e (c) **Orientar as ações para a produção de resultados** (direcionamento para que as ações produzam *resultados* e não sejam apenas esforços infrutíferos).

Em 2016 o programa será continuado com os CJs e a perspectiva é a de ampliá-lo, inicialmente, abrangendo chefes de seção e, posteriormente, a todos os servidores.

8.1.4 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTÁGIARIOS

Unidade Contratante						
Nome:						
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI)						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Limpeza e conservação	34.925.479/0001-99	01/07/2013	30/06/2015	Nível fundamental	E
2015	Limpeza e conservação	12.543.346/0001-15	01/07/2015	30/06/2015	Nível fundamental	E
2015	Limpeza e conservação	07.304.843/0001-86	01/11/2015	31/10/2020	Nível fundamental e médio	A
2014	Condução de veículos	12.886.580/0001-45	29/08/2014	26/02/2015	Nível médio	E
2015	Condução de veículos	10.295.964/0001-68	27/02/2015	26/02/2020	Nível médio	A
2012	Vigilância armada	08.531.731/0001-75	10/07/2012	31/03/2016	Nível fundamental	AP
2014	Jardinagem	14.928.920/0001-	15/12/2014	14/12/2015	Nível fundamental	E



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

		89				
2012	Assessoria de Comunicação	01.801.043/0001-39	26/09/2012	26/09/2016	Nível superior	AP

(INFORMAÇÃO ENVIADA PELA SOA)

Quadro – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Escola Judiciária Eleitoral do Amapá						
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI) 14128						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Operacionalização do Programa de Estágio	61.600.839/0067-81	31/02/2015	31/05/2016	-Nível médio e profissionalizante - Nível superior incompleto (acadêmico)	A

Fonte:

(INFORMAÇÃO ENVIADA PELO EJE)

8.1.5 CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES PARA PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Não houve



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA

8.2.1 GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIA E TERCEIRIZADA

8.1	Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros.	
Frota de veículos automotores de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá		
A.	Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.	<ul style="list-style-type: none">• Resolução nº 83, de 10 de junho de 2009 - CNJ.• Resolução nº 426, de 04 de outubro de 2012 – TRE/AP.• Instrução Normativa nº 015/2012 – TRE/AP.
B.	Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades do TRE/AP.	O uso da frota de veículos nas atividades do TRE/AP tem grande importância, em razão das dimensões do Estado do Amapá e das inúmeras comunidades de difícil acesso espalhadas pelo interior.
C.	Quantidade de veículos, discriminados por grupos.	<ul style="list-style-type: none">• Veículos de Representação: 04.• Veículos de Transporte: 29• Total de veículos: 33
D.	Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos.	<ul style="list-style-type: none">• Veículos de Representação: Média de 5600 km.• Veículos de Transporte: Média de 9659 km.
E.	Idade média da frota, por grupo de veículos.	<ul style="list-style-type: none">• Veículos de Representação: Idade média de 1 ano e 1 mês.• Veículos de Transporte: Idade média de 3 anos e 9 meses.
F.	Custos associados à manutenção da frota.	<ul style="list-style-type: none">• Manutenção: R\$ 83.937,00• Condução de veículos: R\$ 942.940,05• Diárias motoristas: R\$ 97.944,00• Combustível: R\$ 238.697,41• Lavagem: R\$ 12.752,00• Seguro Obrigatório: R\$ 3.488,76• Seguro da Frota: R\$ 21.249,99
G.	Plano de substituição da frota.	A renovação da frota leva em conta o custo-benefício da manutenção do bem. (Art. 14 da Resolução nº 426, TRE/AP).
H.	Razão de escolha da aquisição em detrimento da locação.	O critério de escolha é o custo-benefício do quilômetro rodado. Seria excessivamente oneroso locar a frota de veículos, em virtude da baixa quantidade de quilômetros rodados diariamente.
I.	Estrutura de controles de que o TRE/AP dispõe para assegurar uma prestação eficiente e	A Seção de Transporte está subordinada à Coordenadoria de Serviços Gerais e a Secretaria de



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

	econômica do serviço de transporte.	Administração e Orçamento. Para o controle da frota dispõe: Do sistema CONVEL, do formulário de saída de veículos e guias de abastecimento dos veículos da Secretaria. Os veículos das Zonas Eleitorais encaminham para controle a guia de movimentação e o relatório de consumo de combustível, descrevendo as distâncias percorridas e a finalidade dos deslocamentos.
Frota de veículos automotores a serviço do TRE/AP, mas contratada de terceiros.		
A.	Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte.	Não se aplica
B.	Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte.	Não se aplica
C.	Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão.	Não se aplica
D.	Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.	Não se aplica
E.	Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades do TRE/AP.	Não se aplica
F.	Quantidade de veículos, discriminados por grupos.	Não se aplica
G.	Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos.	Não se aplica
H.	Idade média da frota, por grupo de veículos.	Não se aplica
I.	Custos associados à manutenção da frota	Não se aplica
J.	Estrutura de controles de que o TRE/AP dispõe para assegurar uma prestação eficiente e de acordo com a legislação vigente.	Não se aplica

8.2.2 POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE OS VEÍCULOS INSERVÍVEIS OU FORA DE USO E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE VEÍCULOS NESSAS CONDIÇÕES

8.2.3 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

Os imóveis desta UPC são usados para servir como Cartórios Eleitorais tendo 01 (um) atendendo a cada Zona Eleitoral - ZE, com exceção dos Cartórios da Capital (Macapá) onde funcionam duas Zonas Eleitorais – a 2ª ZE e 10ª ZE num mesmo imóvel. Há, também, o imóvel onde funciona a Secretaria do Tribunal (atividades administrativas), também na Capital.

A distribuição geográfica destes imóveis no estado do Amapá é Seguinte:



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Qtd.
BRASIL	Amapá	13
	Macapá	2
	Amapá	1
	Calçoene	1
	Oiapoque	1
	Mazagão	1
	Laranjal do Jarí	1
	Tartarugalzinho	1
	Ferreira Gomes	1
	Pedra Branca do Amapari	1
	Serra do Navio	1
	Porto Grande	1
	Vitória do Jarí	1
Subtotal Brasil	13	

Os valores patrimoniais destes imóveis estão registrados no SIAFI e tendo procedimentos abertos junto a Secretaria do Patrimônio da União com o intuito de atualização dos valores no SPIUNET, de acordo com planilha abaixo:

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
70029		12	2	414.413,01	16/05/2013	440.725,00
70029	0605.00210.500-3	12	2	867.173,83		
70029	0605.00188.500-5	12	2	6.693.192,65		
70029		12	2	330.948,70	21/05/2013	219.609,48
70029		12	2	172.769,69	20/05/2013	215.969,20
70029		12	2	292.516,80	21/05/2013	189.483,00
70029		12	2	268.167,44	28/05/2013	346.228,57
70029		12	2	144.813,77	16/05/2013	223.337,63
70029		12	2		10/05/2013	



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

				218.107,63		189.483,00
70029		12	2	358.350,29	09/05/2013	250.753,00
70029		12	2	286.239,11	09/05/2013	171.018,00
70029		12	2	274.027,00	21/05/2013	196.851,44
70029		12	2	156.637,81	27/05/2013	166.971,65

Todos os imóveis têm seus valores registrados no SIAFI e estamos nos esforçando para que estejam registrados também no SPIUNET ainda este ano (2016), com esforço conjunto com a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, inclusive com as respectivas depreciações ou reavaliações, conforme for o caso.

As despesas com manutenção de imóveis no ano de 2015 somam R\$ 171.635,72 (R\$ 14.940,38 – 9º ZE Município de Ferreira Gomes e R\$ 156.695,34 – Edifício Sede município de Macapá).

8.2.4 CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS

Não há espaços físicos e imóveis cedidos por esta UPC.

8.2.5 INFORMAÇÕES SOBRE OS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Não há imóveis locados por esta UPC.

8.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O TRE-AP possui dois comitês responsáveis pelas tomadas de decisão sobre a área de TIC, quais sejam: o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) e o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e Comunicação (CETIC).



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

O CGTIC é composto pelo Diretor Geral e Secretários do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e tem como competências:

I - Coordenar a formulação de propostas e definiros princípios e as diretrizes que orientam a forma de utilização da TIC no TRE/AP;

II -Estabelecer objetivos de TIC, bem como deliberar e priorizar planos deles decorrentes;

III -Definir as prioridades de investimentos em TIC;

IV -Aprovar a alocação dos recursos orçamentários destinados à TIC, bem como alterações posteriores;

V - Estabelecer o processo de contratações de soluções de TIC;

VI - Deliberar e priorizar planos e riscos decorrentes dos relatórios de gestão submetidos pelo CETIC;

VII - Ratificar ou reavaliar as prioridades, identificar eventuais desvios e determinar correções necessárias a partir do acompanhamento periódico da execução dos planos e da evolução dos indicadores de desempenho de TIC;

VIII - Divulgar aspectos diversos da Governança Corporativa de TIC, como princípios, diretrizes, objetivos, planos, resultados, riscos e auditorias;

IX - Promover a designação oficial de todos os papéis envolvidos nas decisões-chave de TIC.

No ano de 2015 o CGTIC realizou 03 reuniões com o objetivo de deliberar sobre a prioridade de aquisições, aprovação de minuta da Resolução da Governança de TIC do TRE-AP e definição de princípios e diretrizes de TI para elaboração do PETI (2016 – 2021).

No que diz respeito a capacitação de servidores da área de TIC existe o plano de capacitação de TIC que está inserido no Plano de Capacitação do TRE-AP; alinhado ao plano de Gestão por Competências em implantação no TRE-AP.Em 2015 foram realizados os treinamentos constantes na tabela abaixo, atingindo 07 servidores treinados nas competências específicas.

Competências Específicas – Área TI



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

STI/CIN FE	4092/ 15	Não há, pois a demanda surgiu de uma exigência da resolução 182/13-CNJ - Jimmy Almendra Macedo	Curso Contratação de Soluções de TI de 27 a 29/05	1
STI/CIN FE	8153/ 15	1. Aplica a metodologia de gestão de projetos da STI - Éden Paixão e Max. 2. Conhece as diretrizes do COBIT - Max Darlindo	Curso Fundamentos de COBIT 5 para a Governança de TI de 27 e 28/08	2
STI/CS C	3743/ 15	Conhece desenvolvimento Web com C14 CSS e JavaScript - Emanuel dos Santos e Urivino Junior	Treinamento online Introdução a HTML e CSS	2
		Desenvolve soluções utilizando linguagem Java - Davi Mitsuo	Treinamento <i>online</i> JSF 2: Simplicidade e produtividade na web	1
		Não há, pois está recente no posto de trabalho - Leonardo Piovesano	Treinamento <i>online</i> Introdução a HTML e CSS	1

Com relação a força de trabalho, a área de TIC do TRE-AP é composta por 21 pessoas sendo: 13 servidores efetivos, 6 colaboradores terceirizados e 2 estagiários.

Servidores efetivos na TI

Quantidade	Cargo	Especialidade
4	Analista Judiciário	Análise de Sistemas
2	Técnico Judiciário	Digitação
5	Técnico Judiciário	Programação de Sistemas



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

1	Técnico Judiciário	Operação Computadores	de
1	Técnico Judiciário	Administrativo	
13			

Servidores exercendo atividades típicas de TI: 10

Quantidade	Cargo	Especialidade	
4	Analista Judiciário	Análise de Sistemas	
5	Técnico Judiciário	Programação de Sistemas	
1	Técnico Judiciário	Operação Computadores	de
10			

Vale ressaltar que o quadro pessoal de TI continua defasado, em virtude de que ainda não foram criados os cargos solicitados em 2012, conforme levantamento de necessidades realizado à época.

Levantamento de necessidades de servidores para atividades típicas de TI



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quant.	Cargo	Perfil	Justificativa
1	Analista Judiciário	Gerente de Projetos	O Tribunal ainda não dispõe de um Escritório de Projetos e a aquisição de um profissional com esse perfil será de grande importância para implantação deste Setor
1	Analista Judiciário	Análise de Negócios	Com a atual exigência dos órgãos de controle (TCU e CNJ) na implantação da Governança de TI nos Tribunais, a aquisição de um profissional com este perfil se faz necessário com vistas a realizar o alinhamento entre o negócio e os recursos de TI, priorizando as principais ações definidas no Planejamento Estratégico.
1	Analista Judiciário	Rede e Segurança	Para suportar as demandas oriundas da Administração para cumprir as metas definidas no Planejamento Estratégico de TI, bem como manter uma infraestrutura capaz de suportar os serviços de TI, principalmente em relação a segurança, continuidade de negócio e melhor aproveitamento dos serviços tecnológicos.
2	Técnico Judiciário	Infraestrutura	Com vários serviços sendo disponibilizados a aquisição de um profissional com este perfil se faz necessário com vistas a realizar a implantação e configuração de sistemas em relação aos equipamentos e infraestrutura para garantir a continuidade dos serviços de TI
5			

A STI do TRE-AP possui os processos de gerenciamento de TI informados abaixo.

▪ **Infraestrutura Tecnológica**

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá avançou na sua infraestrutura na área de tecnologia da informação. Desenvolveu projetos de alta relevância, como ampliação do backbone primário, instalação da rede wi-fi no prédio Sede e o estudo que culminou com a nova contratação do backbone secundário, que proporcionará um aumento na performance com economia de recursos públicos. A seguir, relacionamos esses projetos, para melhor compreensão da sua amplitude e importância nos trabalhos desta Justiça Especializada.

▪ **Ampliação do Backbone Primário**

O acesso do TRE/AP à Internet é realizado por meio de um canal de comunicação com o TSE, chamado de backbone primário. Este contrato é mantido pelo Tribunal Superior e no passado com



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

um link de apenas 4 Mbps (megabits por segundo), Através de estudos demonstramos a insuficiência do mesmo para as demandas da Sede e dos Cartórios Eleitorais. Com a mudança de cenário no panorama de comunicação de dados no estado do Amapá, o circuito passou para 8 Mbps (megabits por segundo), que consegue atender as expectativas de acesso.

▪ **Link de Internet**

De forma paralela à ampliação do backbone primário junto ao TSE, foi instalado na Sede do Tribunal um canal de Internet de alta velocidade, de modo a permitir o acesso dos servidores à Internet sem dependência da infraestrutura do TSE. Essa nova solução tecnológica permitiu maior velocidade no acesso à Internet, por meio da contratação de um canal de, de 20 Mbps que suportará o acesso a sistemas como SIAFI, Comprasnet e outros conforme a necessidade das unidades, bem como a rede wi-fi (sem fio).

▪ **Rede Wi-Fi**

O projeto da rede Wi-Fi foi implantado no Tribunal e tem por finalidade permitir que servidores, membros da Corte e visitantes (advogados, estudantes, etc.) tenham acesso à Internet por meio de uma rede sem fios, permitindo o acesso através de tablets, celulares e notebooks no edifício-sede do Tribunal e anexos. O projeto foi dividido da seguinte maneira:

- 1) Aquisição dos equipamentos de infraestrutura;
- 2) Estudo da localização dos equipamentos, visando à cobertura da maior área possível;
- 3) Instalação física dos equipamentos;
- 4) Preparação da infraestrutura para autenticação;
- 5) Normatização através de Termo de Uso da Rede Sem fio.

▪ **Estudo e licitação do novo contrato do Backbone Secundário**

Backbone secundário é o nome dado à rede de comunicação que interliga os cartórios eleitorais à Sede do TRE-AP. Diante do elevado custo do contrato originado pelo TSE com a formação de consórcio onde empresas diferentes proviam a rede (Oi), equipamentos (Medidata) e gerenciamento (Auriga) foi definido um novo projeto com a contratação de uma única empresa para prover equipamentos, rede e sua efetiva gerência. Outro tópico foi a subdivisão do Estado do Amapá em 3 lotes com intuito de fomentar a participação de mais empresas objetivando a redução dos custos, como:



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Lote 1 – Macapá (concentrador), Postos de Atendimentos, novo Cartório da 10ª ZE e Santana;

Lote 2 – Os municípios de Oiapoque, Calçoene, Amapá, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes, Porto Grande, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Mazagão;

Lote 3 – Laranjal do Jari e Vitória do Jari.

A nova contratação objetivou a trazer vários benefícios para este Tribunal, dentre os quais se destacam: economia para o TRE; ampliação da velocidade de comunicação em até 4 vezes da atual; alta estabilidade e confiabilidade da rede, com identificação e solução de problemas no máximo em 24 horas; e segurança na comunicação de dados.

Considerando que a licitação foi prejudicada devido a várias impugnações, e diante da data de conclusão do processo licitatório da nova contratação, estima-se que a implantação seja realizada até o final do mês de março do exercício 2016.

Durante o ano de 2015 a Secretaria de Tecnologia da Informação desenvolveu os projetos de TIC descritos na tabela abaixo.

Nome do Projeto	Descrição	Resultados esperados	Alinhamento ao PE	Alinhamento ao PETI	Valor Orçado	Valor Despendido	Prazo de conclusão
Instrução normativa 01/2015	Instrução normativa de solicitações de soluções informatizadas no âmbito da Justiça eleitoral do Amapá.	Os principais resultados alcançados por essa IN foram: 1. Estabelecer procedimentos para as solicitações de soluções informatizadas 2. Formalizar e manter documentação relativa às soluções informatizadas 3. Normatizar processo de priorização de solicitações de soluções	Garantir a infraestrutura de TI	* Desenvolver e implantar modelo de gestão de TI orientado às boas práticas mundiais * Estabelecer e manter processos de desenvolvimento em conformidade com modelos de referência	R\$ 0	R\$ 0	08/05/2015



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

		informatizadas 4. Alinhar as ações e projetos da STI aos objetivos estratégicos da instituição					
Sistema Convel	Sistema de controle de veículos	1. Melhoria na capacidade de suporte ao sistema, em decorrência da mudança de tecnologia empregada no desenvolvimento do sistema; 2. Aprimoramento dos cálculos de consumo de veículos; 3. Melhoria no controle de manutenção, saída e abastecimento de veículos, através de relatórios do sistema Não havia, até então, uma forma eficiente de ter informações relacionadas aos juízes e membros do TRE-AP. Esse sistema permite controlar essas informações de forma centralizada, melhorando o tempo de acesso e qualidade dessas informações	Garantir a infraestrutura de TI	Fomentar a colaboração de soluções de TI entre Tribunais	R\$ 0	R\$ 0	04/12/2015
Sistema de Juízes	Implantação do sistema de juízes		Garantir a infraestrutura de TI	Fomentar a colaboração de soluções de TI entre Tribunais	R\$ 0	R\$ 0	13/05/2015



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Sistema INFODIP	Implantação do sistema de informações de direitos políticos	O Sistema permite o envio eletrônico das comunicações de suspensão e restabelecimento de direitos políticos ao Cadastro Eleitoral, conforme estabelecido pelo Provimento n. 01/2015 – CRE/AP (formato PDF). Dessa forma, ele otimiza o acesso às informações, melhorando a prestação do serviço jurisdicional	Garantir a infraestrutura de TI	Fomentar a colaboração de soluções de TI entre Tribunais	R\$ 0	R\$ 0	19/06/2015
Sistema SAP	Sistema de análise de procedimentos administrativos. Esse sistema permite que a CCI realize a análise quanto à regularidade dos atos da administração relacionados a temas de processos licitatórios, gestão de pessoas e suprimentos de fundos.	* Racionalização, padronização e otimização do trabalho de análise dos procedimentos administrativos submetidos à CCI; * Registro, controle e acompanhamento das recomendações que porventura forem emitidas pela CCI em decorrência da análise dos procedimentos administrativos; * Auxiliar a CCI na elaboração do Relatório de Gestão; * Disponibilizar indicadores estatísticos para a Administração acerca das principais falhas e inconformidades encontradas em procedimentos	Garantir a infraestrutura de TI	Desenvolver e implantar modelo de gestão de TI orientado às boas práticas mundiais	R\$ 0	R\$ 0	26/03/2016



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

		administrativos analisados pela CCI.					
Sistema SEI	Implantação do sistema eletrônico de informações	O sistema contribuiu significativamente na redução de consumo de impressões e na redução do tempo de tramitação de processos administrativos	Garantir a infraestrutura de TI	Fomentar a colaboração de soluções de TI entre Tribunais	R\$ 0	R\$ 0	19/10/2015
Sistema SISAD ER	Sistema para apoio ao programa de avaliação de desempenho e resultados liderado pela SGP.	O sistema permitiu automatizar o programa da SGP para avaliação de desempenho e resultados.	Adequar quadro funcional às necessidades institucionais	Desenvolver e implantar modelo de gestão de TI orientado às boas práticas mundiais	R\$ 0	R\$ 0	12/11/2015



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Sistema SISG	Desenvolvimento do sistema de serviços gerais - SISG, que dá apoio à avaliação e controle de contratos administrativos	* Permite mensurar de forma objetiva se as empresas contratadas estão cumprindo o objeto do contrato, bem como outras obrigações legais * Permite mensurar se os usuários estão satisfeitos com os serviços prestados pela contratada * Aumenta a publicidade das reclamações, orientações e penalidades administrativas aplicadas pela gestão de contratos	Garantir a infraestrutura de TI	Desenvolver e implantar modelo de gestão de TI orientado às boas práticas mundiais	R\$ 0	R\$ 0	13/10/2015
Sistema Valoriza	Implantação do sistema Valoriza, que dá apoio ao programa Valoriza da SGP	O sistema permitiu à SGP do Tribunal automatizar as atividades relacionadas ao programa de valorização dos servidores.	Garantir a infraestrutura de TI	Fomentar a colaboração de soluções de TI entre Tribunais	R\$ 0	R\$ 0	12/06/2015
TRE Processos	Implantação do aplicativo TRE Processos, que permite realizar a consulta dos processos judiciais no âmbito dos regionais que aderiram ao aplicativo	* Ampliação e melhoria das formas de acessos às informações dos processos judiciais;	Garantir a infraestrutura de TI	Fomentar a colaboração de soluções de TI entre Tribunais	R\$ 0	R\$ 0	23/07/2015



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Na Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-AP praticamente inexistem dependências tecnológicas de empresas terceirizadas, pois temos apenas 1 (um) contrato de terceirização de serviços, sendo o mesmo para atendimento aos chamados dos usuários de TIC do TRE-AP.

8.3.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Grupo	Sigla	Nome	Objetivos e funcionalidades	Origem	Resp. Técnico	Resp. negócio	Criticidade
Administrativo	Portal Intranet e Internet	Portais de Intranet e Internet	Os portais de Intranet e Internet do TRE-AP disponibilizam as informações a servidores e cidadão. Ambos os portais são gerenciadores de conteúdo que usam tecnologia Zope/Plone	TRE-AP	CSC/STI	CINF/STI	Alta
Administrativo	SAP	Sistema de Análise de Procedimentos Administrativos	O Sistema de Análise de Procedimentos Administrativos (SAP) tem o objetivo de auxiliar a CCI na análise quanto à regularidade dos atos da Administração no cumprimento dessa atribuição, bem como facilitar o monitoramento das recomendações eventualmente emitidas pela CCI como resultado dessas análises.	TRE-AP	CSC/STI	CCI	Baixa



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Administrativo	SEI	Sistema Eletrônico de Informações	O sistema SEI é um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos. Através dele, tramitam todos os processos administrativos do TRE-AP.	Externo	CSC/STI	SGP	Alta
Administrativo	SEMP	Sistema de Exames Médicos Periódicos	O Sistema de Exames Médicos Periódicos (SEMP) é uma solução informatizada, elaborada pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-AP, que tem o propósito de auxiliar a Secretaria de Gestão de Pessoas na realização de campanhas de exames médicos periódicos dos servidores, conforme o disposto no Art. 206-A da lei 8.112/90.	TRE-AP	CSC/STI	SGP	Baixa



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Administrativo	SGRH	Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos	Módulos relacionados as atividades de gestão de pessoas no TRE. Possui os seguintes módulos Ambulatorial, Afastamentos, Anuênios, Aposentadoria, Auxílio, Averbação, Banco De Talentos-Gerencial, Benefícios, Cessão, Comissionamento, Dependentes E Pensionistas, Evento Nacional, Exercício Provisório, Folha Relatórios, Folha De Pagamento, Folha De Ponto, Férias, Gerencial, Gestão, Licenças Médicas, Lotação, Ministro, Progressão, Quadro De Vagas, Remoção, Requisição, Sistema De Emissão De Documento (Sisdoc), Senhas, Serviço Extraordinário (Frequência)	TSE	CSC/STI	SGP	Alta
Administrativo	SIAC	Sistema de Acompanhamento de Contratos	Esse sistema permite o cadastro e acompanhamento de contratos.	TSE	CSC/STI	COF/SALO	Alta
Administrativo	SIGO	Sistema Integrado de Gestão Orçamentária	Através desse sistema é possível elaborar, administrar e acompanhar as	TSE	CSC/STI	COF/SALO	Alta



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

			propostas orçamentárias.				
Administrativo	Zimbra	Sistema de E-mail Corporativo	Sistema desenvolvido em software livre que facilita a comunicação interna e externa através de mensagens de e-mail	Externo	CINF/STI	CINF/STI	Média
Apoio Jurisdicional	DJE	Sistema de Diário de Justiça Eletrônico	Sistema responsável pelo recebimento de matérias e sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico;	TSE	CSC/STI	CRCP/SEJUD	Alta
Apoio Jurisdicional	DRS Plenário	Sistema DRS Plenário	Sistema que permite a gravação do áudio das sessões plenárias	Externo	CINF/STI	CSPJ/SEJUD	Baixa
Apoio Jurisdicional	ELO6 e Filia Web	Sistema de Filiação Partidária	Responsável pelo registro e manutenção das listas de eleitores filiados a partidos políticos	TSE	CSC/STI	Zonas Eleitorais	Alta
Apoio Jurisdicional	Infodip	Sistema de Informações e Direitos Políticos	O Sistema de Informações de Direitos Políticos (INFODIP) tem como objetivo o envio eletrônico das comunicações de suspensão e restabelecimento de direitos políticos ao Cadastro Eleitoral	TRE-PR	CSC/STI	CRE	Média
Apoio Jurisdicional	ITAR	Sistema de Inteiro teor	Disponibilizar o inteiro teor de decisões - disponibiliza a imagem do	TSE	CSC/STI	CRCP/SEJUD	Média



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

			documento na internet				
Apoio Jurisdicional	Petição Eletrônica	Sistema de Peticionamento Eletrônico	Sistema Web que permite aos advogados enviar petições eletrônicas	TSE	CSC/STI	SEJUD	Baixa
Apoio Jurisdicional	SADP	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos	Permite o registro, distribuição e gerenciamento dos processos judiciais das zonas eleitorais e TRE	TSE	CSC/STI	SEJUD	Média
Apoio Jurisdicional	SGIP	Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias	Tem como objetivo principal o gerenciamento das informações de partidos, órgãos partidários, seus membros e delegados integrando TSE e TREs e provendo informações também para cartórios eleitorais e público em geral	TSE	CSC/STI	SEJUD	Baixa
Apoio Jurisdicional	SIEL	Sistema de Informações Eleitorais	Tem o objetivo de atender as solicitações de dados do Cadastro Eleitoral. É uma aplicação Web disponível exclusivamente às Autoridades Judiciais e ao Ministério Público, bem como aos servidores por eles autorizados	TRE-RS	CSC/STI	CRE	Baixa



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Apoio Jurisdicional	SJUR	Sistema de Jurisprudência	Permite o armazenamento e consulta da jurisprudência da Justiça Eleitoral	TSE	CSC/STI	SEJUD	Média
Apoio Jurisdicional	SPCE	Sistema de Prestação de Contas Eleitorais	Sistema de prestação de contas eleitorais	TSE	CSC/STI	CSC/STI	Média
Apoio Jurisdicional	Tramitação processual	Sistema de Tramitação Processual	Este serviço destina-se a prover informações sobre o quantitativo de processos em tramitação nos tribunais e juízos eleitorais e a respectiva tramitação processual, por meio de interface gráfica que permitirá ao usuário mais amplo emprego das funcionalidades da ferramenta de consulta (dados por unidade eleitoral, juiz ou relator, classe, entre outros).	TSE	CSC/STI	CRE	Média
Processo eleitoral	Diploma Web	Sistema de Diplomas Web	Sistema que permite a emissão de diplomas para os eleitos nas eleições	TRE-AP	CSC/STI	SEJUD	Baixa
Processo eleitoral	ELO	Sistema ELO	Realiza o registro de alistamentos, movimentações e atualizações da situação dos eleitores. A partir do ELO são obtidos os eleitores aptos a votar nas eleições	TSE	CSC/STI	Zonas Eleitorais	Alta



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Processo eleitoral	SISBU	Sistema de Monitoramento de Transmissões de BU	Sistema que permite monitorar e acompanhar a transmissão de boletins de urnas eletrônicas durante a eleição. Além disso, ele possui funcionalidades de cadastro e mapear os locais de votação e técnicos de urna que estão trabalhando durante a eleição.	TRE-AP	CSC/STI CINF/STI	CSC/STI CINF/STI	Alta
Processo eleitoral	Sistemas Eleitorais	Sistemas Eleitorais	Conjunto de sistemas desenvolvidos pelo TSE ou outros regionais e utilizados por todos os Tribunais Regionais Eleitorais e/ou Zonas Eleitorais com vistas a preparação, votação, apuração e totalização nas eleições realizadas no âmbito nacional, estadual ou municipal. Entre esses podemos citar: sistema de candidaturas, sistema de preparação, ecossistema da urna eletrônica, sistema de totalização, JE Connect entre outros.	TSE	CSC/STI CINF/STI	CSC/STI	Alta



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

8.3.2 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLENO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – PDTI

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI (2010 – 2014); em virtude da prorrogação do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá pela Res. 456/2015 até 31 de dezembro de 2015; também teve sua vigência prorrogada para a mesma data.

O PETI do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá seguiu as diretrizes estratégicas do poder judiciário nacional e as institucionais traçando seus objetivos estratégicos com base nas perspectivas: orientação ao usuário, contribuição corporativa, excelência operacional e orientação futura.

O PETI do TRE-AP está disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ap-planejamento-estrategico-de-ti-2010-a-2015>

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação- PDTI 2015 foi aprovado em 23/12/2014 pela presidência do TRE-AP e documentou as iniciativas de TI que deverão ser empreendidas para implantar o PDTI no TRE-AP objetivando cumprir as metas estabelecidas no PETI; O PDTI do TRE-AP pode ser acessado facilmente no link: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ap-plano-diretor-de-ti-2010-a-2015>

8.3.3 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) é um sistema de informática criado para dar fim à tramitação de autos em papel no Poder Judiciário. Ele permite que magistrados, servidores e advogados pratiquem atos processuais diretamente no sistema. Ele tem como plataforma de produção e funcionamento o sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O PJe tem sido oportunamente adaptado às especificidades da Justiça Eleitoral, o que permite a produção, a tramitação e o julgamento de processos judiciais integralmente em meio virtual.

O PJe da Justiça Eleitoral entrará em produção primeiramente no TSE, funcionando apenas em cinco classes originárias: Ação Cautelar, Mandado de Segurança, Habeas Corpus, Habeas Data e Mandado de Injunção. A partir de 2016, o sistema será expandido, na modalidade piloto, para alguns tribunais regionais escolhidos pelo presidente do TSE (Goiás, Rio Grande do Sul, Amazonas e



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Tocantins), nos quais serão implantadas apenas as cinco classes citadas. Ainda em 2016, o TSE fará um estudo para a expansão do PJe para outros regionais e para outras classes processuais. A implantação do sistema nas zonas eleitorais ficará a cargo dos TREs, após o implantarem nos respectivos tribunais e estarem seguros quanto ao andamento do aplicativo.

Na tabela abaixo, estão listadas as principais atividades relacionadas à implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no âmbito da Justiça Eleitoral.

Escopo inicial: Ação Cautelar, Mandado de Segurança, *Habeas Corpus*, *Habeas Data* e Mandado de Injunção.

Macroatividades	
Descrição	Data prevista
Homologação do sistema	Maio a junho/2015
Treinamento (usuários internos e externos)	Julho a agosto/2015
Implantação no TSE	Agosto/2015
Implantação, no TSE, de classes recursais das originárias constantes do escopo inicial	Novembro/2015
Implantação das classes do escopo inicial nos seguintes tribunais regionais eleitorais: Goiás, Rio Grande do Sul, Amazonas, Tocantins	Fevereiro a maio/2016

Disponível em: <http://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/processo-judicial-eletronico/cronograma>



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

8.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Não enviado.



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

8.4.1 ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

Não enviado.



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

8.5 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

8.5.1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DOS FUNDOS NA GESTÃO DA UNIDADE

?????



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

8.5.2 FUNDO PARTIDÁRIO

Diretórios de partidos políticos registrados no TRE

No quadro a seguir devem ser relacionados os diretórios de partidos políticos registrados no TRE, informando o número e a data desse registro, bem como o nome do responsável e o período de seu mandato.

Relação dos Diretórios de Partidos no Estado

Sigla	Nome do Partido	Registro no TRE		Responsável pelo Diretório	Período
		Número	Data		
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	12.980/2013	16/12/2013	Gilvam Pinheiro Borges	15/12/2013 a 11/12/2017
PDT	Partido Democrático Trabalhista	137/2012	11/01/2012	Antônio Waldez Góes da Silva	27/12/2011 a 28/12/2017
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	3615/2012	23/05/2012	Eduardo Seabra da Costa	21/05/2012 a 12/12/2018
PT	Partido dos Trabalhadores	115/2014	05/02/2014	Joel Banha Picanço	20/02/2014 a 20/02/2018
DEM	Democratas	11449/2015	23/09/2015	David Samuel Alcolumbre Tobelém	20/08/2011 a 17/10/2018
PC do B	Partido Comunista do Brasil	281/2014	14/01/2014	José Luiz Amaral Pingarilho	06/11/2013 a 15/04/2016
PSB	Partido Socialista Brasileiro	19964/2012 13367/2015	14/11/2012 23/10/2015	João Alberto Rodrigues Capiberibe	19/10/2012 a 31/12/2017
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	3652/2011 6368/2015	26/05/2011 19/06/2015	Luiz Carlos dos Santos Júnior	17/04/2011 a 14/06/2015 a 14/06/2015 a Indeterm.
PTC	Partido Trabalhista Cristão	2681/2015 11153/2015	31/03/2015 21/09/2015	Palmira das Neves Bittencourt Roberto das Neves Teixeira Bittencourt	08/03/2015 a 08/09/2015 a 16/09/2015 a 30/03/2016
PSC	Partido Social Cristão	4637/2009	17/09/2009	Moisés Reategui de Souza	25/09/2009 a Indetermin.
PMN	Partido da Mobilização Nacional	6244/2014 10302/2015	27/06/2014 08/09/2015	Aldilene Francisca de	26/06/2014 a 29/07/2015



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

				Moraes Raquel Capiberibe da Silva	29/07/2015 Indetermin.	a
PRP	Partido Republicano Progressista	2753/2014	01/04/2014	Hildegard de Azevedo Gurgel	31/03/2014 Indetermin.	a
PPS	Partido Popular Socialista	10878/2013 13657/2015	23/10/2013 04/11/2015	Allan Rosas Sales	29/10/2013 30/10/2017	a
PV	Partido Verde	5412/2013 6330/2015	20/06/2013 23/06/2015	Antonio José Nunes dos Santos	30/04/2013 31/05/2015 31/05/2015 01/07/2017	a a
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	3287/2010	16/06/2010	Adail Barriga Dias	01/06/2010 30/06/2015	a
PP	Partido Progressista	3707/2014	25/04/2014	João Bosco Papaléo Paes	22/04/2014 11/04/2016	a
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	10396/2013 12667/2015	11/10/2013 07/10/2015	Genival Cruz de Araújo Márcio Rafael Ferreira Pantoja	21/06/2013 20/06/2015 21/06/2015 20/06/2017	a a
PCB	Partido Comunista Brasileiro	2476/2014	25/03/2014	Francione Espindola Dantas	18/04/2014 18/04/2016	a
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	3925/2013 9787/2015	22/04/2013 31/08/2015	Marelilson Lobato de Souza Evandro Costa Gama	30/04/2013 01/01/2015 18/08/2015 30/06/2016	a a
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	863/2015 14855/2015	19/02/2015 21/12/2015	Luciana Araújo Góes Gurgel Dayanne Rafaelle do Nascimento Lima	01/01/2015 09/12/2015 09/12/2015 Indetermin.	a a
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	3707/2014 5433/2015	25/04/2014 02/06/2015	Raimundo Charles da Silva Marques	17/04/2014 17/04/2015 25/05/2015 25/05/2016	a a
PTN	Partido Trabalhista Nacional	5236/2009 7350/2015	09/10/2009 08/07/2015	Eldein José Brito Pires Adriano Stefanni da Silva Barbosa	29/09/2009 07/07/2015 08/07/2015 Indetermin.	a a
PSL	Partido Social Liberal	4408/2015 244/2016	18/05/2015 18/01/2016	Valdeco Vieira de Souza Márcio Clay da Costa Serrão	08/05/2015 08/11/2015 09/11/2015 09/05/2016	a a
PRB	Partido Republicano	7832/2015	17/07/2015	André dos Santos	06/07/2015	a



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

	Brasileiro	11151/2015	21/09/2015	Abdon Aline Paranhos Varonil Gurgel	16/09/2015 16/09/2015 Indetermin.	a
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	1774/2014 14051/2015	06/03/2014 19/11/2015	Dejalma do Espírito Santo Ferreira Teixeira	13/11/2013 13/11/2015 13/11/2015 13/11/2017	a a
PR	Partido da República	4311/2013 3056/2015	20/05/2013 3056/2015	Vinícius de Azevedo Gurgel Robson Santana Rocha Freire	24/04/2013 17/03/2015 20/03/2015 Indetermin.	a a
PSD	Partido Social Democrático	6558/2011	06/10/2011	Eider Pena Pestana	23/09/2011 Indetermin.	a
PPL	Partido Pátria Livre	3542/2014	22/04/2014	Aroldo da Graça Góes	12/04/2014 11/04/2015	a
PEN	Partido Ecológico Nacional	7202/2013	12/08/2013	Moisés Rivaldo Pereira	18/07/2013 27/02/2016	a
PROS	Partido Republicano da Ordem Social	9798/2013	02/10/2013	Francisca Ferreira Favacho	30/09/2013 Indetermin.	a
SDD	Solidariedade	6130/2014	27/06/2014	Josimauro Rocha de Vilhena	10/11/2013 Indetermin.	a
REDE	Rede Sustentabilidade	14251/2015	30/11/2015	Kathiuse de Oliveira Coutinho	23/10/2015 23/10/2017	a
PMB	Partido da Mulher Brasileira	14340/2015	02/12/2015	Luciana Araújo Góes Gurgel	29/09/2015 30/04/2019	a

Fonte:
SRP

Valores recebidos pelos diretórios estaduais

O quadro abaixo visa a demonstrar as cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais dos partidos políticos no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois imediatamente anteriores

Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Diretórios Estaduais dos Partidos. Valores em \$1,00

Sigla do Partido	Exercícios		
	2015	2014	2013
DEM – DR		70.000,00	141.000,00
PDT –MCP		0,00	179.000,00
PDT – DR		280.000,00	0,00
PMDB – DR		401.342,96	421.239,93



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PP – DR		0,00	165.000,00
PSDB – DR		96.570,82	101.031,07
PSDB –DR		474.843,51	298.018,37
PSOL – DR		47.461,60	7.436,32
PT – DR		280.147,50	457.688,32
PTB – DR		0,00	118.000,00
PV – DR		42.244,19	62.185,98
PSD – DR		330.000,00	0,00
SD – DR		29.808,00	0,00
Totais	0,00	2.052.418,58	1.950.599,99

Fonte: TSE: <http://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/prestacao-de-contas-partidarias/prestacao-de-contas-partidarias>

Prestação de contas dos diretórios estaduais

O quadro seguinte refere-se às prestações de contas dos diretórios estaduais dos partidos políticos sob a jurisdição do TRE relativamente ao **exercício X-1**, portanto, exercício anterior ao de referência do relatório de gestão. Nesse quadro devem ser discriminados a data e o número do processo de contas de cada diretório, assim como a situação em que tais contas se encontravam em **31/12 do exercício X** (do relatório de gestão), conforme a seguinte classificação:

AN – Em análise;
AP – Aprovada;
AR – Aprovada com ressalva;
DP – Desaprovada;
RE – Em recurso.

Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência

Sigla do Partido	Dados da Prestação de Contas de 2014		
	Data	Processo	Situação em 2015
PMDB	24/11/2015	PC N° 46- 74.2015.6.03.0000	AP
PDT		PC N° 51- 96.2015.6.03.0000	AN
PTB		PC N° 49- 29.2015.6.03.0000	AN



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PT		PC N° 64-95.2015.6.03.0000	AN
DEM		PC N° 82-19.2015.6.03.0000	AN
PSB	08/12/2015	PC N° 47-59.2015.6.03.0000	AP
PSDB		PC N° 103-92.2015.6.03.0000	AN
PSC		PC N° 54-51.2015.6.03.0000	AN
PV		PC N° 48-44.2015.6.03.0000	AN
PT DO B		PC N° 56-21.2015.6.03.0000	AN
PP		PC N° 41-52.2015.6.03.0000	AN
PHS		PC N° 53-66.2015.6.03.0000	AN
PSDC		PC N° 15-20.2016.6.03.0000	AN
PTN		PC N° 55-36.2015.6.03.0000	AN
PR		PC N° 52-81.2015.6.03.0000	AN
PSOL		PC N° 65-80.2015.6.03.0000	AN
PSD		PC N° 57-06.2015.6.03.0000	AN
PROS	08/12/2015	PC N° 79-64.2015.6.03.0000	AR
SD		PC N° 53-66.2015.6.03.0000	AN

LEGENDA

Situação em 2015:

AN – Em análise

AP – Aprovada

AR – Aprovada com ressalva

DP – Desaprovada

RE – Em recurso

Não prestação de contas pelos diretórios estaduais

No quadro a seguir devem ser relacionados os diretórios estaduais que, até o final do exercício de referência do relatório (ano X), ainda não haviam apresentado a prestação de contas do exercício anterior (ano X-1), assim como as medidas adotadas pelo TRE em razão da inadimplência do diretório.

Diretórios Estaduais que NÃO Prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2014

Sigla do Partido	Medidas Adotadas pelo TRE
PCB	Expedição de Notificação (059/16). Instauração de PC n° 30-86.2016.6.03.0000
PPS	Expedição de Notificação (060/16). Instauração de PC n° 31-71.2016.6.03.0000
PRTB	Expedição de Notificação (061/16). Instauração de PC n° 32-56.2016.6.03.0000
PRP	Expedição de Notificação (063/16). Instauração de PC n° 33-



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

	41.2016.6.03.0000
PCdoB	Expedição de Notificação (064/16). Instauração de PC nº 34-26.2016.6.03.0000
PTC	Expedição de Notificação (066/16). Instauração de PC nº 35-11.2016.6.03.0000
PRB	Expedição de Notificação (067/16). Instauração de PC nº 36-93.2016.6.03.0000
PSL	Expedição de Notificação (069/16). Instauração de PC nº 37-78.2016.6.03.0000

Situação das contas prestadas pelos diretórios estaduais

Finalmente, no quadro seguinte, o TRE deve demonstrar a situação em que se encontram as contas dos cinco exercícios anteriores ao do relatório de gestão prestadas pelos diretórios estaduais dos partidos, considerando a seguinte classificação:

AN – Em Análise;

AP – Aprovada;

AR – Aprovada com Ressalva;

DP – Desaprovada;

RE – Em Recurso

Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos

Sigla do Partido	Situação das Contas dos Diretórios				
	2014	2013	2012	2011	2010
PMDB	AP	AR	AR	AR	AR
PDT	AN	AR	AR	DP	AR
PTB	AN	AR	AR	AR	DP
PT	AN	AN	AR	AR	DP
DEM	AN	AR	AR	DP	DP
PC do B	-	-	-	-	-
PSB	AP	AR	AR	AR	DP
PSDB	AN	DP	AR	AR	DP
PTC	-	DP	AP	DP	-
PSC	AN	AP	AP	AP	DP
PMN	-	-	-	-	-
PRP	-	-	-	-	-
PPS	-	-	-	-	-
PV	AN	AN	AR	AR	DP
PT do B	AN	-	-	-	-
PP	AN	AR	RE	RE	DP



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PSTU	-	AR	AR	DP	DP
PCB	-	-	AP	DP	AR
PRTB	-	-	DP	-	DP
PHS	AN	DP	DP	-	-
PSDC	AN	-	DP	DP	DP
PTN	AN	AR	AR	-	-
PSL	-	-	-	-	-
PRB	-	DP	AR	DP	DP
PSOL	AN	AP	AR	DP	DP
PR	AN	DP	DP	-	DP
PSD	AN	AR	AP	AR	
PPL	-	-	DP		
PEN	-	AR	AR	AR	AR
PROS	AR	AR	AR	DP	AR
SDD	AN	AP	AR	AR	DP
TOTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Legenda:

AN – Em Análise

AP – Aprovada

AR – Aprovada com Ressalva

DP – Desaprovada

RE – Em Recurso

Fonte:



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

8- CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Durante o exercício de 2015, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá recebeu três acórdãos do Tribunal de Contas da União, a saber:

Acórdão nº 1.233/2015 – TCU – Plenário

Acórdão nº 2.377/2015 – TCU – Plenário

Acórdão nº 2.734/2015 - TCU - Plenário

O **Acórdão nº 1.233/2015 – TCU – Plenário** é resultado da auditoria com vistas a aferir a qualidade e a fidedignidade das informações prestadas no Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas – Ciclo 2013, conhecer e avaliar os critérios utilizados para dimensionamento e alocação da força de trabalho e contribuir para o aperfeiçoamento da governança e gestão de pessoas no TRE/AP.

O Acórdão resultou em nove recomendações e uma determinação. O TCU determinou ao TRE/AP que:

“no prazo de 120 (cento e vinte) dias, encaminhe a este Tribunal plano de ação para implementar as recomendações descritas no item anterior, especificando as medidas a serem adotadas, os respectivos prazos e os responsáveis, ou justificativa sobre a decisão de não implementar tais recomendações.” (item 9.2 do Acórdão nº 1.233/2015 – TCU – Plenário).

O plano de ação foi encaminhado ao TCU, por meio do Ofício GAB-PRES 222/2015 em 09 de outubro de 2015 (o prazo expirava em 16 de outubro), cumprindo assim a determinação.

As seguintes recomendações já foram implementadas:



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

9.1.1. promova o desdobramento de seu plano institucional em plano operacional na área de gestão de pessoas, de forma a permitir melhor direcionamento das ações de gestão de pessoas e a garantir seu alinhamento com as diretrizes organizacionais superiores;

A Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP adequou o planejamento da secretaria para o exercício corrente, conforme informações dos autos do PA TRE-AP 143/2015, classe IV, protocolo nº 5.133/2015.

9.1.2. implemente mecanismos que permitam a identificação de lacunas de competências de liderança e gestão, atuais e futuras;

Houve mapeamento de lacunas de competências (*gaps*) por meio do programa de avaliação por competência (PA 224/2014, classe IV, protocolo 7.839/2015), sendo inclusive utilizado para definir o Plano Anual de Capacitação 2015 (PA 77/2015, classe X, protocolo 1.256/2015).

9.1.5. Assegure que as necessidades de capacitação e desenvolvimento sejam também identificadas quando da avaliação de desempenho e consideradas no planejamento anual de capacitação;

A Escola Judiciária Eleitoral, setor competente pela elaboração do plano de capacitação anula, informou que desde 2015 o processo de elaboração de capacitação do TRE-AP está em consonância com o resultado exarado no relatório final do programa Gestão por Competência. O Plano anual de capacitação contempla tanto as competências específicas (técnica) como as gerenciais (gestão). No exercício de 2015 foram apontadas algumas demandas gerenciais, porém por uma limitação orçamentária o Comitê Gestor apontou 02 (duas), do qual foram oferecidos para todos os secretários e coordenadores, bem como seus potenciais substitutos. As capacitações gerenciais oferecidas em 2015 foram: “Lideranças” e “Foco em resultado”.

Desenvolvimento das competências gerenciais: são inerentes aos cargos de gestão da instituição e representam “a visão que os gestores detêm sobre o mercado e sobre as tendências que impactam o negócio onde atuam” (Silva, 2005) de forma a dinamizar as relações organizacionais e potencializar o negócio, missão e visão da empresa. Após o alinhamento com o TSE passaram a ser: Orientação/Foco nos Resultados, Liderança, Tomada de Decisão, Gestão do Conhecimento, Visão Estratégica, Resiliência e Comunicação Interpessoal.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

9.1.8. adote medidas para assegurar a realização periódica de levantamentos com vistas ao dimensionamento da força de trabalho, levando em consideração a projeção de necessidades futuras;

O levantamento será bienal, sendo o primeiro realizado ao final de 2015.

O relatório está em análise na Comissão responsável. A conclusão dos trabalhos resultará na elaboração de normativo que versará sobre a continuidade dos estudos no âmbito do Tribunal.

As demais recomendações estão com a implementação em curso e por conta disso, figuram nos quadros a seguir:

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
015.388/2014-0	1.233/2015-P	9.1.3	OFICIO nº 358 Data: 02/06/2015	16.06.2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá				
Descrição da determinação/recomendação				
Avalie a oportunidade e a conveniência da criação de banco de talentos que facilite a identificação e o desenvolvimento de potenciais líderes para atuarem nos cargos de natureza gerencial;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Será viabilizado por meio da aquisição de solução de TI do TRE-RS com prazo previsto para implementação no segundo semestre de 2016.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
015.388/2014-0	1.233/2015-P	9.1.4	OFICIO nº 358 Data: 02/06/2015	16.06.2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá				
Descrição da determinação/recomendação				
Implemente processo de avaliação de desempenho de gestores e servidores, vinculada, entre outros, aos resultados individuais e institucionais alcançados;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

A avaliação de gestores está em andamento por meio do Programa de Avaliação de Desempenho de Liderança (PADL). Há previsão para que em 2017 o programa seja ampliado para abranger os ocupantes de funções comissionadas e 2018 para abranger todos os servidores.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
015.388/2014-0	1.233/2015-P	9.1.6	OFICIO nº 358 Data: 02/06/2015	16.06.2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá				
Descrição da determinação/recomendação				
Estabeleça, preferencialmente, processo de seleção para funções e cargos de natureza gerencial, assegurando a avaliação dos perfis de competência dos candidatos, a transparência e a concorrência;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi realizado projeto-piloto para seleção de servidor para o cargo de Secretário de Gestão de Pessoas (PA 81/2015, Classe X, protocolo 1.442/2015) no exercício de 2015. Na sequência, por meio da Portaria nº 612/2014, foi constituída Comissão com o objetivo de proceder ao estudo para elaboração de resolução com vistas a regulamentar a seleção aos cargos de liderança. A Comissão encaminhou a minuta para a Administração no final do ano de 2015. Encontra-se em análise na Assessoria Técnico-Jurídica da Diretoria-Geral - ASDG.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
015.388/2014-0	1.233/2015-P	9.1.7	OFICIO nº 358 Data: 02/06/2015	16.06.2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá				
Descrição da determinação/recomendação				
Conclua a implantação da gestão por competências no órgão, de forma a permitir melhor planejamento da força de trabalho e a adoção de critérios técnicos para fundamentar, ente outras, as decisões relativas a quantitativo, perfil, alocação inicial e movimentação da força de trabalho;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
As ações de Recrutamento e Seleção (concurso público e seleções internas), Gestão de Desempenho e Educação Corporativa, alinhadas ao programa Gestão por Competências estão sendo realizadas já em 2015, quanto aos mecanismos de Sucessão e Lotação e Movimentação de Pessoal, a implantação está prevista para 2016.				



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
015.388/2014-0	1.233/2015-P	9.1.9	OFICIO nº 358 Data: 02/06/2015	16.06.2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá				
Descrição da determinação/recomendação				
Defina as informações sobre a força de trabalho que devem ser monitoradas periodicamente, tais como quantitativo real de servidores em relação ao ideal e projeções de vacância, para que sejam utilizadas como insumos para planejamento e tomada de decisão.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A partir do estudo previsto no item 9.1.8, parecer técnico será encaminhado contendo as informações que deverão ser monitoradas.				

O Acórdão nº 2.377/2015 – TCU – Plenário foi encaminhado por meio do Ofício nº 0047198-SGE do Conselho Nacional de Justiça, datado de 12 de novembro de 2015. O encaminhamento ao TRE/AP se deu para conhecimento de cópia do Acórdão, no qual a Corte de Contas Federal firmou entendimento de que, consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, o art. 217 da Lei 8.112/1990, incluídas as alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do seu inciso II, permaneceu vigente até a edição da Medida Provisória 664.

O teor do referido acórdão levado à ciência da alta gestão, bem como do gestor de pessoas.

Não há pensões concedidas a menor sob guarda judicial no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

O Acórdão nº 2.734/2015 – TCU – Plenário foi encaminhado por meio do Ofício 0389/2015-TCU/Sefti de 9/11/2015. Se refere à ação de monitoramento dos Acórdãos 1.674/2010, 1.793/2011 e 2.601/2011, todos do Plenário do TCU.

O Acórdão 1.674/2010, contem determinações/recomendações para: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Casa Civil da Presidência da República e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Acórdão 1.793/2011, contem determinações/recomendações para: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais/MP; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Ministério da Defesa; Senado Federal; Câmara dos Deputados; Tribunal de Contas da União; Tribunal Superior Eleitoral; Tribunais Regionais Eleitorais; Banco do Brasil S/A; Caixa Econômica Federal; Secretaria da Receita Federal do Brasil etc.

Por fim, o Acórdão 2.601/2011 contem determinações/recomendações exclusivamente para a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Desta forma, a única recomendação feita diretamente ao TRE-AP foi a contida no item 9.10 do Acórdão 1.793/2011, que transcrevemos:

"9.10. recomendar ao Tribunal Superior Eleitoral e aos Tribunais Regionais Eleitorais que aperfeiçoem as suas sistemáticas de verificação da alínea "a" do inciso I do art. 54 da Constituição Federal para a expedição de diplomas de parlamentares eleitos, prevista pelo art. 30, inciso VII, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral);"

Na avaliação, contida nos itens 9.1 a 9.5 do Acórdão 2.734/2015-TCU-Plenário que classificou as determinações/recomendações em: 9.1 cumpridas/implementadas, 9.2 parcialmente cumpridas/implementadas, 9.3 não cumpridas/implementadas, 9.4 em implementação e 9.5 insubsistentes, o item 9.10 do Acórdão 1.793/2011 não foi mencionado entre os itens avaliados.

Informações sobre o atendimento à referida recomendação, foram incluídas no Relatório de Gestão - Exercício 2011, quadro A.15.5, pág. 84. A seguir transcrevemos as informações apresentadas:

"Síntese da providência adotada: Foi dada ciência aos Setores envolvidos na expedição dos diplomas.

Síntese dos resultados obtidos: Todas as Unidades envolvidas estão atentas ao cumprimento das determinações do TCU."

Os setores competentes foram novamente notificados em 14 de dezembro de 2015, conforme documentos contido no processo SEI nº 0000541-77.2015.6.03.800.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

O Tribunal Regional Eleitoral designou, por meio do Regulamento da Secretaria, art. 6º, IV da Res. TRE/AP 406/2012, a Assessoria de Planejamento para coordenar a coleta, consolidar e realizar o envio de informações ao Tribunal de Contas da União.

O monitoramento é feito pela Coordenadoria de Controle Interno/Seção de auditoria.

Os acórdãos são disponibilizados na página da Coordenadoria de Controle Interno para conhecimento de todas as unidades do Tribunal.

9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

No exercício de 2016 foi implantado o sistema de acompanhamento de processos – SAP. Sistema desenvolvido em parceria pelas áreas de Tecnologia da Informação e Controle Interno. O sistema auxilia os servidores na análise dos processos, com uma lista de checagem, organiza informações com vistas ao monitoramento de orientações e recomendações.

As recomendações são originadas das Seções de Acompanhamento e orientação da Gestão e de Auditoria.

No exercício de 2015, foram expedidas 36 orientações/recomendações pela Seção de Acompanhamento e Orientação da Gestão à Secretaria de Administração e Orçamento/SAO e 24 para a Secretaria de Gestão de Pessoas/SGP.

Pela Seção de Auditoria, foram expedidas as seguintes recomendações:

Auditoria na Gestão de Recursos Humanos nos seguintes aspectos: afastamentos que geram desconto sobre a folha de pagamento e controles de ressarcimento ao erário por parte dos servidores – 2015

✓ Que a Administração avalie a possibilidade de criar normativo que determine prazos e procedimentos para notificação de servidores e magistrados, bem como formas e prazos de restituição ao erário, ressalvado no caso de concessão de diárias;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

- ✓ Que a Administração avalie a possibilidade de criar indicadores que monitorem e avaliem a efetividade dos controles relacionados a processo de restituição/desconto de servidores;
- ✓ Que a Administração promova estudos com vistas apurar a real necessidade, bem como prover os recursos informatizados e humanos suficientes para realização das atividades relacionadas à folha de pagamento com qualidade e eficiência.

Providências adotadas em 2015:

Considerando a edição da Portaria 095/2013, que regulamenta pagamento de diárias, neste Tribunal, esta SGP já sugeriu À Administração, por meio do Processo Administrativo de protocolo SADP 7240/2014, a composição de comissão para proceder a estudos neste segmento.

A Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP informou que está avaliando a proposição de criar indicadores que monitorem e avaliem a efetividade dos controles relacionados a processo de restituição/desconto de servidores junto à COPES e as formas de colocar em prática, em parceria com a STI.

Houve a conclusão dos estudos referentes à força de trabalho deste Tribunal. No Relatório enviado à Administração, no final de 2015, foi apontada a necessidade de recomposição da equipe SGP.

Inspeção nas Zonas Eleitorais 2015

- ✓ Que a Administração, por meio dos controles de fiscalização, dê efetivo cumprimento às cláusulas contratuais e exija a entrega de todos os equipamentos e materiais previstos no contrato 17/2013, cláusula 12ª e 13/2015, cláusula 16ª (limpeza e conservação) impondo prazos e punições caso não sejam cumpridas as exigências;
- ✓ Que a Administração, por meio dos controles de fiscalização, dê efetivo cumprimento às cláusulas contratuais e monitore o cumprimento contrato nº 05/2011, cláusula 16ª, quanto à entrega dos uniformes nas quantidades e qualidade exigidas aos seus funcionários, impondo prazos e punições caso não sejam cumpridas as exigências;
- ✓ Que a Administração, por meio dos controles de fiscalização, dê efetivo cumprimento às cláusulas contratuais e notifique os condutores de veículos de suas responsabilidades previstas nos arts. 37, 49 a 52 da Resolução TRE-AP nº 426/2012;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

- ✓ Sugerimos prazo de 30 (trinta) dias para adoção de ações com vistas ao cumprimento das recomendações. Depois, que sejam enviadas informações a esta Unidade de Controle que comprovem a implementação de tais ações com vistas ao monitoramento exigido pelo CNJ no parecer 02/2013, itens j.1 e j.2.

Providências adotadas em 2015:

A empresa Floresta (contrato nº 17/2013 - limpeza e conservação) foi notificada por diversas vezes em virtude dos atrasos: na entrega de materiais/equipamentos, na entrega de uniformes e no pagamento de verbas trabalhistas. As notificações resultaram em aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 01 ano.

A empresa Maria Rodrigues da Silva (contrato nº 06/2011 – condução de veículos) foi notificada pelos atrasos nas obrigações contratuais, dentre elas a entrega de uniformes, e como não estava mais conseguindo honrar o contrato o TRE/AP assumiu os pagamentos a partir de maio/2014 (utilizando os créditos existentes em favor da empresa e os recursos da conta vinculada), com as devidas comunicações ao sindicato da categoria e Delegacia Regional do Trabalho (documentos comprobatórios anexos). Ainda, em virtude do estado de falência da empresa o contrato foi rescindido em 30/08/2014 (termo de rescisão anexo). Importa destacar que nos meses de junho, julho e agosto/14 nenhum valor foi repassado a então contratada, a fim de resguardar créditos para o cumprimento das obrigações sem prejuízo ao TRE/AP.

As ações da gestão de contratos demonstram que existem controles de fiscalização eficientes. Mensalmente é feita a avaliação dos documentos que acompanham as faturas de serviços (comprovantes de pagamento de salários, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, entrega de materiais, recolhimentos de FGTS e INSS, etc). Também é feito o acompanhamento das ocorrências diárias, replicando imediatamente às empresas os problemas de execução detectados pelos fiscais e usuários dos serviços, juntamente com a cobrança de soluções imediatas.

Levantamento Governança e Gestão de TI 2015

- ✓ Elaborar e aprovar código de ética, com previsão da instalação de um comitê de ética que monitore o cumprimento do código.
- ✓ Elaborar e aprovar norma relativa à gestão de riscos aderente ao plano estratégico da instituição
- ✓ Elaborar e aprovar norma relativa à gestão de continuidade de negócio



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

- ✓ O comitê deve propor um plano de trabalho a cada ano e cumpri-lo, demonstrando por meio de atas e relatórios.
- ✓ Basta apenas formalizar que a administração consulta a STI quanto ao planejamento de suas ações
- ✓ Elaborar e aprovar norma que contenha as diretrizes para o planejamento de TI
- ✓ A partir do plano de contratações de TI, apresentar o ranking de prioridades (previsto na Res. CNJ 182/2013)
- ✓ Elaborar e aprovar norma que contenha as diretrizes para as contratações de TI
- ✓ Elaborar e aprovar norma que defina diretrizes para avaliação do desempenho dos serviços de TI. Este documento será um referencial para os contratos.
- ✓ Elaborar e aprovar norma que defina diretrizes para gestão dos riscos de TI, papéis de responsabilidades, níveis de risco de TI aceitáveis. (item 1.4, a, b e c)
- ✓ Comprovar que as decisões estratégicas estão alinhadas com os níveis de risco de TI.
- ✓ Elaborar e aprovar norma que defina: diretrizes para garantir o desenvolvimento de competências e a retenção de gestores de TI e pessoal técnico, bem como a avaliação e incentivo ao desempenho, além de diretrizes para escolha dos líderes da área de TI. (atenderia todas as práticas do item 1.5)
- ✓ Elaborar e aprovar norma que defina diretrizes para comunicação com partes interessadas sobre os resultados da gestão e do uso de TI.
- ✓ Elaborar e aprovar norma que defina: diretrizes para avaliação da governança e da gestão de TI
- ✓ Promover avaliações periódicas de governança e gestão de TI
- ✓ Promover avaliações periódicas dos sistemas de informação (a partir de critérios, consultar as partes interessadas)
- ✓ Promover avaliações periódicas da segurança da informação
- ✓ Promover avaliações periódicas dos contratos de TI (consultado os usuários dos serviços)
- ✓ Enviar para a CCI antes de encaminhar o TCU
- ✓ Aperfeiçoar o plano estratégico para atender esta prática
- ✓ Aperfeiçoar o plano estratégico para atender esta prática
- ✓ Implantar sistemática de acompanhamento do plano (reuniões, mensuração de cumprimento de metas, publicação de resultados)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

- ✓ Elaborar e aprovar processo de trabalho relativo ao plano estratégico de TI com participação das áreas mais relevantes e apoio do comitê gestor de TI. (2.2. a, b, c, d)
- ✓ Aperfeiçoar o plano estratégico para conter a alocação de recursos e estratégica de execução
- ✓ Promover o acompanhamento por meio de reuniões periódicas e elaboração de relatórios
- ✓ Vincular a proposta orçamentária ao plano de TI
- ✓ Escolher os processos mais importantes e fazer o mapeamento (emissão de título de eleitor, julgamento de contas, registro de candidatura).
- ✓ Elaborar e publicar catálogo com informações de cada um dos sistemas informatizados
- ✓ Fazer designação por meio de ato formal (portaria p. ex.)
- ✓ Divulgar na internet os resultados dos alcances dos objetivos de TI, bem como o acompanhamento das ações e dos projetos de TI (3.2. b, c)
- ✓ Elaborar e divulgar os estudos técnicos preliminares
- ✓ Divulgar a execução orçamentária de TI.
- ✓ Divulgar as respostas aos questionários dos levantamentos de governança de TI realizados pelo TCU
- ✓ Quando da disponibilização das informações de TI na rede, que se observem os princípios contidos no <http://dados.gov.br/dados-abertos>
- ✓ Incluir treinamentos em contratações de bens e serviços de TI e na gestão de contratos decorrentes
- ✓ Promover estudos para implantar programa de benefícios para incentivar o desenvolvimento de competências do pessoal de TI
- ✓ Implantar programa que estabeleça metas, avaliações e benefícios para o pessoal de TI (4.2. a, b, c)
- ✓ Designar formalmente gestor de segurança da informação
- ✓ Estabelecer formalmente política de acesso à informação e aos recursos e serviços de TI
- ✓ Realizar e documentar os estudos técnicos preliminares previstos na Res. CNJ 182/2013
- ✓ Com o plano de TI elaborado, basta criar rotina para fazer a vinculação da ação com a meta prevista
- ✓ Com o plano de TI elaborado, basta criar rotina para fazer a vinculação da ação com a meta prevista



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

- ✓ Adotar, sempre que possível nos contratos, métrica objetiva para mensuração de resultados dos contratos.
- ✓ Formalizar análise dos benefícios reais para fundamentar prorrogações contratuais
- ✓ Fazer distinção na designação do gestor e do fiscal do contrato.

Providências adotadas em 2015:

1. Capacitação de servidor da STI para atender ao solicitado na Res. 182/2013 - CNJ;
2. Elaboração de Portaria nº 237/2015, com as diretrizes para contratação de Soluções de TI, conforme link: <http://intranet.tre-ap.jus.br/institucional/unidades/sti/documentos-sti>
3. Execução das ações do PDTI e acompanhamento através de reuniões;
4. Capacitação de servidores da Coordenadoria de Infraestrutura em ITIL (Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação) que descreve os processos necessários para dar suporte à utilização e ao gerenciamento da infraestrutura de TIC;
5. Implantação do processo de Gestão da Configuração na STI, mapeando os componentes e os ativos de serviço que precise ser gerenciado de forma a entregar um serviço de TI, na prática é fazer um controle efetivo de hardware e software do TRE-AP, conforme link: <http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/governanca-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/tre-ap-governanca-de-tic-aquisicao-e-implementacao>;
6. Plano de Continuidade dos Serviços de TI, como uma das etapas para implantação do Plano de Continuidade dos Negócios – PCN no âmbito do TRE-AP.
7. Criação da página da Governança Corporativa de TIC onde constam todas as diretrizes da Governança de TIC do TRE-AP, conforme link: <http://www.tre-ap.jus.br/transparencia/governanca-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/titulo>;
8. Elaboração de minuta de Resolução sobre os mecanismos de Governança de TIC que efetivamente irá implantar a Governança Corporativa de TIC no TRE-AP, com base nas melhores práticas de Gerenciamento de TI.

Monitoramento Acórdão nº 661-2011-Plenário-TCU



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

- ✓ A assessoria jurídica seja consultada quanto aos meios legais para que o TRE-AP tenha acesso à movimentação da conta no Banco Bradesco, nº 9.977-5, agência 0990-3, visto que consta o CNPJ do TRE-AP como titular da conta.
- ✓ Que o Banco do Brasil seja notificado a encerrar a conta nº 333.004-4 agência 0261, e que o suposto convênio celebrado entre o TRE-AP e o banco, mencionado na certidão de fl. 115-A, seja encerrado, caso exista de fato.

Providências adotadas em 2015:

Permanece pendente de providências.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

9.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Competência CCI

9.4 DEMONSTRAÇÃO DE CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS E OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

Competência SÃO

9.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

a) Durante o exercício 2015 os editais de licitação apresentaram regras específicas para que os licitantes beneficiados demonstrassem nas planilhas de custos e formação de preços os efeitos da desoneração de folha de pagamento antes de contratar com o TRE/AP.

b) Observando o início do período de efeitos da desoneração não constatamos nenhum contrato encerrado que estivesse enquadrado para ressarcimento de valores em decorrência de desoneração.

c) Contrato nº 21/2014

Contratada: CONAMA Construções Amapaense Ltda

CNPJ: 14.533.285/0001-30

Objeto: Prestação do serviço de apoio na área de engenharia, mediante intermediação de 01 posto de trabalho de engenheiro civil, para atuar na fiscalização e acompanhamento de obras e serviços de engenharia; assessoramento, orientação, planejamento e consultoria técnica em relação às obras e serviços de engenharia, e manutenção predial (corretiva e preventiva) dos imóveis pertencentes à Justiça Eleitoral do Amapá.

Vigência: 09/07/2014 a 08/07/2016



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

9.6 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Competência SAO



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

9- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Com o objetivo de normatizar os procedimentos atinentes aos serviços de TI neste Tribunal a STI elaborou:

- Minuta de Resolução de Governança de TIC e encaminhamento para aprovação, disponível em <http://>
- Portaria nº 237/2015 -Estabelece rotinas de procedimentos a serem adotadas nas contratações de TIC disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ap-portaria-237-aprovacao-de-manual-do-processo-de-contratacoes-de-tic>
- Instrução Normativa nº 02/2015 – Dispõe sobre as solicitações de soluções informatizadas no âmbito da Justiça Eleitoral do Amapá, disponível no link <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ap-sti-instrucao-normativa-01-2015>

(INFORMAÇÕES STI)

10.1 INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE NÃO EXIGIDA ANTERIORMENTE



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

10- ANEXOS E APÊNDICES

Obs. Elaborado na fase final do Relatório.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

11- RELATÓRIO E/OU PARECER DA UNIDADE DE AUDITÓRIA INTERNA

?????



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

12- RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

?????



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

13- DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

14.1 INTEGRIDADE E COMPLETEZ DOS REGISTROS DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DOS ATOS E ADMISSÃO E CONCESSÕES

Declaração sobre a integridade e completez dos registros de atos no Sisac

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ** estão devidamente registrados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Macapá, 17 de março de 2016.

(Natália Pereira Pacheco)
(CPF 758.402.002-04)
(Coordenadora de Pessoal)
(Tribunal Regional Eleitoral do Amapá)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

14.2 INTEGRIDADE E COMPLETEDE DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI 8.730/1993 QUANDO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ** obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta (**nome da área responsável pela recepção das DBR**) para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Macapá, 17 de março de 2016.

(Natália Pereira Pacheco)
(CPF 758.402.002-04)
(Coordenadora de Pessoal)
(Tribunal Regional Eleitoral do Amapá)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

14.3 INTERGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO

Eu, MARCELLE FERREIRA SOUZA, CPF nº 62153161215, Analista Judiciário – Área Judiciária, Chefe da Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos, exercido na **Secretaria de Administração e Orçamento do TRE/AP** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, conforme estabelece a LDO 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Macapá, 06 de abril de 2016.

Marcelle Ferreira Souza

CPF: 621.531.612-15

Chefe da Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

14.4 DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Unidade Jurisdicionada tem adotado as medidas necessárias com vistas ao alinhamento das Normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público no âmbito de sua execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

Em cumprimento à IN-STN nº 6/2007, a UJ dispõe de uma Setorial de Contabilidade sob o número 070080, sob a titularidade de um Contador responsável e um substituto, ambos pertencentes ao quadro efetivo da UPC, os quais exercem o acompanhamento e orientação contábil à UG executora (070029).

A Setorial de Contabilidade dispõe ainda de um servidor responsável pela conformidade de registro de gestão, o qual não possui status de executor no SIAFI, no intuito de preservar a segregação de funções.

O trabalho da Conformidade de Registro de Gestão compreende a **Conformidade Diária** e a **Conformidade Documental**.

Na **Conformidade Diária** acompanham-se os lançamentos efetuados no SIAFI (NE, OB, NL, NS, etc.), conferindo a sua correção com as notas fiscais/faturas/recibos, enquanto na **Conformidade Documental**, confrontam-se os registros contábeis com os documentos que lhe dão suporte (contrato, certidões negativas, validade de notas fiscais, certificação/atesto de notas fiscais, etc.)

Durante o exercício 2015 não foram lançadas restrições dentro da conformidade de registro gestão, haja vista que as inconsistências observadas foram passíveis de correção em tempo hábil. Todavia o registro da Conformidade Contábil pontuou algumas restrições nos registros mensais os quais, em sua maioria, decorreram basicamente dos seguintes fatores:

- ✓ Equações 680, 744, 754 e 772 geradas pela mudança do plano de contas – situação resolvida até o encerramento do exercício;
- ✓ Atraso no envio do RMA e RMB em decorrência de problemas operacionais no fechamento mensal do sistema ASI WEB – situações que se resolveram dentro do exercício;
- ✓ Restrições contábeis apontadas pela falta de registro da conformidade diária no SIAFI – suprida pela realização da conformidade diretamente nos autos dos processos.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Frise-se que a falta de registro de conformidade de registro de gestão sob a forma de conformidade diária no SIAFI deve-se ao fato da rigidez imposta ao servidor responsável por essa conformidade, haja vista que em razão da segregação de funções, este servidor não pode possuir status de executor no SIAFI, limitando assim a indicação de substitutos para a realização dessa tarefa nos períodos de afastamento do titular.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

**14.5 DECLARAÇÃO DO CONTADOS SOBRE AFIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS
CONTÁBEIS DO SIAFI**

DECLARAÇÃO PLENA

Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ – TER/AP		070029	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Macapá-AP	Data	29/02/2016
Contador Responsável	Lucélia Cunha Moraes	CRC n°	PA-011317/O-1



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

14- INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 011.954/2015-9	-			Of. nº 8260/2015-TCU/SEFIP, de 08/07/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					
Descrição da Deliberação					
Disponibilizar no prazo de 30 dias informações cadastrais e financeiras de todos os magistrados e servidores em atividade no Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, excluindo-se apenas os cedidos e os desligados (aposentadoria, falecimento, exoneração)					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamento das informações nos termos da diligência					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não há					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 015.388/2014-0	1233/2015 TCU- PLENÁRIO			Of. nº 0358/2015-TCU/SECEX, de 02/06/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ					



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Descrição da Deliberação	
Encaminhar no prazo de 120 dias plano de ação para implementar as recomendações descritas no Acórdão 1233/2015 TCU-PLENÁRIO, especificando as medidas a serem adotadas, os respectivos prazos e os responsáveis, ou justificativa sobre a decisão de não implementar tais recomendações	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIOrg
Secretaria de Gestão de Pessoas	
Síntese da Providência Adotada	
Apresentação de Plano de Ação para atendimento às recomendações contidas no Acórdão 1233/2015 do Tribunal de Contas da União (TC 015.388/2014-0) através do Ofício GAB/PRES 222/2015, de 08/10/2015	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Providências adotadas ou em curso.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há	

Em 2015 o TRE-AP realizou diversas ações que contribuíram para o fortalecimento da credibilidade que a Justiça Eleitoral do Amapá detém perante a sociedade, dentre as quais destacamos, no âmbito desta Secretaria: I) Investimentos em infraestrutura tais como reforma em todos os prédios dos Cartórios das Zonas do Interior do Estado; aquisição de móveis que atendem a legislação vigente no que se refere à ergonomia e com certificação de origem de madeira neles empregada, mostrando zelo e preocupação com o meio ambiente, visando o reequipamento dos Cartórios do Interior; II) Criação de dois Sistemas de Controles: Sistema de Serviços Gerais –CSG e o Sistema de Controle de Movimentação de Veículos – STRAN, os quais tem como objetivos o acompanhamento criterioso e sistematizado da qualidade, eficiência e eficácia das execuções contratuais, possibilitando o registro, pelos fiscais de contratos, de avaliações periódicas acerca da qualidade dos serviços prestados e sobre o cumprimento das obrigações legais e contratuais por parte das empresas contratadas, permitindo, ainda, que qualquer servidor possa registrar ocorrências relacionadas à prestação dos serviços contratados, com o respectivo acompanhamento das providências adotadas.